

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

Júlia Benfica Senra

**EPITÁFIO: A FLORESTA SE DESPEDE DA CIDADE?**

Belo Horizonte

2018

Júlia Benfica Senra

## **EPITÁFIO: A FLORESTA SE DESPEDE DA CIDADE?**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Análise Ambiental.

Orientador: Prof. Dr. Bernardo Machado Gontijo.

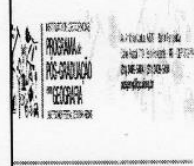
Belo Horizonte

2018



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



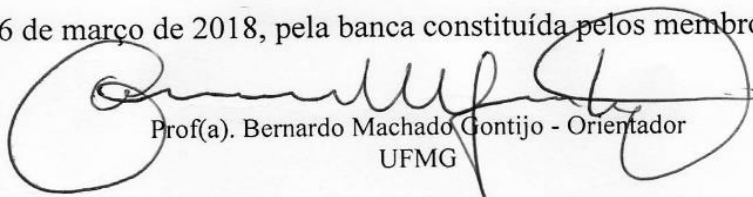
## FOLHA DE APROVAÇÃO


**Epitáfio: a floresta se despede da cidade?**

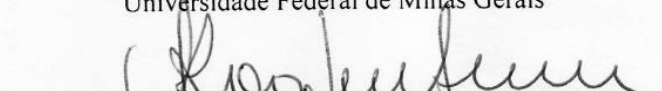
**JULIA BENFICA SENRA**


Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em GEOGRAFIA, como requisito para obtenção do grau de Mestre em GEOGRAFIA, área de concentração ANÁLISE AMBIENTAL.

Aprovada em 06 de março de 2018, pela banca constituída pelos membros:

  
Prof(a). Bernardo Machado Contijo - Orientador  
UFMG

  
Prof(a). Heloisa Soares de Moura Costa  
Universidade Federal de Minas Gerais

  
Prof(a). VALERIA DE OLIVEIRA ROQUE ASCENÇÃO  
UFMG

  
Prof(a). Maria Auxiliadora Drumond  
ICB - UFMG

Belo Horizonte, 24 de abril de 2018.

*Aos meus pais,  
Por serem o solo mais fértil que já encontrei.*

## AGRADECIMENTOS

À vida.

À natureza majestosa do nosso planeta.

Às árvores vistas da minha janela.

Às leituras.

Às oportunidades oferecidas pela UFMG.

À Capes pela bolsa de estudos que me possibilitou a dedicação  
necessária à pesquisa.

Ao Bernardo pelas considerações, apoio e, acima de tudo, por acreditar em mim.

Às professoras Valéria Roque, Dodora e Heloisa que contribuíram essencialmente para esse  
trabalho.

Às amigas preciosas que surgiram no caminho, Natalia e Naturalistas.

À Sãozinha e Ana pela parceria.

À Priscila e Nelma pelo auxílio.

À Natalia pelo amparo e aportes.

Ao Rodrigo Ádamo e Brenner Rodrigues pelos mapas e boa vontade.

Às entrevistadas e aos entrevistados pelas palavras, tempo e gentilezas.

À Jenn e ao Barrie por fazerem parte do início dessa história.

A todos que de alguma forma contribuíram para este trabalho.

Ao processo que muito me ensinou sobre a travessia da humildade.

Aos desvios.

!     !

!     !

!     !

*“[...] Uma flor nasceu na rua!  
Passem de longe, bondes, ônibus, rio de aço do tráfego.  
Uma flor ainda desbotada  
ilude a polícia, rompe o asfalto.  
Façam completo silêncio, paralisem os negócios,  
garanto que uma flor nasceu.  
Sua cor não se percebe.  
Suas pétalas não se abrem.  
Seu nome não está nos livros.  
É feia. Mas é realmente uma flor.  
Sento-me no chão da capital do país às cinco horas da tarde  
e lentamente passo a mão nessa forma insegura.  
Do lado das montanhas, nuvens maciças avolumam-se.  
Pequenos pontos brancos movem-se no mar, galinhas em pânico.  
É feia. Mas é uma flor. Furou o asfalto, o tédio, o nojo e o ódio.”*

A flor e a náusea

Carlos Drummond de Andrade

## RESUMO

SENRA, Júlia Benfica. **Epitáfio: a floresta se despede da cidade?** 2018. 183 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2018.

A Mata da Izidora é uma floresta urbana situada em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. Trata-se do mais extenso remanescente de vegetação do município que não é uma unidade de conservação, com aproximadamente 10.000.000 m<sup>2</sup>. Por estar inserida na terceira maior região metropolitana do país, ela se encontra ameaçada por estar susceptível a complexas interações dentro e fora de seus limites. Em seu interior, além da biodiversidade, relativa à área de transição entre os biomas Mata Atlântica e Cerrado, encontram-se propriedades particulares rurais, um quilombo e três ocupações urbanas. Para além das atuações internas que influenciam na dinâmica local, também são pautados interesses do poder público e do setor imobiliário. Para alcançar o objetivo geral proposto - identificar possibilidades de sobrevivência de fragmentos florestais urbanos a partir das apropriações sociais - buscou-se apresentar de maneira ampla a temática abordada por meio de documentos, reportagens, mapas, figuras, entrevistas semiestruturadas e poesias. Diante desse cenário, realizou-se com os dados obtidos, uma problematização da realidade do espaço e também o diálogo com a literatura, no sentido de analisar as motivações para o convívio, ou não, com a Mata. Como consequência das possibilidades identificadas, o trabalho indicou a criação de uma unidade de conservação como alternativa para conciliar parte dos anseios para a área, demonstrados pelo estudo, sugerindo uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável para a Mata da Izidora. Com as reflexões e considerações expostas, pretende-se contribuir com as discussões sobre os fragmentos florestais urbanos e com o apontamento de outros caminhos possíveis para a coexistência entre natureza e cidade.

**Palavras-chave:** Mata da Izidora. Fragmentos florestais urbanos. Unidade de conservação. Cidade. Meio ambiente.

## **ABSTRACT**

SENRA, Júlia Benfica. **Epitaph: the forest leaves the city?** Dissertation (Master in Geography) Institute of Geosciences, Federal University of Minas Gerais, Belo Horizonte. 2018.

Mata da Izidora (Izidora Woods) is an urban forest located in Belo Horizonte, Brazil, the third largest metropolitan region of the country. It is the most extensive remnant of vegetation of this municipality that is not a conservation unit, covering an approximate area of 10,000,000 m<sup>2</sup>, and a biodiversity relative to the transition between the Atlantic Forest and Brazilian Savanna Biomes. However, Mata da Izidora is threatened because it is susceptible to complex interactions inside and outside its boundaries. In its interior, there are particular rural properties, one quilombola community and three urban occupations. In addition to the internal interactions that influence the local dynamics, the interests of the public power and the real estate sector should also be taken into account. This study main aim is to "identify possibilities for the survival of urban forest fragments through social appropriations". In order to achieve this objective, we sought to extensively present the addressed issue through documents, reports, maps, figures, semi-structured interviews and poetry. In this scenario, a problematization of the reality of space and also a dialogue with the literature were carried out with the data obtained, in order to analyze the motivations for social coexistence or not with Mata da Izidora. As a result of the possibilities identified, this work recommended the creation of a conservation unit as an alternative to reconcile some of the yearnings for the area, suggesting a Sustainable Development Reserve for the Mata da Izidora (corresponding to category VI "Protected area with sustainable use of natural resources" of the IUCN Protected Area Categories System). With the reflections and considerations exposed, this work intends to contribute to the discussions on urban forest fragments and with other possibilities for the coexistence between nature and city.

**Key words:** Mata da Izidora. Urban forest fragments. Conservation unit. City. Environment.



## LISTA DE FIGURAS

|   |    |
|---|----|
| Figura 1: Localização de Belo Horizonte, suas delimitações administrativas e fronteiras com municípios vizinhos.....                    | 13 |
| Figura 2: Localização da Mata da Izidora em Belo Horizonte.....   | 14 |
| Figura 3A: Cenário atual de ocupação da Mata da Izidora .....   | 16 |
| Figura 3B: Cenário futuro de ocupação da Mata da Izidora .....  | 16 |
| Figura 4: Planta de Belo Horizonte delimitada pela avenida do Contorno, 1895 .....  | 17 |
| Figura 5A: Vista aérea da vegetação da Mata da Izidora em 2007 .....  | 18 |
| Figura 5B: Vista aérea da vegetação da Mata da Izidora em 2017 .....  | 18 |
| Figura 6: Localização da Mata da Izidora em relação a pontos de referência do Vetor Norte   | 31 |
| Figura 7: Sub-bacia do Ribeirão da Izidora .....  | 33 |
| Figura 8: Ribeirão da Izidora no encontro com o Ribeirão da Onça, água turva e lixo nas margens .....                                   | 34 |
| Figura 9: Ribeirão da Izidora no bairro Jardim Felicidade – água turva, proximidade das construções e deposição de entulho .....        | 34 |
| Figura 10A: Recorte de Belo Horizonte do Mapa de Biomas do Brasil .....   | 35 |
| Figura 10B: Recorte de Belo Horizonte do Mapa de Vegetação do Brasil .....  | 35 |
| Figura 11: Distribuição e porte da vegetação encontrada na Mata da Izidora .....  | 37 |
| Figura 12A: Mapa sobre a umidade relativa do ar no município de Belo Horizonte, referente ao período seco (agosto/2008) .....           | 38 |
| Figura 12B: Mapa sobre a umidade relativa do ar no município de Belo Horizonte, referente ao período chuvoso (março/2009) .....         | 38 |
| Figura 13A: Mapa sobre o comportamento do campo térmico no município de Belo Horizonte, referente ao período seco (agosto/2008) .....   | 39 |
| Figura 13B: Mapa sobre o comportamento do campo térmico no município de Belo Horizonte, referente ao período chuvoso (março/2009) ..... | 39 |
| Figura 14: Imagens das casas da Comunidade Quilombola de Mangueiras em meio à Mata da Izidora .....                                     | 41 |
| Figura 15: Planta da Divisão do Ribeirão da Izidora, 1929 .....   | 43 |
| Figura 16: Sanatório Hugo Werneck .....   | 45 |
| Figura 17: Remanescente da pedreira da Granja Werneck .....   | 46 |
| Figura 18: Entrada do antigo Recanto N.S. da Boa Viagem, lugar atualmente abandonado ..   | 47 |
| Figura 19: Entulho às margens da Estrada do Sanatório e vista da vegetação no vale .....  | 48 |

|   |            |
|---|------------|
| Figura 20: Vegetação forrageira na beira da Estrada do Sanatório e porte mais alto rumo ao antigo Sanatório.....  | <b>48</b>  |
| Figura 21: Vegetação de cerrado no caminho de entrada da Fazenda Bela Vista .....   | <b>49</b>  |
| Figura 22: Vegetação de grande porte ao final da rua que dá acesso à Fazenda Bela Vista ...   | <b>50</b>  |
| Figura 23: Gado da Fazenda Bela Vista .....   | <b>51</b>  |
| Figura 24: Vegetação na fazenda Bela Vista com parte de solo arenoso à mostra e ao fundo a continuação da extensão da Mata da Izidora e os bairros circundantes ..... | <b>52</b>  |
| Figura 25: Altimetria da Mata da Izidora .....  | <b>53</b>  |
| Figura 26: Voçoroca na Mata da Izidora .....  | <b>54</b>  |
| Figura 27: Ocupações Urbanas da Izidora, 2015.....  | <b>55</b>  |
| Figura 28: Vista da Mata na ocupação Rosa Leão e bairros ao fundo .....   | <b>56</b>  |
| Figura 29: Vista de construções da ocupação Rosa Leão inseridas na Mata .....   | <b>57</b>  |
| Figura 30: Vista parcial das construções da ocupação Esperança e dos bairros ao longe, e extensão da Mata vista da ocupação Esperança .....                           | <b>58</b>  |
| Figura 31: Vista das construções da ocupação Esperança inseridas na Mata .....  | <b>59</b>  |
| Figura 32: Vista da Mata, próxima a um corpo d'água, na ocupação Vitória .....  | <b>60</b>  |
| Figura 33: Vista das construções da ocupação Vitória inseridas na Mata .....  | <b>60</b>  |
| Figura 34: Vista da Mata no bairro Jardim Felicidade .....  | <b>63</b>  |
| Figura 35: Vista da Mata no bairro Solimões .....   | <b>63</b>  |
| Figura 36: Construção de moradias na Mata da Izidora .....  | <b>76</b>  |
| Figura 37: Localização da Mata da Izidora em relação às regionais de Belo Horizonte .....   | <b>77</b>  |
| Figura 38: Plano urbanístico da Operação Urbana do Isidoro .....  | <b>80</b>  |
| Figura 39: Principais leis referentes à Operação Urbana do Isidoro .....  | <b>82</b>  |
| Figura 40: Modificação no uso do solo urbano (1999 – 2006) no Vetor Norte de Belo Horizonte .....   | <b>102</b> |
| Figura 41: Áreas verdes públicas municipais de Belo Horizonte, 2017.....  | <b>110</b> |
| Figura 42: Diferenças no Uso e Ocupação do Solo da Mata da Izidora entre 2010 e 2017 ...  | <b>113</b> |
| Figura 43: Classificação da Floresta Urbana .....   | <b>116</b> |
| Figura 44: Benefícios das árvores urbanas .....   | <b>117</b> |
| Figura 45: Florestas Urbanas e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) .....  | <b>119</b> |
| Figura 46: Delimitação de APP's hídricas localizadas na Mata da Izidora .....   | <b>135</b> |

## **LISTA DE QUADROS**

|   |            |
|---|------------|
| Quadro 1: Alterações legais da Operação Urbana do Isidoro (OUI) .....   | <b>173</b> |
| Quadro 2: Trechos das entrevistas que representam as demandas para a Mata da Izidora .....  | <b>86</b>  |
| Quadro 3: Trechos das entrevistas que representam a concepção de meio ambiente dos entrevistados .....  | <b>124</b> |
| Quadro 4: Trechos das entrevistas que representam as possibilidades de coexistência com a Mata da Izidora relacionados com as atividades permitidas em uma RDS..... | <b>142</b> |

## **LISTA DE SIGLAS**

IQVU - Índice de Qualidade de Vida Urbana

NUQ - Núcleo de Estudos de Populações Quilombolas e Tradicionais

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OUI - Operação Urbana do Isidoro

PBH – Prefeitura de Belo Horizonte

RDS - Reserva de Desenvolvimento Sustentável

SMAP-BH - Sistema Municipal de Áreas Protegidas de Belo Horizonte

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SUDECAP - Superintendência de Desenvolvimento da Capital

UTDC - Unidades de Transferência do Direito de Construir

ZPAMs - Zonas de Preservação Ambiental

## SUMÁRIO

|   |            |
|---|------------|
| <b>AMBIENTAÇÃO .....</b>  | <b>12</b>  |
| <b>MEANDROS METODOLÓGICOS .....</b>                             | <b>23</b>  |
| <b>CAPÍTULO 1 - Mata da Izidora: o que é você? .....</b>        | <b>29</b>  |
| <b>1.1. Quem lhe habita? .....</b>                              | <b>32</b>  |
| <b>1.2. Como lhe mostram? .....</b>                             | <b>64</b>  |
| <b>1.3. O que querem de você? .....</b>                         | <b>77</b>  |
| <b>CAPÍTULO 2 - Chão Batido .....</b>                           | <b>85</b>  |
| <b>2.1. (Cis)dade .....</b>                                     | <b>93</b>  |
| <b>2.2. Deus salve o verde .....</b>                            | <b>106</b> |
| <b>CAPÍTULO 3 - Um caminho para o Meio .....</b>                | <b>123</b> |
| <b>3.1. Sob as asas da lei .....</b>                            | <b>130</b> |
| <b>3.2. Reserva de Desenvolvimento Sustentável Izidora.....</b> | <b>136</b> |
| <b>ANTES DE IR .....</b>  | <b>155</b> |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>                         | <b>161</b> |
| <b>APÊNDICE .....</b>   | <b>172</b> |

## AMBIENTAÇÃO

*Eureka!*

Nada *à la* Arquimedes, mas foi o que pensei quando descobri uma possível solução para um complexo dilema entre ambiente citadino e floresta.

Estava eu conhecendo *Zealandia*, um santuário ecológico em plena capital da Nova Zelândia. Era uma tarde linda de céu azul e ao caminhar pelas trilhas ouvindo os pássaros, a água correndo e apreciando o cheiro e a viçosidade da mata meus pensamentos se aceleraram. Quando passei pelos monitores e visitantes, conheci a história de criação do lugar e os trabalhos realizados por lá, eu pensei: é isso.

Vislumbrei uma maneira de eu, “floresteira” da cidade, reunir o que gostava e acreditava em uma coisa só: trabalhar questões socioambientais aliadas à conservação da natureza em meio urbano. Pensar um projeto de restauração e preservação do ecossistema nativo com um horizonte de planejamento a longo prazo era algo animador.

Matutei a ideia e procurei professores e programas com os quais poderia desenvolvê-la. Entretanto, um incômodo foi me alertando - que eu ainda não estava falando da minha realidade - e aos poucos fui chegando onde estou. Nada como caminhar.

Enquanto o sonho de existir um grande santuário ecológico na minha cidade se consolidava, nessa mesma Belo Horizonte um grande remanescente florestal era desmatado. Será então que essa cidade estava preparada para tal convívio com a natureza? Ou será que de praxe se destrói para, talvez, posteriormente se “reconstruir”?

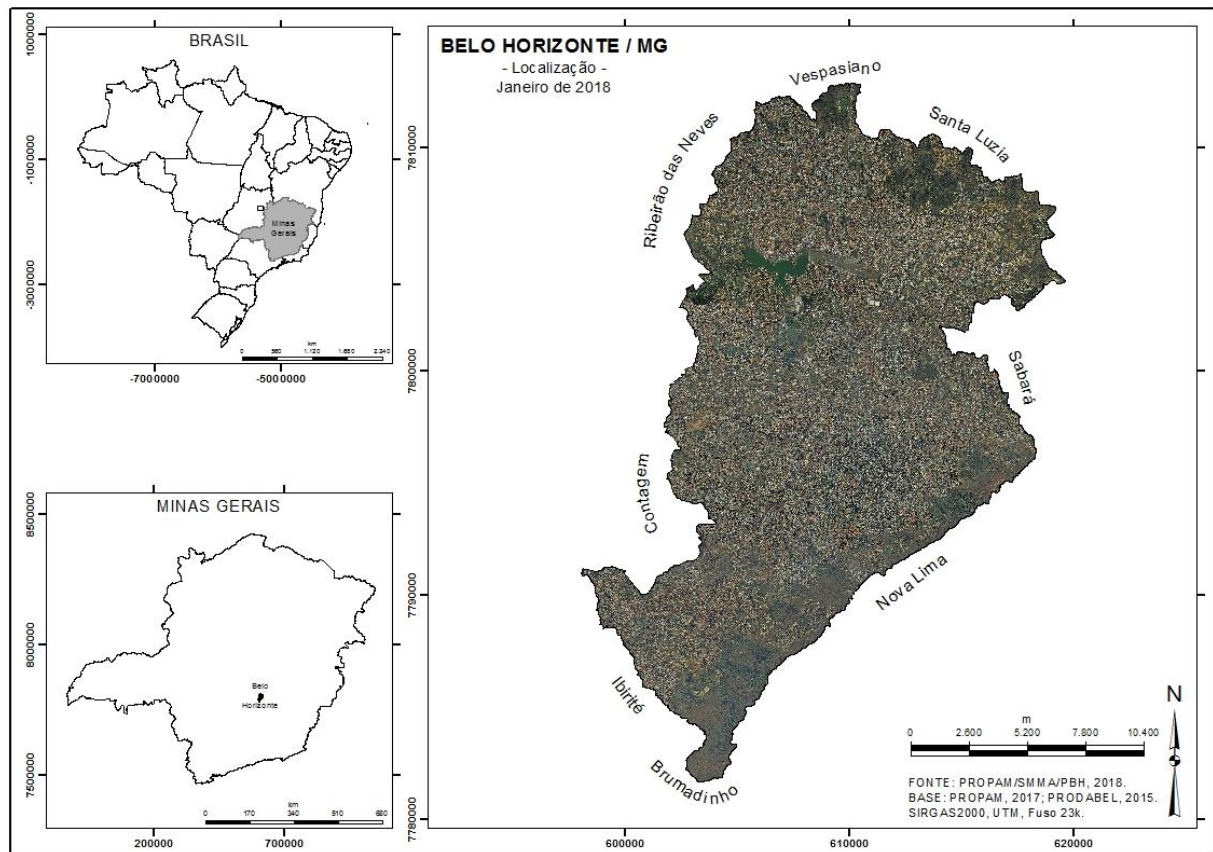
O coração foi se acalmando com a inquietude de saber que a raiz dessa questão é mais profunda, assim como as do Cerrado. Busquei então investigar distintas percepções sobre a Mata da Izidora<sup>1</sup>, pois, sem conhecer os anseios para tal região, e até mesmo para com a cidade, uma natureza tão rica de sons, se despedirá silenciosamente.

o o o

A Mata da Izidora é um fragmento florestal localizado na região norte de Belo Horizonte, limítrofe com Santa Luzia (Figura 1). É composta por propriedades privadas, cercada por bairros urbanizados e encontra-se como uma das últimas áreas não parceladas do município. Além disso, sedia uma comunidade quilombola e três ocupações urbanas.

<sup>1</sup> A escolha desta grafia será explicada no Capítulo 1.

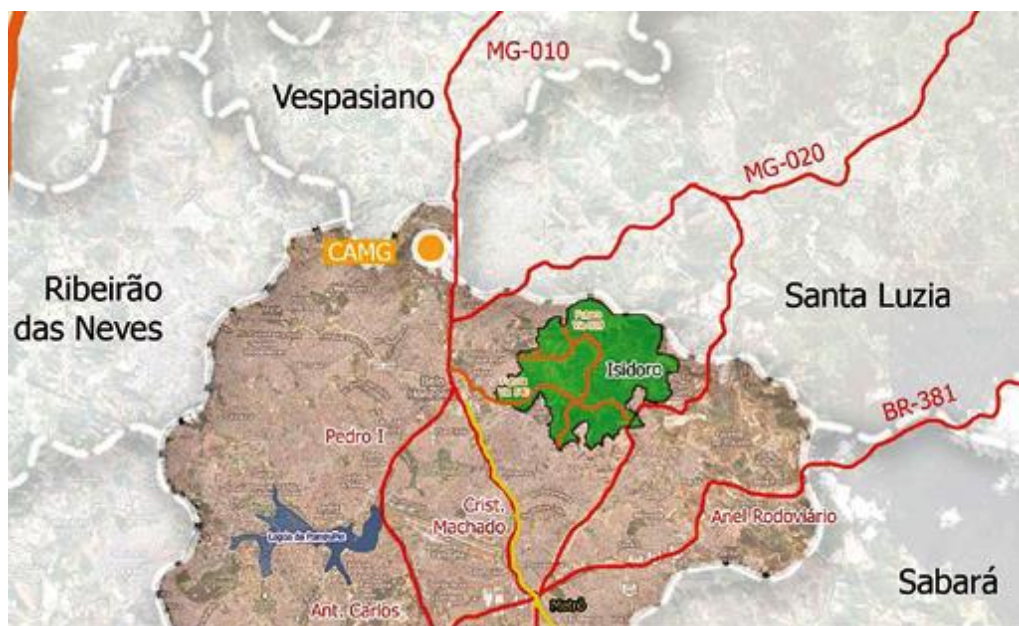
Figura 1: Localização de Belo Horizonte, suas delimitações administrativas e fronteiras com municípios vizinhos.



Fonte: elaborado por Rodrigo Ádamo.

Localiza-se também no chamado Vetor Norte da região metropolitana de Belo Horizonte, área de grande interesse imobiliário por abranger o Aeroporto Internacional Tancredo Neves, a Linha Verde e a Cidade Administrativa, sede oficial do Governo do Estado de Minas Gerais desde 2010 (Figura 2).

Figura 2: Localização da Mata da Izidora em Belo Horizonte.



Fonte: Prefeitura de Belo Horizonte - PBH (2012).<sup>2</sup>

Em meio à malha urbana de Belo Horizonte, a área escolhida para o estudo trata-se do mais extenso remanescente de vegetação que não é uma unidade de conservação, com aproximadamente 10.000.000 m<sup>2</sup>, sendo que em tamanho está atrás apenas da porção do Parque Estadual da Serra do Rola-Moça pertencente ao município (13.005.597 m<sup>2</sup>). Atualmente, ela é uma floresta urbana palco de um grande conflito fundiário resultante dos interesses de seus habitantes, que divergem entre si, do interesse do mercado imobiliário em relação à área, além da complexidade de demandas colocadas pela cidade.

Cabe ressaltar que o tema Floresta Urbana vem sendo tratado pela literatura, na maioria das vezes, como arborização urbana ou praças, deixando-se geralmente a questão ecológica a desejar, por remeter a cenários altamente antropizados e com baixa diversidade de espécies. Neste trabalho o termo se refere a fragmentos florestais urbanos, como diferenciado a seguir:

Árvores isoladas ou mesmo em pequenos grupos são bastante distintas de florestas. As florestas nas cidades estão em áreas maiores e contínuas e constituem ecossistemas característicos, com o estabelecimento de relações específicas (*sic*) com o solo, água, nutrientes, a fauna e outros componentes ambientais. As relações, funções e benefícios para as comunidades antrópicas presentes também são específicas (*sic*), como áreas de lazer, parques ou unidades de conservação. (MAGALHÃES, 2006, p.2).

Além do evidenciado acima, por ser referida em algumas reportagens de jornais como “área livre” ou “última área remanescente para a urbanização” de Belo Horizonte, a Mata da Izidora se mostrou pertinente para uma discussão sobre a concepção de cidade e meio ambiente a partir da análise das motivações para o convívio, ou não, com um fragmento florestal urbano.

<sup>2</sup> Disponível em: <<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/contents.do?evento=conteudo&chPlc=36988>>. Acesso em: 09 mai. 2017.

Isso é relevante para este trabalho pois possibilita a exposição de conflitos, de ordens e origens diversas, relativos à apropriação de uma área com essas características.

A Mata da Izidora apresenta também uma complexidade e universalidade que permite dialogar com a situação de outras áreas verdes em Belo Horizonte, sendo estas, muitas vezes, não vistas como parte essencial da cidade, mas como lugares que são uma ostentação momentânea de alguns bairros mais abastados ou um descaso não resolvido em outros menos valorizados pela cidade. Morin (1984, p.157) diz que “é necessário circunscrever o campo de estudo e respeitar sua singularidade irreduzível; mas, ao mesmo tempo, como em todo sistema complexo, o local contém de uma certa maneira o todo no qual ele se inscreve”.

Diversos acontecimentos tornaram os últimos anos conturbados e incertos para essa floresta urbana: tentativas de reintegração de posse; consolidação das casas das ocupações; contrato assinado com a Caixa Econômica Federal para a construção de moradias pelo programa Minha Casa, Minha Vida; mudança do licenciamento ambiental do empreendimento Granja Werneck da esfera municipal para a estadual; e reconhecimento legal da comunidade quilombola de Manguelinas. Logo, pouco se sabe do futuro da Mata, mas o cenário não é dos melhores para sua biodiversidade (Figuras 3A e 3B).



Figura 3A: Cenário atual de ocupação da Mata da Izidora.

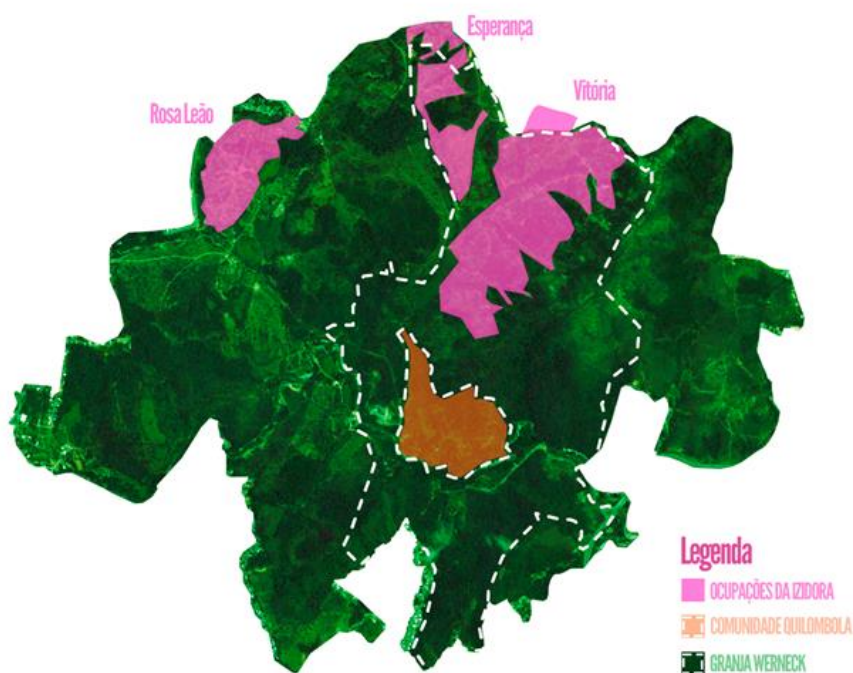
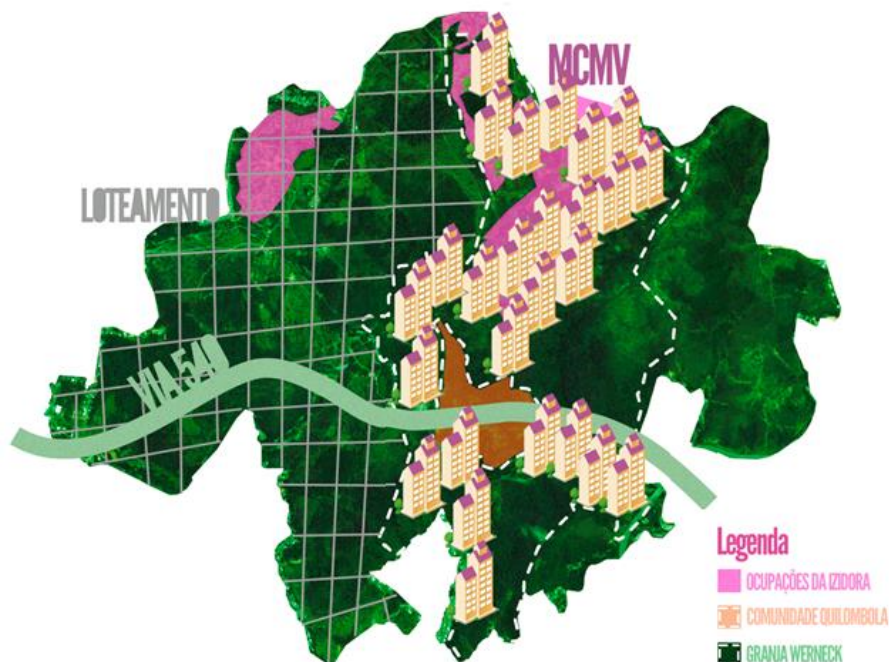


Figura 3B: Cenário futuro de ocupação da Mata da Izidora.



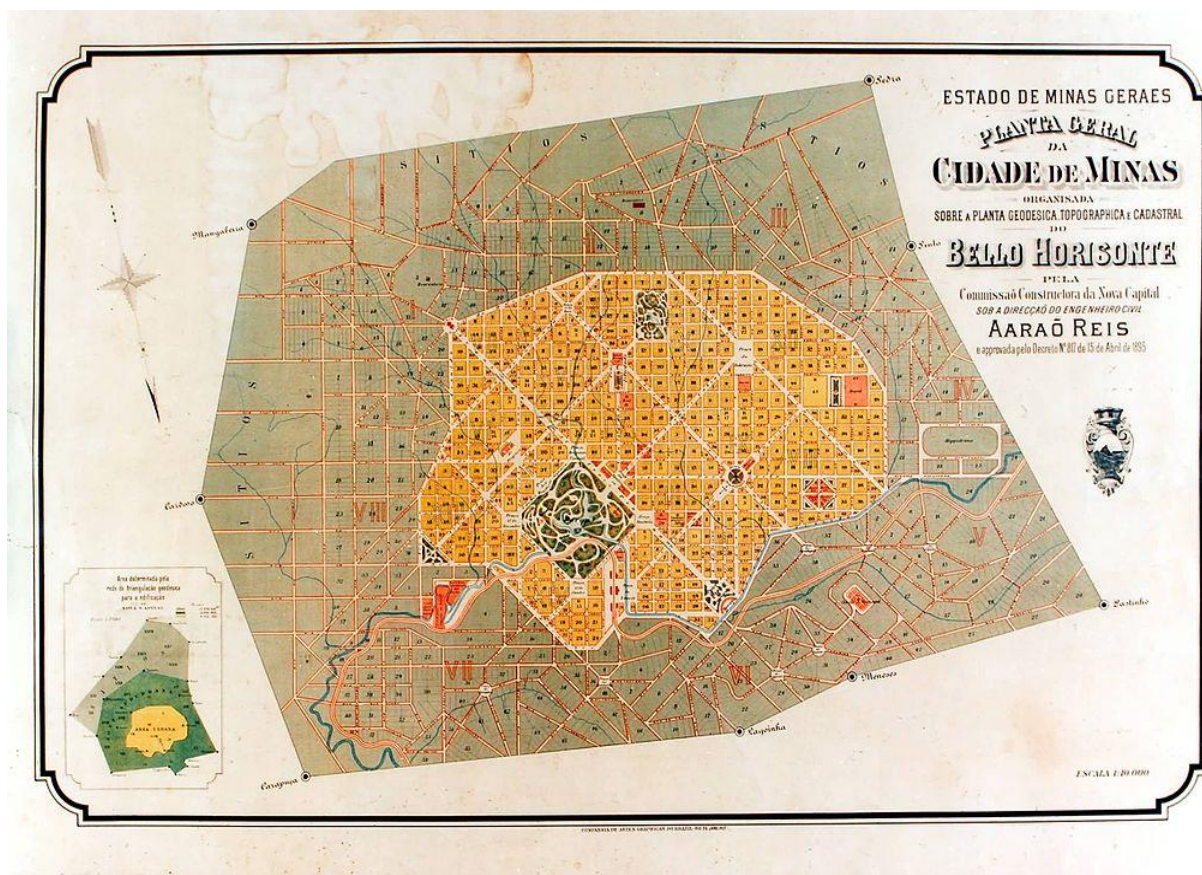
Fonte: Grupo de Pesquisa Indisciplinar – EA/UFMG (2015).<sup>3</sup>

É importante ressaltar que a região da Mata da Izidora se assemelha à área delimitada pela avenida do Contorno, 8.820.000 m<sup>2</sup>, no nascimento de Belo Horizonte (Figura 4). Ao final do século XIX, imagina-se que aquelas pessoas com um papel na mão, uma concepção de

<sup>3</sup> Disponível em: <[http://oucbh.indisciplinar.com/?page\\_id=696](http://oucbh.indisciplinar.com/?page_id=696)>. Acesso em: 09 mai. 2017.

cidade na cabeça e com a oportunidade de se criar a capital de Minas Gerais não previram tudo que surgiria após esse começo e como a cidade se encontraria hoje, com todas suas formas, espaços, e demandas. Considerando o que foi colocado, propostas atuais sobre a destinação da área da Mata da Izidora não deveriam ignorar o processo de formação da cidade e as consequências atuais de sua urbanização. Portanto, é de se questionar os rumos pretendidos para um local que está sendo sufocado pela cidade que foi além de seus limites originais.

Figura 4: Planta de Belo Horizonte delimitada pela avenida do Contorno, 1895.



Fonte: Tonucci Filho (2012).

A força da chamada urbanização foi tão grande que não se conteve nesse planejamento inicial e a cidade cresceu, e cresce, espremendo todos os seus cantos. Pode-se observar nas Figuras 5A e 5B, com a supressão da vegetação da Mata da Izidora no intervalo recente de dez anos, o nicho ecológico humano se impondo aos de outras espécies. Será que não poderiam se sobrepor?

Figura 5A: Vista aérea da vegetação da Mata da Izidora em 2007.

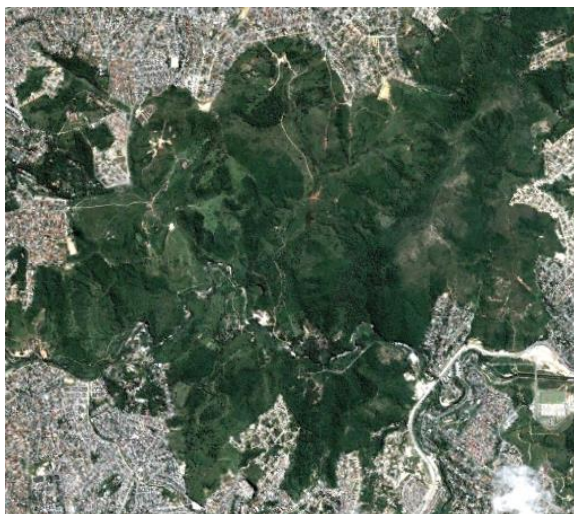
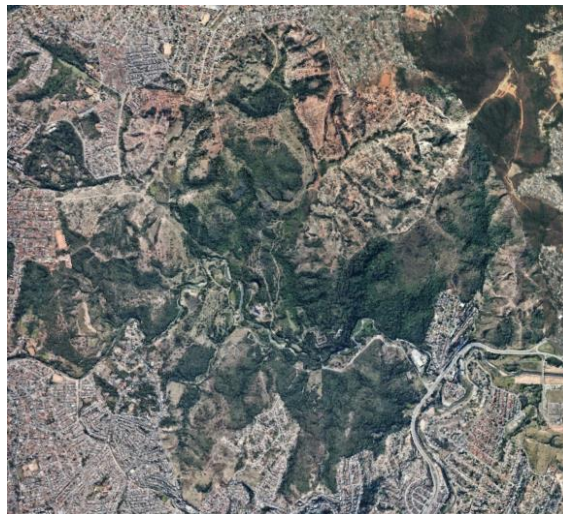


Figura 5B: Vista aérea da vegetação da Mata da Izidora em 2017.



Fonte: Google Earth (2017).

Qualquer cidadão pode notar uma diminuição e baixa diversidade de fauna e flora em centros urbanos, mesmo muito se falando de sua importância ambiental e social nesses locais. Menciona-se também os processos erosivos que levam ao assoreamento dos rios, as enchentes anuais por problemas de infiltração e poluição, dentre outros aspectos ambientais relativos a esses lugares.

A cada campanha eleitoral ou discursos institucionais proferidos, nota-se a propagação do compromisso com o desenvolvimento sustentável nas cidades. Entretanto, observa-se também o surgimento de ambientes urbanos aquém de suas possibilidades e voltados para o interesse de poucos, identificados por esta autora mais como *(cis)dades*<sup>4</sup> do que como lugares de propósito agregador.

No âmbito da temática de apropriação de fragmentos florestais urbanos, esta pesquisa foi conduzida pela seguinte questão: quais motivações levam às apropriações da Mata da Izidora? Sendo a apropriação aqui tratada tanto no sentido do ato de se tornar apropriado, pertinente para as pessoas, quanto do ato de tornar próprio algo sem dono ou abandonado, pertencente às pessoas.

Escolheu-se a apropriação social como elementar para a existência da floresta na cidade pois, como disse Merleau-Ponty (2006, p.429): “a coisa nunca pode ser separada de alguém que a perceba, nunca pode ser efetivamente em si, porque suas articulações são as mesmas de nossa existência, e porque ela se põe na extremidade de um olhar ou ao termo de uma investigação sensorial que a investe de humanidade”.

<sup>4</sup> Baseando-se no prefixo “cis” do latim que significa aquém ou deste lado.

A abordagem metodológica descrita posteriormente foi escolhida pretendendo atingir o objetivo geral de identificar possibilidades de sobrevivência de fragmentos florestais urbanos a partir das apropriações sociais. Ao mesmo tempo busca-se: interpretar o olhar sobre a Mata da Izidora à luz da concepção de meio ambiente dos sujeitos entrevistados; investigar as demandas, postas por diferentes sujeitos sociais para a Mata da Izidora; e investigar as possibilidades de coexistência com a Mata da Izidora a partir das vivências dos diversos atores.

o o o

Para introduzir algumas reflexões que foram tratadas nessa pesquisa, apresenta-se o seguinte trecho da Constituição Federal:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (BRASIL, 1988)

O dever de todos está posto, mas o direito está claro?

Apesar de aparentemente sucinto, o artigo 225 da Constituição da República Federativa do Brasil, o qual é o único do capítulo de meio ambiente da lei suprema, está repleto de conceitos complexos e subjetivos, que dão margem a interpretações diversas, por vezes derivadas das subjetividades daqueles que o interpretam. Após um percurso de quase 30 anos desde sua formulação, notam-se noções difusas a respeito desse direito que todos têm. O que parece ser uma garantia somente é uma norma que declara a existência de interesse sobre alguma coisa.

Desafiador é entender esse interesse singular, que se manifesta de maneira plural, e a imposição que nos exige salvar algo que muitas vezes nem sabemos do que se trata ou a qual perigo corre, dando margem a ações arbitrárias e desconexas em relação ao meio ambiente, como podemos perceber nos dias de hoje, ainda mais no contexto urbano. Ao tratar dos responsáveis pela “salvação” do meio ambiente, a saber, poder público e coletividade, o próprio texto “ameniza” o que caberia a esta e ao indivíduo – este que dificilmente se vê parte dos governantes ou de comunidades – quando relaciona:

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

- I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;
- II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;
- III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade. (BRASIL, 1988)

Entretanto, lhe incumbe o impedimento de atos lesivos ao meio ambiente:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

LXXIII - qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência; (BRASIL, 1988)

Considerando essas responsabilidades e a realidade da Mata da Izidora, atenta-se para o dever de preservação que se mostra confuso, tendo em vista outras determinações que também estão no texto constitucional e que não aparentam dialogar com as palavras da lei de regulamentação do art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII, que define preservação como “a proteção a longo prazo das espécies, habitats e ecossistemas, além da manutenção dos processos ecológicos, prevenindo a simplificação dos sistemas naturais” (BRASIL, 2000).

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

VII - preservar as florestas, a fauna e a flora;

VIII - fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;

IX - promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

X - combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos; (BRASIL, 1988)

Quando se trata de meio ambiente, o texto constitucional relaciona o termo à natureza, e dentre as dezoito ocorrências dessa expressão, apenas uma a coloca com um significado mais amplo:

Art. 200. Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei:

VIII - colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho. (BRASIL, 1988, grifo nosso)

O termo natureza aparece sessenta e cinco vezes se referindo a caráter ou tipo, e apenas duas aludindo ao meio natural:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição; (BRASIL, 1988, grifo nosso)

---

Art. 136. O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretar estado de defesa para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza. (BRASIL, 1988)

Uma questão problemática é a não inclusão da vida humana na ideia do que deve ser protegido, considerando esse ser somente na posição de protetor. Esse é um foco de tensão da lei que se materializa no real e compromete a garantia de um meio ambiente para as presentes e futuras gerações. A proteção é delegada a alguns, em partes do texto constitucional, mas as ameaças ficaram não ditas e pulverizadas nas práticas diárias:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas; (BRASIL, 1988)

Partindo do avanço da elaboração e presença de tais ideias na Constituição, esta pesquisa utiliza da interpretação dos conceitos chave do artigo 225 - meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum e sadia qualidade de vida - pelos sujeitos sociais envolvidos com a Mata da Izidora para problematizar a relação destes com o lugar.

Busca-se também interpretar as motivações para as apropriações da Mata da Izidora, e observar em campo a problemática da convivência com a natureza na cidade, enquanto a floresta “bate em retirada”.

Se não pela generosidade que, segundo Comte-Sponville (1999), vai além do interesse, busquemos ao menos superar as concorrências econômicas para sermos ecologicamente solidários por, e para, habitar todos a mesma Terra, da qual interdependemos.

Um espaço natural não é sinônimo de espaço vazio que espera pela ocupação humana degradante. As demandas insaciáveis de uma metrópole, como por moradias e serviços, requerem um planejamento local que atenda às prioridades inerentes à vida. Para a manutenção desta faz-se necessário não deixar os espaços naturais para o que sobra, mas pensar cidade e natureza como uma coisa só, e isso somente se dará de forma interativa. É tempo de refletir, e realizar, as multiplicidades de relações homem-natureza na cidade.

Partindo do princípio de que a sobrevivência de fragmentos florestais urbanos está condicionada à coexistência com as diversas apropriações sociais do território, serão expostos

a seguir os “meandros metodológicos”, percorridos com o intuito de identificar as possibilidades de sobrevivência de florestas urbanas. Buscando conhecer a concepção de meio ambiente e as demandas dos sujeitos envolvidos com a Mata da Izidora para, então, investigar as possibilidades de coexistência entre os mesmos.

## MEANDROS METODOLÓGICOS

A pesquisa se baseia em aspectos da fenomenologia social de Schutz (SCHUTZ & WAGNER, 1979). A escolha de tal base teórica se deve à interpretação dos fenômenos sociais pela vivência intersubjetiva das pessoas, a relação do indivíduo com os outros e com o mundo, e o universo de significados decorrente disso. Tendo em vista a questão da pesquisa, acredita-se que essa abordagem auxilia a interpretação dos motivos que levam à apropriação da Mata da Izidora, por permitir a análise das percepções e ações dos sujeitos que vivem em um mundo social.

A fenomenologia é o estudo das essências, e todos os problemas, segundo ela, resumem-se em definir essências: a essência da percepção, a essência da consciência, por exemplo. Mas a fenomenologia é também uma filosofia que repõe as essências na existência, e não pensa que se possa compreender o homem e o mundo de outra maneira senão a partir de sua “facticidade”. É uma filosofia transcendental que coloca em suspenso, para compreendê-las, as afirmações da atitude natural, mas é também uma filosofia para a qual o mundo já está sempre “ali”, antes da reflexão, como uma presença inalienável, e cujo esforço todo consiste em reencontrar este contato ingênuo com o mundo, para dar-lhe enfim um estatuto filosófico. É a ambição de uma filosofia que seja uma “ciência exata”, mas é também um relato do espaço, do tempo, do mundo “vivididos”. É a tentativa de uma descrição direta de nossa experiência tal como ela é, e sem nenhuma deferência à sua gênese psicológica e às explicações causais que o cientista, o historiador ou o sociólogo dela possam fornecer. (MERLEAU-PONTY, 2006, p. 1-2)

Segundo Schutz e Wagner (1979), o indivíduo age num mundo social que, assim como ele, possui problemas e relevâncias reais, e se orienta por ele. Viver nesse mundo implica em um envolvimento interativo com muitas pessoas e em complexas redes de relacionamento. A leitura do empírico se dá a partir do que lhe é posto como realidade social, e por meio dessa interpretação o indivíduo influencia e é influenciado, transformando-se e alterando estruturas sociais. A fenomenologia social descreve as ações das pessoas no mundo social em seus vários significados.

Esta pesquisa é descritiva, visando descrever e analisar as relações entre fenômenos e fatos (FERNANDES & GOMES, 2003), e foi escolhida com a intenção de identificar impressões, expectativas, vivências e interações com o lugar em questão. Os dados foram obtidos por meio de documentos e de entrevistas semiestruturadas, cujo roteiro encontra-se no Apêndice.

A pesquisa documental teve o intuito de complementar as informações coletadas e oferecer base para a reflexão sobre a realidade. Buscou-se com a leitura dos documentos obter dados sobre a área de estudo e concepções sobre a mesma a partir da forma e do conteúdo



apresentados. Também foram empregadas figuras e mapas – elaborados por meio de imagens de satélite e do *software* ArcGIS - para subsidiar as discussões da pesquisa.

Dentre os documentos utilizados, reportagens de jornais foram obtidas no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte e nos *sites* pertinentes. Optou-se pela mídia impressa e digital, especificamente os jornais, por seu registro duradouro e alcance de público, além de pertinência para uso neste trabalho escrito. A análise se baseou principalmente nas mensagens contidas nas manchetes das matérias e nos trechos destacados, por considerar o maior impacto no leitor e a síntese da mensagem que se pretende transmitir. O período analisado foi de 2009 a 2017 - em decorrência das reportagens encontradas e dos fatos importantes abordados na pesquisa que ocorreram dentro desse intervalo, todos os recortes relativos à área foram dispostos, e os de versão digital - mais recentes e que não se encontram no Acervo - foram selecionados de acordo com o elemento novo ou complementar que traziam para a temática exposta.

Buscando abranger as várias percepções sobre a Mata da Izidora, adotou-se a estratégia de interpretar o discurso contido nas matérias de jornais para entender a visão de quem transmite a mensagem, e provavelmente de quem a recebe, para permitir uma análise não somente de quem convive e interfere diretamente no local de estudo, mas dos outros cidadãos que são também agentes e responsáveis pela realidade da cidade.

Pontualmente foi realizada uma breve interpretação do discurso jornalístico, dos recortes apresentados, com o intuito de abarcar um meio de formação de opinião sobre a Mata da Izidora em relação à população de Belo Horizonte que indiretamente influencia nas decisões tomadas sobre ela por meio dos gestores públicos que elege e da manifestação de intenções sobre as demandas da cidade.

Buscando descrever as percepções e as relações com a Mata da Izidora por meio de entrevistados representativos de seus grupos sociais, a contribuição de Schutz se vê pertinente por enxergar a experiência individual como fundamentalmente social e por transcender a subjetividade para a intersubjetividade em decorrência da interação no processo social.

As entrevistas foram realizadas com 18 sujeitos representativos para a área de estudo. A representatividade foi baseada na identificação de pessoas que, de alguma forma, convivem com a área ou influenciam as decisões tomadas sobre a Mata da Izidora. Esses sujeitos foram escolhidos a partir do reconhecimento, por esta pesquisadora, dos grupos que se relacionam com o local de estudo, sendo eles: ocupações urbanas internas (Rosa Leão, Esperança e Vitória); comunidade quilombola Mangueiras; bairros do entorno (Jardim Felicidade e Solimões); ocupação urbana no entorno (Novo Lajedo); poder público municipal (Secretaria Municipal

Adjunta de Planejamento Urbano e Secretaria Municipal de Meio Ambiente); construtora (Direcional); proprietários de terrenos na Mata da Izidora (Granja Werneck e Fazenda Bela Vista); e sociedade civil organizada (Subcomitê do Onça e Projeto Manuelzão).

Os sujeitos selecionados são adultos, entre 20 e 70 anos, de ambos sexos. A seleção se baseou em informações, obtidas pela pesquisadora por meio de contatos pessoais e telefônicos, e pesquisas na *internet*, sobre indivíduos sociais que têm uma vinculação mais significativa com a questão investigada, sendo geralmente lideranças nos grupos escolhidos, buscando assim refletir as múltiplas dimensões do objeto de estudo a partir das falas dos entrevistados.

O número de sujeitos escolhidos visou abarcar representantes de cada grupo e conhecer bem o objeto de estudo, permitindo que houvesse informações suficientes para análise de acordo com a realidade deparada na prática (DUARTE, 2002). Os grupos foram definidos pela pesquisadora de acordo com os critérios de proximidade física com o local de estudo e de poder de decisão sobre o uso e ocupação da Mata da Izidora.

O fechamento do grupo de estudo se deu pela escolha no momento em que as informações apresentaram certa repetição ou redundância. De acordo com critérios apresentados por Fontanella *et al* (2008), a decisão levou em consideração: a integração de tais dados com a teoria, os limites empíricos dos dados, e a sensibilidade teórica da pesquisadora

Segundo Angrosino (2009), o ponto de saturação em pesquisas qualitativas se dá quando “as características gerais das novas descobertas reproduzem consistentemente as anteriores”. Nesta pesquisa, o trabalho de campo foi encerrado quando se observou que o material obtido permitia identificar práticas empregadas e padrões simbólicos relativos à Mata da Izidora.

Os participantes foram entrevistados em local, data e hora de maior conveniência escolhido por eles, para evitar qualquer tipo de constrangimento aos mesmos. Cada participante assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e recebeu uma cópia. Com a autorização dos participantes, as respostas foram gravadas com o objetivo de auxiliar a transcrição das falas, sendo o anonimato do participante mantido no texto. Essa não identificação dos sujeitos permite a potencialização da voz coletiva referente ao grupo pertencente e a unificação das vozes dos sujeitos sociais que se relacionam com a Mata da Izidora. Reconhece-se a individualidade de cada sujeito, mas a busca por uma voz conjunta de cada grupo objetivou mostrar um olhar coletivo para ressaltar a interação entre diferentes percepções e ações em um território, tanto entre quanto dentro dos grupos.

Posteriormente, foi realizada a análise de conteúdo do material coletado nas entrevistas. Além de citações das falas ao longo dos capítulos, apresentadas em itálico e alinhadas à direita do texto, e utilizadas para embasar os textos subsequentes, uma das disposições desse conteúdo

se deu por meio do método das categorias, as quais foram relativas aos objetivos específicos da pesquisa, permitindo a classificação e interpretação dos elementos de significação constitutivos de mensagem (Bardin, 2011).

Baseando-se nos tipos de agrupamento propostos pela mesma autora, o critério escolhido para dispor e analisar o conteúdo das falas dos entrevistados foi o léxico, que permitiu classificar as palavras e frases de acordo com o seu sentido, buscando o elemento comum entre elas. Para tanto, as informações foram preparadas, unificadas, classificadas, descritas e interpretadas.

Acredita-se que as concepções a respeito da Mata da Izidora e as ações sobre ela possuem uma confluência, mesmo considerando as divergências entre cada indivíduo, pois as “reservas de experiência” - saberes herdados, experiências próprias e aprendizados - e “estruturas de pertinência” – formas de controle das distintas situações sociais - são socialmente transmitidas e permanentemente reelaboradas por um processo de “sedimentação” contínuo conformado intersubjetivamente por fenômenos culturais (FONSECA DE CASTRO, 2012).

Charlot (2000) concebe o ser humano como um sujeito aberto a um mundo com historicidade. Ao mesmo tempo que ele é um ser singular, ele é um sujeito social, com sua origem familiar, seu lugar social e suas relações sociais. O autor relaciona o sujeito com a condição antropológica do ser humano, como alguém que é igual a todos como espécie, a alguns por pertencer a um grupo social, porém distinto de todos como um ser singular. Sendo assim, a condição humana é um processo, uma construção, e sua essência originária se encontra fora de si, no mundo das relações sociais, constituindo-se na relação com o outro. As dimensões sociais, culturais e biológicas estão interligadas na formação do ser humano, e se desenvolvem a partir do meio social concreto em que este se insere.

Como afirma Merleau-Ponty (2006) “o homem está no mundo, é no mundo que ele se conhece”. Sendo o mundo aquilo que se vive, que se percebe, e essa percepção abre horizontes nos quais o saber se instala.

Tudo aquilo que sei do mundo, mesmo por ciência, eu o sei a partir de uma visão minha ou de uma experiência do mundo sem a qual os símbolos da ciência não poderiam dizer nada. Todo o universo da ciência é construído sobre o mundo vivido, e se queremos pensar a própria ciência com rigor, apreciar exatamente seu sentido e seu alcance, precisamos primeiramente despertar essa experiência do mundo da qual ela é a expressão segunda. (MERLEAU-PONTY, 2006, p. 3)

Já disse Merleau-Ponty (2006) que “buscar a essência da percepção é declarar que a percepção é não presumida verdadeira, mas definida por nós como acesso à verdade”. De acordo com Bardin (2011), “a descrição analítica funciona segundo procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”. Ainda segundo a autora:

A principal dificuldade da análise de entrevistas de inquérito deve-se a um paradoxo. De uma forma geral, o analista confronta-se com um conjunto de <<x>> entrevistas, e o seu objetivo final é poder inferir algo, através dessas palavras, a propósito de uma realidade (seja da natureza psicológica, sociológica, histórica, pedagógica...) representativa de uma população de indivíduos ou de um grupo social. Mas ele encontra também – e isto é particularmente visível com entrevistas – pessoas na sua unicidade. Como preservar <<a equação particular do indivíduo>>, enquanto se faz a síntese da totalidade dos dados verbais proveniente da amostra das pessoas interrogadas? Ou então, como diz Michelat, como <<utilizar a singularidade individual para alcançar o social>>? (BARDIN, 2011, p. 90)

Baseando-se na metodologia de Glesne (1997), foi feita também a transcrição poética composta por palavras, trechos e ideias das entrevistas, com pretensão de dar voz à Mata por meio dos olhares de quem a permite e de quem a despede, pois “nos poemas se manifestam forças que não passam pelos circuitos de um saber” (BACHELARD, 1979).

Segundo Norberg-Schulz (1979), a poesia pode concretizar as totalidades que escapam à ciência, e pode, por isso, sugerir como poderíamos proceder para obter a compreensão necessária. A poesia nos traz de volta às coisas concretas, descobrindo os significados inerentes ao mundo da vida. A poesia é o que primeiro traz o ser humano para a terra, fazendo-o pertencê-la, e, logo, habitá-la. Somente a poesia, em todas as suas formas, faz a existência humana significativa, e significado é a necessidade humana fundamental.

Acredita-se que essa forma pode proporcionar novas maneiras de se analisar o dado, e pode revelar complexidades e contradições que melhoram a compreensão do fenômeno social, tornando o texto mais atrativo e compreensível para um público maior (CAHNMANN, 2003). Pode-se chegar, talvez, ao que Bachelard (1979) chama de “fenomenologia da imaginação”, na qual o produto direto da alma, do ser tomado na sua atualidade, faz emergir na consciência o fenômeno da imagem poética.

Morta... serei árvore,  
serei tronco, serei fronde  
e minhas raízes  
enlaçadas às pedras de meu berço  
são as cordas que brotam de uma lira.

Enfeitei de folhas verdes  
a pedra de meu túmulo  
num simbolismo  
de vida vegetal.

Não morre aquele  
que deixou na terra  
a melodia de seu cântico  
na música de seus versos.

(Poema “Meu Epitáfio” de Cora Coralina. In: Meu Livro de Cordel, 1998)

Segundo Santos & Harazim (2011), ao querer ser somente ciência ao invés de ciência e arte, a geografia cometeu seu maior erro, deixando para trás contribuições importantes e ricas, como da poesia e da filosofia, para a reflexão geográfica.

O diálogo do material obtido, por meio das entrevistas e dos demais dados apresentados pela pesquisa, com o referencial teórico foi feito ao longo dos capítulos para contribuir com as discussões de cada um. Portanto a revisão teórica dos conceitos e parâmetros de análise se encontra ao longo de todo o texto. Juntamente com a literatura apresentada, todo esse caminho metodológico buscou extrair ao máximo o conteúdo das falas dos entrevistados e demonstrar no decorrer do texto as concepções apresentadas pelos sujeitos, “costuradas” pela percepção desta pesquisadora.

Considerando o exposto, este trabalho está estruturado da seguinte forma. O primeiro capítulo apresenta a caracterização histórico-geográfica da Mata da Izidora a partir dos olhares dos entrevistados e documentos relativos à área. Há a disposição das falas de todos os grupos de entrevistados permeando o texto, sendo que a mescla e não identificação dos grupos de sujeitos objetivou a apresentação dos diferentes pontos de vista sobre o mesmo local. O texto traz a constituição da área como tal, seus movimentos de ocupação atuais e pretensões futuras. Almeja-se situar o leitor sobre o que se trata o local escolhido para a pesquisa.

O segundo capítulo trata da interface entre urbano e rural e dos impactos do planejamento e da ocupação do solo em Belo Horizonte, relacionando-os com os conflitos presentes na área de estudo, decorrentes da diversidade de interesses ali materializados. Discute ademais o panorama das áreas verdes na cidade e apresenta as visões dos entrevistados sobre temas tratados no artigo 225 da Constituição Federal, relativo ao meio ambiente.

O terceiro capítulo é dedicado à discussão sobre a possibilidade de sobrevivência do fragmento florestal urbano em questão, partindo dos olhares dos sujeitos entrevistados sobre as maneiras de se relacionarem com a Mata da Izidora. Examina a partir desses as concepções de meio ambiente e a viabilidade de coexistência com uma floresta urbana. Apresenta algumas considerações sobre as áreas naturais protegidas e legislações pertinentes à área de estudo e sugere para esta uma possível categoria de unidade de conservação que possa abarcar os anseios socioambientais revelados pela pesquisa.

Ao final, são apresentadas conclusões e reflexões sobre o conteúdo desenvolvido nos capítulos antecedentes e algumas considerações para estudos futuros sobre a temática, com a perspectiva de que ainda há tempo de surgir novos caminhos que permitam a coexistência de fragmentos florestais com a cidade e seus habitantes, com o título “Antes de ir”.

## CAPÍTULO 1

### Mata da Izidora: o que é você?

*“vivia uma escrava negra que lavava roupa no Ribeirão, no córrego aqui,  
e ficava lavando a roupa dos senhorinhos,  
e sonhando um dia ter uma moradia digna, uma libertação”*

(trecho de entrevista)

Inicia-se o desafio de caracterizar a área de estudo por sua denominação. Conhecida por nomes como Mata do Isidoro ou Granja Werneck, a região é identificada por seu principal corpo d'água, o Ribeirão Isidoro, ou melhor, o Ribeirão da Izidora. Por razões desconhecidas, esta nomenclatura foi usada em documentos até por volta da terceira década do século XX, prevalecendo o gênero masculino desde então. No decorrer da pesquisa a denominação Mata do Isidoro foi utilizada por ser um nome presente em documentos públicos atuais e reconhecido pelos sujeitos entrevistados. Porém, após as entrevistas e obtenção de documentos históricos, além de outros trabalhos que já reconhecem essa nomenclatura, decidiu-se pela mudança de tratamento e pela retomada da expressão Mata da Izidora, fazendo jus à sua história e pretendendo colocá-la em voga novamente. Ressalta-se que ao longo do texto menções à área são feitas com os nomes citados, por estes estarem contidos em depoimentos e documentos relativos à mesma.

Tamanha é a complexidade da área escolhida que se optou por apresentá-la tal como ela é vista, mostrada e conhecida, e não buscando uma caracterização única e absoluta. O caminho dessa descrição histórica-geográfica se dará a partir das falas dos entrevistados e declarações públicas, na mídia e em documentos, sobre a Mata da Izidora. Além dos aspectos físicos, o território também envolve aspectos sociais como a identificação e o pertencimento. Toma-se por base a concepção de que o espaço não é estático, mas um local de complexas interações, entre seres humanos e meio, reproduzidas em diferentes escalas de tempo (FONSECA, 2014). Esse espaço é um conjunto preenchido por objetos naturais, geográficos e sociais que interagem entre si (SANTOS, 1997).

Pautada nos últimos anos por conflitos socioambientais, a área de estudo permitiu a identificação de diversas intencionalidades territoriais: reconhecimento e condições de existência do Quilombo de Mangueiras, estabelecimento de três ocupações urbanas, projeto urbanístico Granja Werneck, construção de moradias pelo programa do Governo Federal

“Minha Casa, Minha Vida”, planejamento urbano municipal pela Operação Urbana do Isidoro, e atividades econômicas dos proprietários de terrenos na Mata da Izidora.

Segundo Fonseca (2014), atividades distintas quando interagem podem gerar zonas de pressões territoriais em decorrência do contato, nem sempre físico, entre territórios. Essas pressões em um mesmo espaço podem dar origem a conflitos. Também de acordo com o autor, a partir de 1968 o conceito de conflito passou a ser recorrentemente discutido e difundido, principalmente com a emergência da aparente incompatibilidade entre desenvolvimento econômico, equidade social e preservação da natureza.

Pode-se dizer que o objeto de estudo desta pesquisa está envolto em um conflito socioambiental, que, segundo Acselrad (2004), é aquele que envolve “grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis decorrentes do exercício das práticas de outros grupos”.

*“Um dos maiores conflitos fundiários da América Latina”*

Conforme as falas das entrevistas, a pretensão da prefeitura de urbanizar a área da Mata da Izidora data do ano 2000, com a elaboração de uma Operação Urbana Simplificada. Tentativas também partiram dos proprietários pertencentes à família Werneck, por meio do projeto de urbanização Granja Werneck, além de outros pedidos de parcelamento do solo pelos demais proprietários. Os desdobramentos previstos após anos de negociações seriam a implantação de um sistema viário de grande porte, milhares de unidades habitacionais pelo programa “Minha Casa Minha Vida”, equipamentos urbanos, e loteamentos para adensamento populacional e atividades econômicas.

Por outro lado, a comunidade quilombola Mangueiras estava na luta pelo reconhecimento de seu território e, em outras partes da Mata, três ocupações urbanas se instalavam. Paralelamente, seu remanescente de vegetação recebia promessas e ideias por todos os lados sobre qual fração, e como, deveria ser preservada.

Ruiz (2005) relaciona os conflitos socioambientais a partir de aspectos materiais e imateriais, sendo os materiais caracterizados no espaço por marcas em um território transformado em benefício de um interesse e contraditório a outro. Por outro lado, os aspectos imateriais se manifestam por meio de influências, especialmente políticas e econômicas, que limitam a definição de domínios por outro ator. Os conflitos espaciais são como tensões

reveladas no processo de produção dos modelos de desenvolvimento. Percebemos a posse da terra e seu uso como gerador dos conflitos na Mata da Izidora.

Para além da área compreendida pela Mata, outras pressões regionais se somam às já existentes. O projeto estadual de desenvolvimento do Vetor Norte da região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) vem, desde 2004, operando diversas ações nos municípios nele contidos (Figura 6).

Figura 6: Localização da Mata da Izidora em relação a pontos de referência do Vetor Norte.



Fonte: Grupo Indisciplinar (2015).<sup>5</sup>

O Aeroporto Internacional Tancredo Neves, em Confins, foi implantado em 1984, mas somente com sua revitalização em 2004 que o processo de realocação de atividades econômicas em direção ao Vetor Norte tomou força. Essa iniciativa gerou também a modernização do sistema viário, pretendendo conectar eficientemente o centro metropolitano ao aeroporto, dando origem à Linha Verde, linha viária rápida para ligar o aeroporto à Belo Horizonte (PEREIRA et al, 2007). Resultou também na duplicação do corredor entre as avenidas Antônio Carlos e Pedro I (MORADO & FREITAS, 2017).

<sup>5</sup> Disponível em: <[http://oucbh.indisciplinar.com/?page\\_id=696](http://oucbh.indisciplinar.com/?page_id=696)>. Acesso em: 09 mai. 2017.



A construção do Centro Administrativo do Estado de Minas Gerais no bairro Serra Verde foi inaugurada em 2010, tornando-se outro elemento propulsor de investimentos na região. Desde então, outras ações foram concretizadas e propostas para o Vetor, como a inauguração do Aeroporto Industrial em 2014, também em Confins, implicando em uma articulação entre vários modos de transportes, complexos industriais e estruturas de armazenamento (PEREIRA et al, 2007). Conta-se também para a região com propostas do setor privado como o megaempreendimento residencial para alta renda Reserva Real e o projeto Precon Park/Terras do Fidalgo (MORADO & FREITAS, 2017). Iniciativas para atrair pessoas e investimentos que, conseqüentemente, aumentam a pressão sobre a região Norte.

A dinâmica de uso e ocupação do solo decorrente desses empreendimentos nos municípios da região metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) localizados no Vetor Norte - Confins, Jaboticatubas, Lagoa Santa, Pedro Leopoldo, Santa Luzia, São José da Lapa e Vespasiano – e bairros localizados na área de influência das Administrações Regionais de Venda Nova e Norte do Município de Belo Horizonte, tem favorecido duas vertentes: “a recorrente imposição de intervenções violentas no território, ou seja, intervenções cuja intensidade vem promovendo rupturas e desarticulações na produção do território” e “o aumento de poder para um conjunto de atores que deles se beneficiam e que também estabelecem as regras de produção desses projetos” (MORADO & FREITAS, 2017, p.2).

Depara-se com um modelo de produção do espaço desarticulador do território e agravante dos processos de exclusão socioespacial, quando impõe a pressão por novos loteamentos, inclusive em áreas de proteção ambiental e interesse social, e possibilita alterações mais permissivas nas legislações (MORADO & FREITAS, 2017).

### **1.1. Quem lhe habita?**

*“Ribeirão do Isidoro, tinha mata ciliar, subia numa árvore e descia em outra árvore”  
“A gente nadava, pescava”*

Belo Horizonte é composta por uma rede hidrográfica densa e bem distribuída pelo território. Dois dos afluentes do Rio das Velhas, juntamente com este, são os principais cursos d’água da capital: o Ribeirão Arrudas e o Ribeirão da Onça (ÁDAMO, 2008).

O Ribeirão da Izidora (também chamado de Ribeirão do Isidoro) é o principal contribuinte do Ribeirão da Onça (Figura 7). Segundo Lima *et al* (2016), a sub-bacia hidrográfica do Izidora comporta cerca de 64 córregos e 280 nascentes, e sua área, de 55,19 milhões de m<sup>2</sup>, abarca por volta de 20% do território de Belo Horizonte. Está dividida em baixo, médio e alto curso, nas regionais administrativas Norte, Venda Nova, e Pampulha, respectivamente, sendo que seu baixo curso perpassa a Mata da Izidora e apresenta a melhor qualidade ambiental da bacia.

Figura 7: Sub-bacia do Ribeirão da Izidora.



Fonte: Projeto Manuelzão (2008).<sup>6</sup>

*“O Isidoro recebe esgoto de um monte de afluentes que passam em bairros, hoje ele é uma coisa preta”*

Todavia, atualmente observa-se em seu baixo curso, de 11,15 milhões de m<sup>2</sup>, um Ribeirão maltratado por seu percurso, abrigando, aparentemente, mais esgoto, lixo e entulho do que peixes, como pode-se observar nas Figuras 8 e 9. Está localizado em uma região de fazendas e baixa ocupação, mas rodeado por vários bairros adensados, e sua mata ciliar tenta resistir e impedir o assoreamento total de seus córregos.

<sup>6</sup> Disponível em: <<http://www.ibeas.org.br/congresso/Trabalhos2016/VIII-074.pdf>>. Acesso em: 09 mai. 2017.

Figura 8: Ribeirão da Izidora no encontro com o Ribeirão da Onça, água turva e lixo nas margens.



Fonte: a autora (2017).

Figura 9: Ribeirão da Izidora no bairro Jardim Felicidade – água turva, proximidade das construções e deposição de entulho.



Fonte: a autora (2017).

*“A presença do curso d’água é um motivador da vegetação estar presente lá”*

Em relação à fitofisionomia da Mata da Izidora e à fauna que nela habita, são considerados aqui os estudos prévios realizados por outros pesquisadores e a classificação do IBGE de 2004 dos biomas e vegetação brasileiros da região como sendo de um ecótono entre Cerrado e Mata Atlântica (Figuras 10A e 10B).

Figura 10A: Recorte de Belo Horizonte do Mapa de Biomas do Brasil.

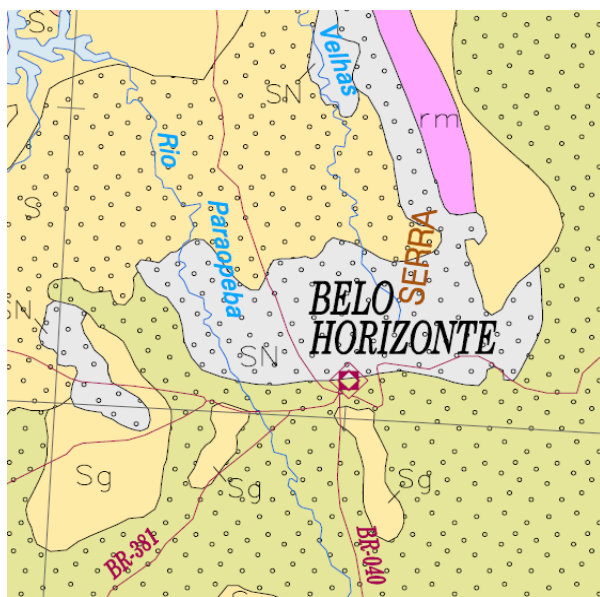
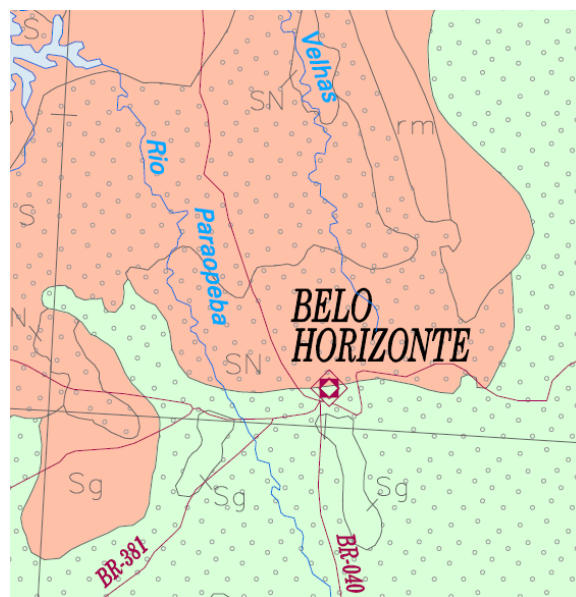


Figura 10B: Recorte de Belo Horizonte do Mapa de Vegetação do Brasil.



Fonte: IBGE (2004).<sup>7</sup>

*“Não é uma mata de árvores muito altas, não é uma vegetação de porte alto”*

Obtêm-se por meio dos mapas do IBGE, e recortes apresentados, o predomínio de vegetação secundária na região de Belo Horizonte, além das classificações vegetacionais de savana gramíneo lenhosa (Sg), ou campo limpo de cerrado, e contato dessa savana com a floresta estacional (SN). A primeira refere-se a uma fisionomia com composição florística bastante diversa e marcada por gramados entremeados por árvores de pequeno porte, ocupa extensas áreas e de acordo com a ocorrência de fogo ou pastoreio apresenta herbáceas que permanecem subterrâneas enquanto atravessam a estação desfavorável ao seu crescimento (IBGE, 2012).

<sup>7</sup> Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Cartas\_e\_Mapas/Mapas\_Murais/> Acesso em: 20 de Ago. 2017.35

*“É um lugar com muita variedade de nascente, vegetação, da mata atlântica”*

A segunda refere-se ao contato dessa savana, ou cerrado, com a floresta estacional. A classificação Floresta Estacional Semidecidual remete a características climáticas de uma região fitoecológica, a qual Belo Horizonte se insere em parte, manifestada por duas estações anuais, neste caso: uma chuvosa e outra seca. Seu nome se deve à perda das folhas de 20% a 50% do conjunto florestal que a compõe (IBGE, 2012).

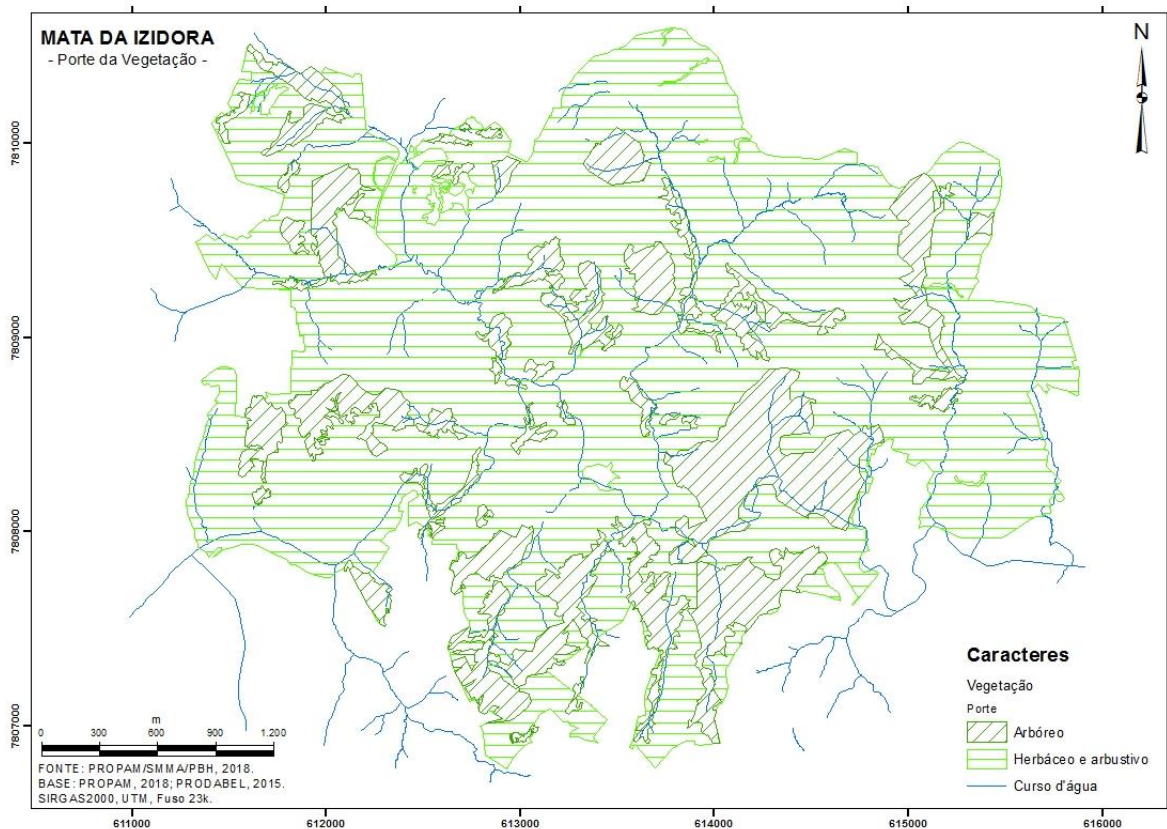
*“Era um morro careca”*

*“Toda a região em volta de Belo Horizonte era desprovida de mata, porque a energia da época era lenha, então pra poder fazer a economia da cidade rodar precisava de lenha”*

*“A mata regenerou nessa região”*

A Mata da Izidora tem predomínio de vegetação herbácea, decorrente do pastoreio de gado, e manchas de vegetação com porte arbóreo, concentrando maior densidade e espécies mais altas ao longo dos cursos d'água, e apresentando características de Mata Atlântica. Apresenta também vegetação arbustiva na transição entre as já citadas (Figura 11), exibindo características de cerrado com potencial de ocupação das áreas de gramíneas, caso seja permitida a sucessão ecológica (ÁDAMO, 2008).

Figura 11: Distribuição e porte da vegetação encontrada na Mata da Izidora.



Fonte: Ádamo (2008). Atualizado pelo autor.

*“Era um lugar que tinha uma fauna muito rica, tinha paca, pescava-se uma traíra, um bagre pra comer, lambari nem fala, muita ave, muito pássaro, uma coisa muito rica”*

*“Chegou a ter onça, raposa tinha muito”*

*“Pela região do Xodó Marize, quando você entra dentro da mata, aí tem onde a gente chama de Macacos, fica cheio de macaco, cheio de mico”*

Em relação à fauna, foram relatadas as presenças de algumas espécies que se especializaram em áreas abertas, utilizando grandes extensões de área para deslocamento e cumprimento das funções ecológicas, e das que se especializaram em áreas fechadas, utilizando menor porção de área e podendo recorrer às matas ciliares para suas migrações. Além de espécies indiferentes, que habitam também as extensões urbanizadas (ÁDAMO, 2008).

Segundo os relatos apresentados por Ádamo (2008), também se notou a presença de animais como: andorinhas, morcegos, urubus, pardais, lavadeiras, anus-pretos e brancos, colibris, pombos-do-mato, saracuras, seriemas, jacus, micos, tatus, teiús, cobras, gambás e raposas (ÁDAMO, 2008). Além de diversos outros e centenas de insetos.

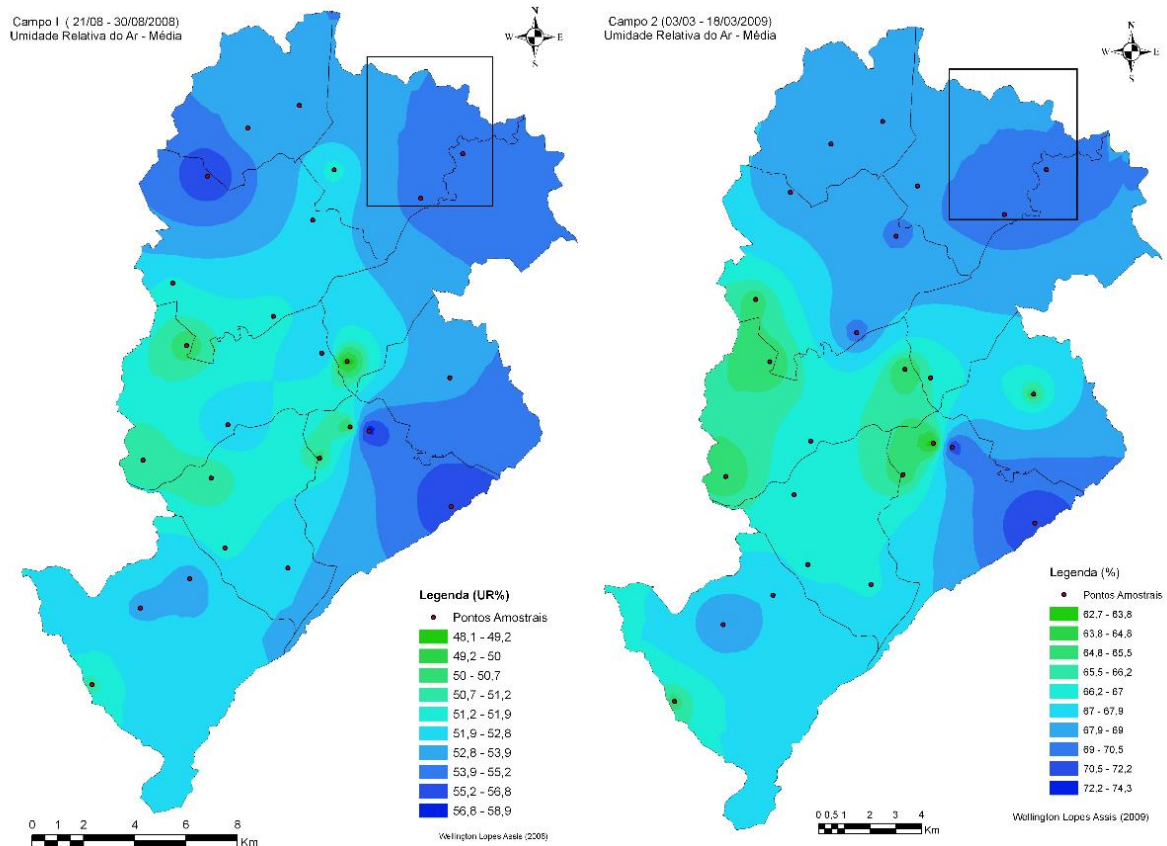
*“Minha mãe diz que nasce de graça, que simplesmente cai lá e nasce”*

Parte-se do princípio que qualquer vegetação pertencente a essa área de transição tem valor intrínseco na cidade. Além de pautar-se pela ideia de Diegues et al (2001) de que a biodiversidade, urbana no caso deste trabalho, não é traduzida somente em listagens de plantas e animais, pois, situada em um domínio cultural seu conceito é “construído e apropriado material e simbolicamente pelas populações humanas”, sendo a biodiversidade presente na Mata da Izidora, um reflexo das interações com o meio natural ao longo dos anos.

*“Em nível de ambiente, o frio é muito mais frio, você no centro de Belo Horizonte  
você sente a diferença, o ar muito mais pesado, aqui é muito mais puro”*  
*“Tem uma qualidade de oxigênio no lugar, o lugar tem uma umidade”*  
*“Num é só na nascente que vai te trazer essa umidade, a mata ela é úmida”*

Figura 12A: Mapa sobre a umidade relativa do ar no município de Belo Horizonte, referente ao período seco (agosto/2008).

Figura 12B: Mapa sobre a umidade relativa do ar no município de Belo Horizonte, referente ao período chuvoso (março/2009).



Fonte: ASSIS (2010) – marcação da área pela autora.

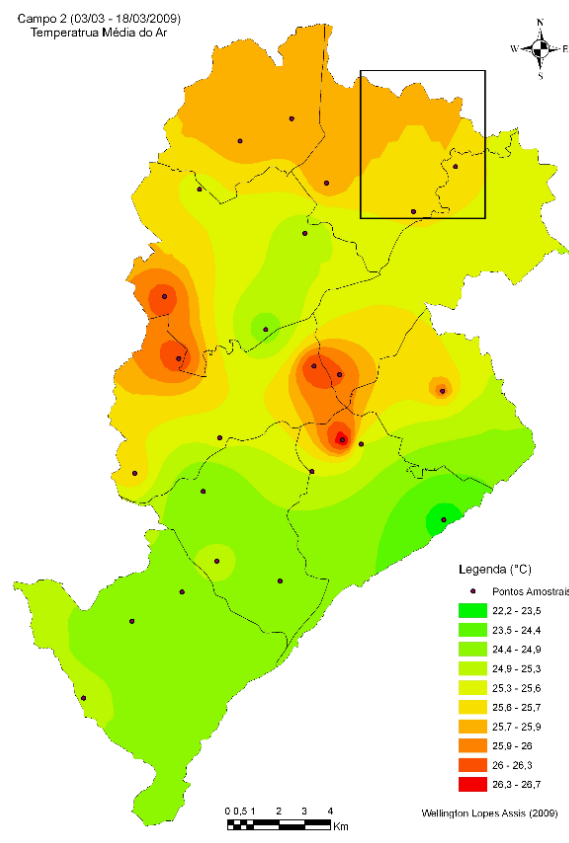
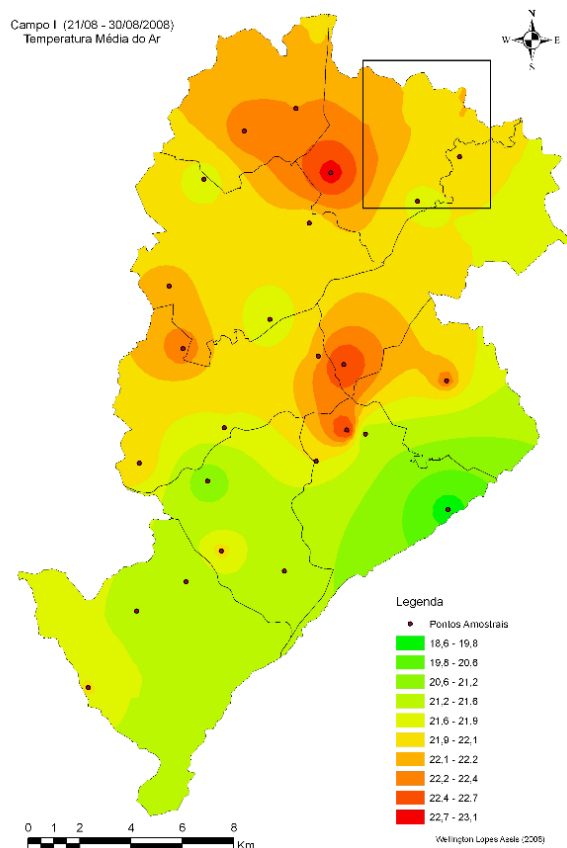
*“Eu sei qual que é esse impacto, de você estar num grande centro”*

*“Primeiro que a temperatura faz um choque com você”*

*“A temperatura, o cheiro da mata é maravilhoso”*

Figura 13A: Mapa sobre o comportamento do campo térmico no município de Belo Horizonte, referente ao período seco (agosto/2008).

Figura 13B: Mapa sobre o comportamento do campo térmico no município de Belo Horizonte, referente ao período chuvoso (março/2009).



Fonte: ASSIS (2010) – marcação da área pela autora.

*“Quilombo, área de cerca de 2 hectares, moraram na época cerca de 47 pessoas, hoje deve ter umas 52 pessoas”*

O histórico de ocupação humana da área se remete à segunda metade do século XIX, com o casal de lavradores negros Vicência Vieira de Lima e Cassiano José de Azevedo, que ali ficaram e tiveram doze filhos. Originalmente, a comunidade fundada por Vicência e Cassiano se estabeleceu em uma área de cerca de 387 mil m<sup>2</sup> (38,7 ha). Maria Bárbara de Azevedo, nascida em Santa Luzia em 1863, foi uma das filhas do casal e é tida como referência pela



criação do Quilombo, de acordo com o Relatório Antropológico de Caracterização Histórica, Econômica e Sócio-Cultural do Quilombo de Mangueiras (NUQ, 2008).

*“Acho que é a quinta geração já,  
que mora aqui no Quilombo, acho que é dezoito, mas fora do Quilombo tem vários,  
porque foi estudar e ficou por lá”*

Acredita-se que Santa Luzia e Sabará foram os lugares de origem dos primeiros trabalhadores negros que habitaram a Mata. Em 1932, a então matriarca do grupo, Maria Bárbara, recebeu a doação da gleba onde sua família trabalhava e estava estabelecida (FOUREAUX, 2014), decorrente do processo de divisão do Ribeirão da Isidora (NUQ, 2008).

*“Até os território do Quilombo com certeza eu conheço cada centímetro”  
“A gente anda pelo território inteiro quase”*

De acordo com o relatório da Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais intitulado “As comunidades tradicionais no espaço urbano: um mapeamento de povos e comunidades tradicionais na região metropolitana de Belo Horizonte”, a área ocupada inicialmente pelo Quilombo era próxima ao Ribeirão da Izidora, seguindo um longo trecho do Ribeirão da Onça até o encontro do córrego Lajinha, e daí seguindo para o grande Lajedo.

*“É o lugar que eu conheço, o lugar que eu me identifiquei”  
“A minha cultura foi aflorando”  
“A gente não precisa de buscar nada lá fora”*

O acesso para a comunidade, conhecida como Mangueiras, se dá pelo bairro Aarão Reis, km 13,5 da rodovia MG-020. Ela se encontra hoje com 186 mil m<sup>2</sup> e cerca de 60 pessoas, 19 famílias e 15 casas (Figura 14), sendo que, em janeiro de 2016 foi reconhecida por meio da portaria publicada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Seus moradores, além de trabalharem na cidade, mantêm algumas atividades no terreno como o cultivo de hortaliças, a criação de animais e o uso do fogão a lenha.

Figura 14: Imagens das casas da Comunidade Quilombola de Mangueiras em meio à Mata da Izidora.



Fonte: Estudos básicos da região do Isidoro. PBH (2010).

*“Eu digo que a nossa religiosidade é um modo de vida”*

*“A gente se identifica com o lugar, por causa das questões que necessita né”*

*“A gente chama de axé, que é o lugar onde foi feito assentamento”*

*“O vínculo maior é esse, sabe? Com a religião”*

*“Por causa da religião que a gente usa as plantas”*

*“É como alguém usa um sabonete, um creme, a gente faz uso dessas plantas,  
de modo controlado, pra nós mesmo”*

*“E que acredita, e que sente”*

*“Além de ir pro meio do mato nós vão pra pedra, lá em cima tem uma pedra, que a  
gente chama de pedra do urubu, onde que a gente realiza vários atos lá”*

O Relatório Antropológico de Caracterização Histórica, Econômica e Sócio-Cultural do Quilombo de Mangueiras (NUQ, 2008) aponta que as crianças da comunidade frequentam escolas da região, e em relação à saúde, além dos conhecimentos de plantas medicinais, fazem uso dos serviços públicos de saúde. Também faz menção à diversidade religiosa da comunidade, identificando ali quatro manifestações: católica, evangélica, Associação da Ciência Cristã e afro-brasileiras.

*“O esgoto desaba na nascente que o Quilombo manteve anos e anos”*

Problemas recentes envolvem a poluição dos córregos aos quais a população quilombola tem acesso, em decorrência do adensamento populacional no entorno do Quilombo nos últimos anos e da falta de saneamento básico. O Quilombo tem uma Associação estruturada desde 2008 e, mesmo com anos de luta por reconhecimento, os equipamentos públicos construídos recentemente na região não o contemplam. Todavia, Mangueiras já possui sua certificação pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Belo Horizonte, pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e pela Fundação Cultural Palmares (BIZZOTTO, 2015).

*“A gente fez uma ADE do Quilombo justamente por causa da mata”*

*“Área de diretrizes especiais”*

*“Onde que seria uma área que a gente poderia tocar,  
onde que seria uma área que a gente não poderia tocar”*

*“Nós tentamos proteger ela de todas as formas”*

Segundo a lei municipal nº 9.959, de 20 de julho de 2010, que altera as leis nº 7.165/96 e nº 7.166/96 que tratam do Plano Diretor e parcelamento, ocupação e uso do solo urbano, cabe ao Quilombo o seguinte artigo:

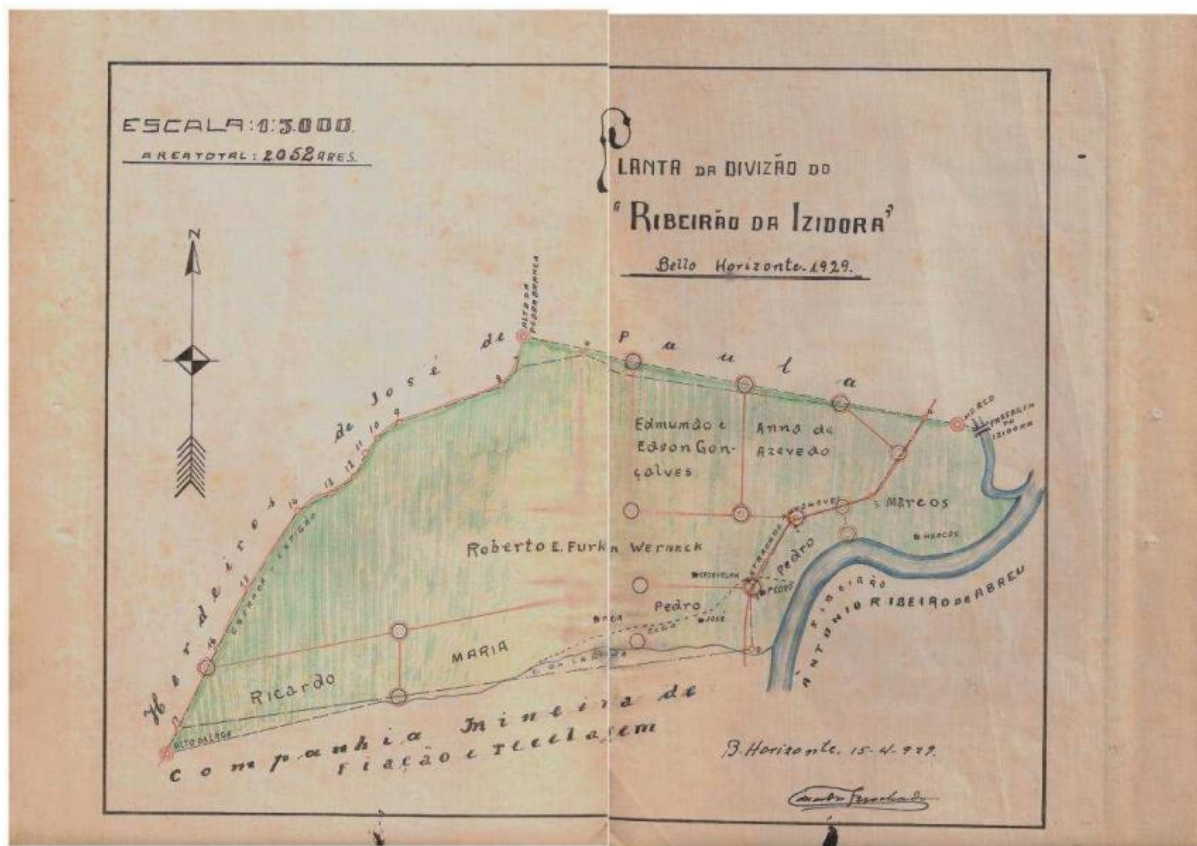
Art. 89-A - Fica instituída a ADE do Quilombo de Mangueiras, cuja delimitação coincide com os limites do território quilombola, conforme descrição perimétrica a ser definida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

§ 1º - Os parâmetros de uso e ocupação da ADE do Quilombo de Mangueiras serão objeto de regulamentação específica a ser elaborada em conjunto com a comunidade local, considerando-se o relatório técnico de identificação e delimitação elaborado pelo INCRA, bem como o disposto na legislação pertinente.

§ 2º - Após regulamentação específica, a ADE do Quilombo de Mangueiras poderá adotar parâmetros de parcelamento, uso e ocupação do solo distintos dos especificados por esta Lei, inclusive aqueles relativos à ADE de Interesse Ambiental do Isidoro, desde que respeitadas as exigências das legislações ambientais pertinentes.

As terras de Vicência e Cassiano foram divididas entre os herdeiros entre 1928 e 1932. Conforme o Relatório Antropológico de Caracterização Histórica, Econômica e Sócio-Cultural do Quilombo de Mangueiras, durante o processo de divisão, concluído em 1932, metade do território foi passado à família Werneck (Figura 15). De acordo com o mesmo relatório, os documentos referentes à aquisição de terras por esta família somente informam o fato, mas não esclarecem como se deu a aquisição. Devido à dificuldade de acesso aos documentos, somente em 1976 os descendentes de Maria Bárbara conseguiram registrar em cartório sua parcela de terra (NUQ, 2008).

Figura 15: Planta da Divisão do Ribeirão da Izidora, 1929.



Fonte: Relatório Antropológico de Caracterização Histórica, Econômica e Sócio-Cultural “O Quilombo de Mangueiras” (2008).

*“Quando o pai morreu, os filhos venderam a propriedade em Petrópolis e o Hugo comprou essa aqui”*

*“1921 ele comprou de um proprietário local, está registrado”*

*“O primeiro proprietário que comprou, que se deu o nome de fazenda dos Wernecks”*

O médico carioca Hugo Werneck chegou a Belo Horizonte em 1906, local que fora recomendado por médicos da Suíça, devido ao clima favorável, para o tratamento de tuberculose, doença da qual sofria. Vindo de família tradicionalmente ruralista, a partir de 1919, Hugo começou a comprar terras no entorno da estrada para Santa Luzia. Em 1921, ele e a esposa adquiriram, de José de Paula Cotta, uma área de 5.230.000 m<sup>2</sup>, descrita no registro como sendo a maior parte de capoeiras e pastos, depois mato e uma pequena porção de campo (NUQ, 2008).

Ressalta-se que na época as divisas eram pouco definidas, ocorrendo reconhecimento por vizinhos dos limites de cada terreno. No caso referido, o registro de propriedade foi feito no livro Torrens, estando o processo administrativo a cargo dos registros imobiliários e o

judicial a cargo da justiça comum, provavelmente para garantir uma maior legitimidade à transação, pois a área não tinha registro anterior (NUQ, 2008). Existe controvérsia sobre a posse da área, apesar de existir um registro de doação desta à família Werneck pelo município de Belo Horizonte para a construção de um sanatório modelo como contrapartida: a Lei Municipal nº 82 de 1914 revogada pela Lei Municipal 6.370/1993.

Após a aquisição inicial, outros terrenos menores adquiridos posteriormente expandiram a área original, incluindo a propriedade com nome de “Retiro da Serra” e parte das terras do “Ribeirão Izidora”. Entretanto, estas não constam no registro Torrens (NUQ, 2008).

Ao final da década de 1920, foi inaugurado um sanatório no terreno por meio de incentivo do Banco do Brasil, principalmente para o tratamento de seus funcionários (Figura 16). O Sanatório passou a estruturar a economia da fazenda dos Werneck, que foi voltada para abastecê-lo, por meio de cultivo agrícola, criação de animais e abatedouro. Alguns irmãos de Maria Bárbara, como Augusto, tiveram relações de trabalho com a fazenda (NUQ, 2008).

Erguida (1925) numa pequena fazenda que Hugo havia comprado, a 14 quilômetros do centro de Belo Horizonte, a construção era realmente exuberante, incrustada no meio de densa vegetação, parecendo um pequeno castelo nos Alpes.

O doutor Hugo montou na fazenda uma estrutura quase industrial. Precisava de energia elétrica e para isso construiu uma pequena barragem que alimentava uma usina. Aos poucos, a necessidade aumentou e ele construiu uma termoelétrica a óleo para complementar a produção. Na época da construção do Sanatório, instalou ali uma olaria para que os tijolos necessários à obra fossem produzidos dentro da propriedade. Instalou uma linha de telefone e mais tarde levou luz elétrica da rede para a fazenda, que tinha ainda poço artesiano, caixa d'água, tudo de que ele precisasse.

Ali, produzia-se de tudo. E com muita qualidade. O Sanatório era abastecido com produtos de lá e ainda sobrava para o consumo da família. Ovos, legumes, verduras, leite, queijo, carnes, até peixes! (MIRAGLIA, 2009).

Figura 16: Sanatório Hugo Werneck.



Fonte: Estudos básicos da região do Isidoro. PBH (2010).

Após a morte do doutor Hugo Werneck, em 1935, foi constituída por seus filhos a empresa Granja Werneck S/A<sup>8</sup> para administrar a área, um dos principais nomes à frente dela foi Roberto Eiras Furquim Werneck, que já exercia uma função de gerência anteriormente.

*“Teve uma pequena produção de gado, plantou algumas árvores frutíferas, tinha uma pedreira, tinha alguns ganhos comerciais da área, mas no geral era uma área praticamente toda preservada”*

*“Tem afloramentos”*

Sabe-se que durante a década de 1950 foi instalada uma pedreira na Granja Werneck (Figura 17), às margens do Ribeirão da Izidora (BIZZOTTO, 2015). O investimento teve alto custo e precisou da venda de parte das terras para subsidiá-lo, foi local de trabalho de funcionários da fazenda, mas não trouxe os rendimentos esperados (NUQ, 2008).

<sup>8</sup> A GRANJA WERNECK S/A é uma Sociedade Anônima Fechada de Belo Horizonte - MG fundada em 17/09/1990. Suas atividades principais são de apoio à pecuária, e as secundárias dizem respeito a outras atividades esportivas.

Figura 17: Remanescente da pedreira da Granja Werneck.



Fonte: Estudos básicos da região do Isidoro. PBH (2010).

O falecimento da viúva de Hugo Werneck levou à divisão da propriedade entre seus 8 filhos, uma metade deles ficou com ações da Granja e a outra metade ficou com terras, desmembradas do empreendimento, que fazem limite com o Quilombo. Em 1967, o empreendimento apresentou declaração ao Instituto Brasileiro de Reforma Agrária informando que sua área total era de 5.808.000 m<sup>2</sup> (NUQ, 2008).

*“Terminou as atividades do sanatório em 1979”*

*“Cúria metropolitana fez um asilo, desativado há uns 6 anos atrás”*

*“A edificação ainda está lá e pela estrada não dá pra enxergar”*

A legislação nacional revogou o tratamento de tuberculose em sanatórios, e em decorrência disso, em 1979 a construção de 8.000 m<sup>2</sup>, que ocupava uma área de 250.000 m<sup>2</sup>, deu lugar ao Recanto Nossa Senhora da Boa Viagem (Figura 18), administrado pela Fundação Obras Sociais da Paróquia da Boa Viagem (BIZZOTTO, 2015).

Figura 18: Entrada do antigo Recanto N.S. da Boa Viagem, lugar atualmente abandonado.



Fonte: a autora (2017).

*“Granja Werneck, uma família que toma conta dessa área há anos”*

*“59 netos do avô Hugo Werneck”*

*“A gente tem muita paixão por aquela área”*

Atualmente, alguns netos do doutor Hugo Werneck, filhos do dentista também chamado Hugo Werneck, frequentam a área esporadicamente. Apesar de boas lembranças da infância vivida na fazenda, alegam ter receio de incidentes perigosos, a exemplo do ocorrido com um dos irmãos que foi baleado quando ali residia, e tristeza pela atual conjuntura da área (Figuras 19 e 20).



Figura 19: Entulho às margens da Estrada do Sanatório e vista da vegetação no vale.



Fonte: a autora (2017).

Figura 20: Vegetação forrageira na beira da Estrada do Sanatório e porte mais alto rumo ao antigo Sanatório



Fonte: a autora (2017).

*“Parte dessa área pertence a uma família chamada Werneck”*  
*“Ouvi dizer que eram onze proprietários, mas só convivi com dois”*  
*“8 proprietários (contando com os Werneck)”*  
*“Uma impressão que eu tenho é pelo fato de ser poucos proprietários e que eles foram deixando, e também a gente teve um reduto dessas famílias preservacionistas”*  
*“A região do Isidoro tem diversos proprietários”*  
*“Fernando Rocha, Hélio Rocha, Helivaldo”*  
*“A família tem tradição aqui há 180 anos”*  
*“Foram todos divididos em herança entre os filhos, são muitos filhos”*  
*“A especulação imobiliária aumentou muito”*  
*“Foi vendendo, foi loteando”*

Apesar do desconhecimento sobre os demais proprietários, e da Mata por vezes ser referida apenas como Granja Werneck, a área também é composta por outras propriedades privadas – acredita-se serem 9 no total. Reconhecidos regionalmente e não identificados pela maioria dos entrevistados e documentos consultados, alguns residem na Mata em suas fazendas, chácaras e sítios, e realizam atividades caracterizadas como rurais. Como exemplo, tem-se a fazenda Bela Vista (Figura 21), com entrada pelo bairro Juliana (Figura 22).

Figura 21: Vegetação de cerrado no caminho de entrada da Fazenda Bela Vista.



Fonte: a autora (2017).

Figura 22: Vegetação de grande porte ao final da rua que dá acesso à Fazenda Bela Vista.



Fonte: a autora (2017).

*“Os únicos produtores rurais cadastrados somos nós”*

A Fazenda tem como atividades o cultivo de horta, venda de leite e queijo, venda e compra de animal e está com o objetivo de produzir dois mil litros de leite por dia (Figura 23).

Figura 23: Gado da Fazenda Bela Vista.



Fonte: a autora (2017).

*“Tá tudo acabando, aos poucos tá acabando”*

Foram relatadas mudanças ambientais sofridas na propriedade nas últimas décadas. Diminuição das minas de água e dos pés de jabuticaba no lugar chamado “goiabal”; das trilhas de passeio a cavalo; extinção da “paiada”, local com água clara onde se banhavam; e do “areal”, um dos lugares prediletos para andar a cavalo, onde corria água cristalina em cima da areia e era mais ou menos do tamanho de três campos de futebol (Figura 24).

Figura 24: Vegetação na fazenda Bela Vista com parte de solo arenoso à mostra e ao fundo a continuação da extensão da Mata da Izidora e os bairros circundantes.



Fonte: a autora (2017).

Algumas pressões mencionadas sofridas na fazenda foram de invasões para depósito de lixo, trilhas clandestinas e desmanche de carros. Os proprietários decidiram por fechar a entrada com uma porteira para evitar esses incidentes.

De acordo com uma publicação do Tribunal de Justiça de Minas Gerais<sup>9</sup>, referente a lotes clandestinos na região da Mata, a Fazenda Tamboril, de área original superior a 300 mil m<sup>2</sup>, foi partilhada entre os 14 herdeiros de Joaquim Antônio da Rocha e Etelvina Carneiro da Cruz. Ela está localizada entre Belo Horizonte e Santa Luzia e possui nascentes e grandes áreas verdes. Ao longo dos últimos quinze anos foram realizados parcelamentos clandestinos da fazenda dando origem a loteamentos como: Chácara Joaquim Clemente e Mirante do Tupi. Medidas judiciais foram tomadas para tentar regularizar os terrenos e reparar os danos ao meio ambiente.

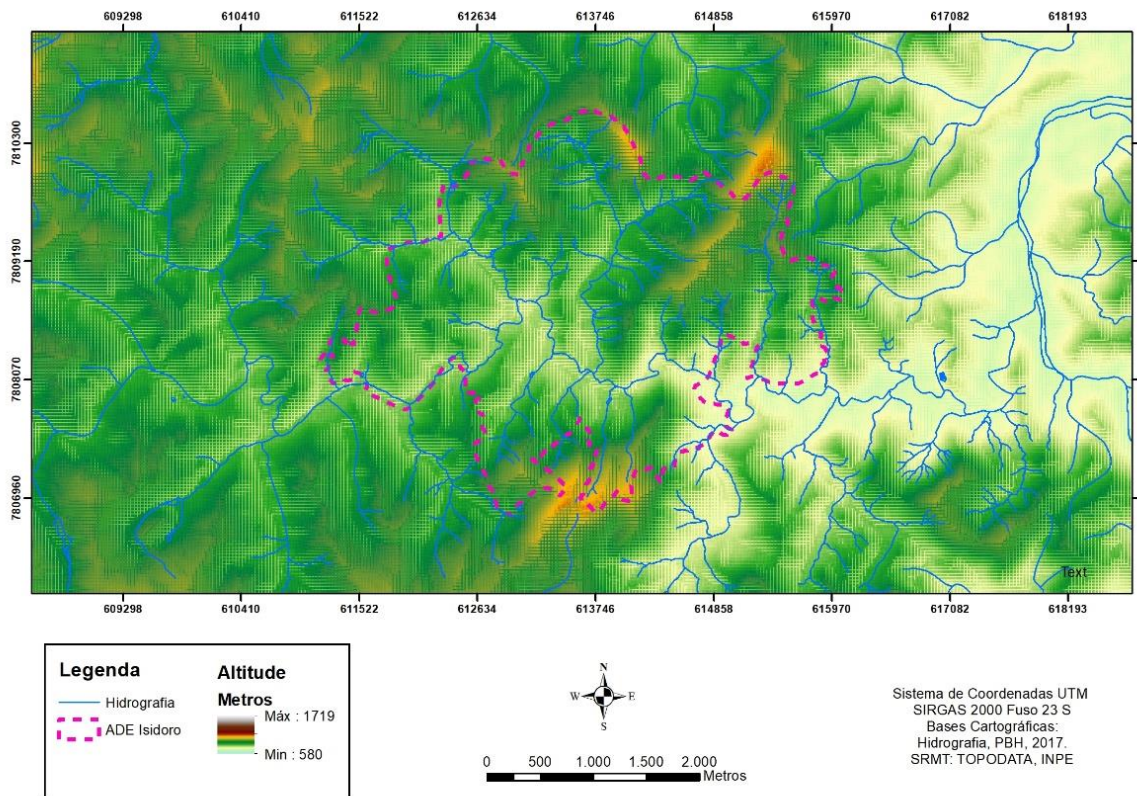
*“Um terreno de declividade muito forte”*

*“A topografia num é muito generosa, a verdade é essa”*

<sup>9</sup> Disponível em: <<http://tj-mg.jusbrasil.com.br/noticias/2887646/juiz-regulariza-lotes-clandestinos>> Acesso em: 10 de ago. 2017.

Pondera-se sobre a altimetria da área (Figura 25), fato que deve ser levado em consideração quanto ao seu tipo de uso e ocupação. Observa-se que as áreas com declividade mais acentuada são atualmente as com maior ocupação, ou pressão, no terreno, o que interfere de maneira direta no escoamento superficial, dificultando a infiltração da água no solo e, juntamente com a retirada da vegetação, vem acarretando problemas como voçorocas em seu interior (Figura 26).

Figura 25: Altimetria da Mata da Izidora.



Fonte: elaborado a partir de Topodata, INPE.

Figura 26: Voçoroca na Mata da Izidora.



Fonte: a autora (2017).

*“É uma situação complicada”*

*“Foi uma invasão, cá entre nós, direcionada”*

*“Vamos chamar de ocupação pra não ser ofensivo”*

*“São mais de 5000 casas construídas nas 3 ocupações do Izidora”*

A dicotomia de visões sobre as ocupações urbanas da Izidora já exprime sua polêmica e não converge para consensos. A negação do argumento adversário tenta anular ou diminuir sua realidade, mas encontram-se manifestadas no espaço tanto a conquista por moradia negada por um sistema vigente injusto, quanto o impacto ambiental decorrente de qualquer consolidação urbana.

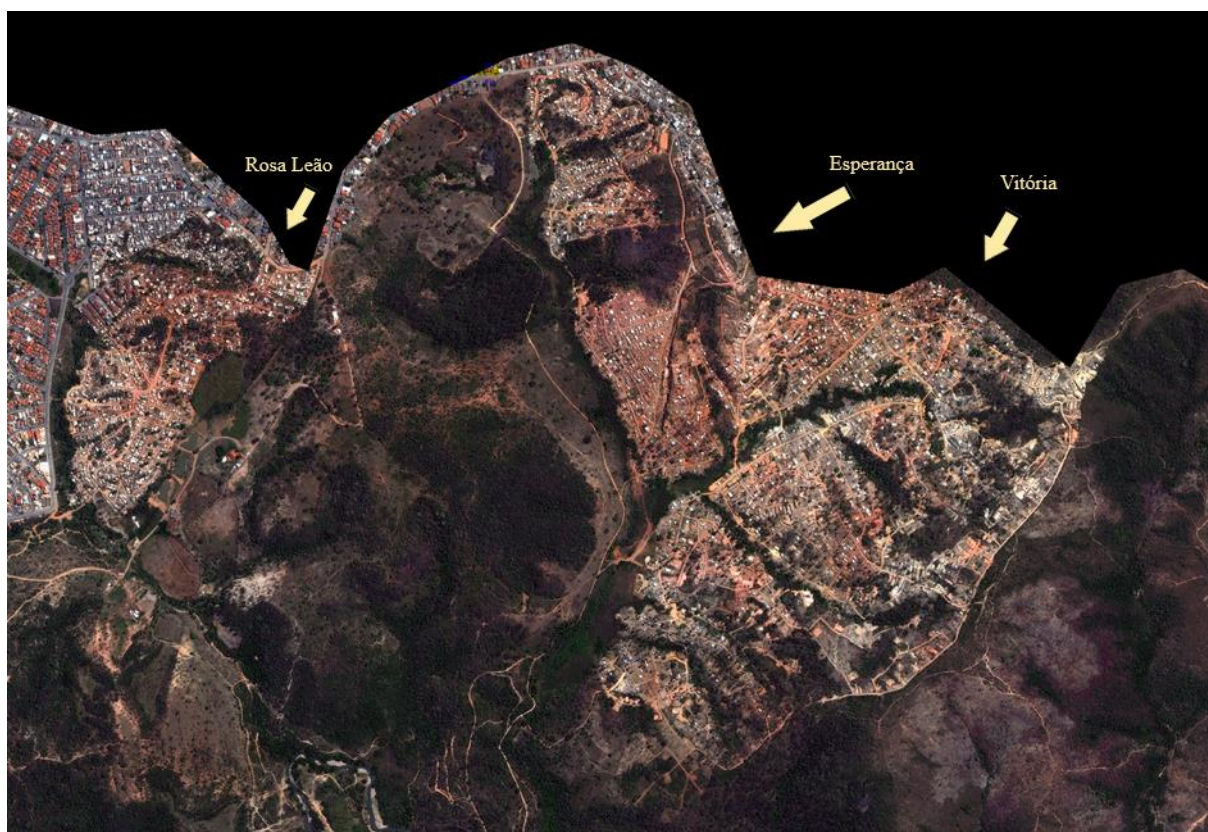
*“Ela é o último reduto florestal de Belo Horizonte, tirando a Serra do Curral, sendo invadido por favela, pela pressão de gente que num tem onde morar, gente que vem de fora, e*

*o Estado, a prefeitura sem fazer nada”*

*“Tem gente de todos os lugares, tem de fora também”*

Desde 2013, a região da Mata da Izidora possui três ocupações urbanas em seu interior: Rosa Leão, Esperança e Vitória (Figura 27).

Figura 27: Ocupações Urbanas da Izidora, 2015.



Fonte: imagem fornecida pela Prodabel – edição da autora.

A primeira delas apareceu em maio de 2013, se chama Rosa Leão e está ao lado do bairro Zilah Spósito. Segundo Libânio e Nascimento (2016), essa ocupação surgiu de forma espontânea e conta atualmente com o apoio de entidades de defesa dos direitos humanos, dos movimentos sociais de moradias e de grupos de pesquisa de universidades. Abriga mais de 1.500 famílias em uma área de aproximadamente 205.127 m<sup>2</sup>. O desenho urbano foi sendo traçado à medida que as casas foram construídas. Foram reservadas, pela comunidade, áreas para equipamentos sociais, praças públicas e preservação ambiental. Os serviços de água, energia, e coleta de lixo foram autoconstruídos e fossas negras nos quintais foram a alternativa encontrada pelos moradores para a disposição do esgoto.

Bizzotto (2015) coloca o contraponto de que as ocupações não surgem do nada, espontaneamente como às vezes dito, pois sempre há um elemento de influência e orientação para a luta de uma rede de resistência previamente existente.

*“Você num tem infraestrutura nenhuma”*

*“Eu percebo que eles têm um modo de ocupação que é quase rural/urbano”*

*“A sensação é que você está na área rural”*



*“Buscando fazer em seus quintais hortas, o que me parece positivo e mais sustentável para a região”*

Figura 28: Vista da Mata na ocupação Rosa Leão e bairros ao fundo.



Fonte: a autora (2017).

Figura 29: Vista de construções da ocupação Rosa Leão inseridas na Mata.



Fonte: a autora (2017).

*“O que a gente plantou aqui foi a jabuticaba, goiaba, as outras coisas já tinha”*

*“Caminhava, pegar fruta, tem muito pé de manga no caminho”*

*“Tem cada horta maravilhosa”*

*“Quando eu venho pra cá é o ar, assim, puro, é muito bom”*

*“A natureza né, fresquinho, gostoso, muito bom, o vento, você respira até melhor”*

*“As áreas onde é mais floresta e tudo elas são mais preservadas”*

*“O ar, a ventilação, a natureza é ótimo”*

*“Você vai ver que em volta da ocupação a gente preservou ao máximo e construiu onde não tinha que cortar árvore, aonde que não tinha que mexer na natureza, isso pra gente foi uma riqueza muito grande”*

*“É muito difícil você ver uma casa que não tem uma preservação de uma árvore”*

O acesso à ocupação Esperança se dá pelo bairro Londrina, em Santa Luzia. A parte norte do terreno da família Werneck foi ocupada por centenas de famílias, em junho de 2013, e conta hoje com cerca de 2.500 delas em uma extensão de 338.124 m<sup>2</sup>. Por meio de assessoria

técnica universitária, alguns lotes foram realocados internamente por estarem em terreno íngreme e com risco geológico. A situação de infraestrutura urbana se assemelha às outras ocupações (LIBÂNIO & NASCIMENTO, 2016).

*“A ocupação é tudo de bom”*

*“É o carinho das pessoas”*

*“Pode plantar”*

*“Pode ter uma criação”*

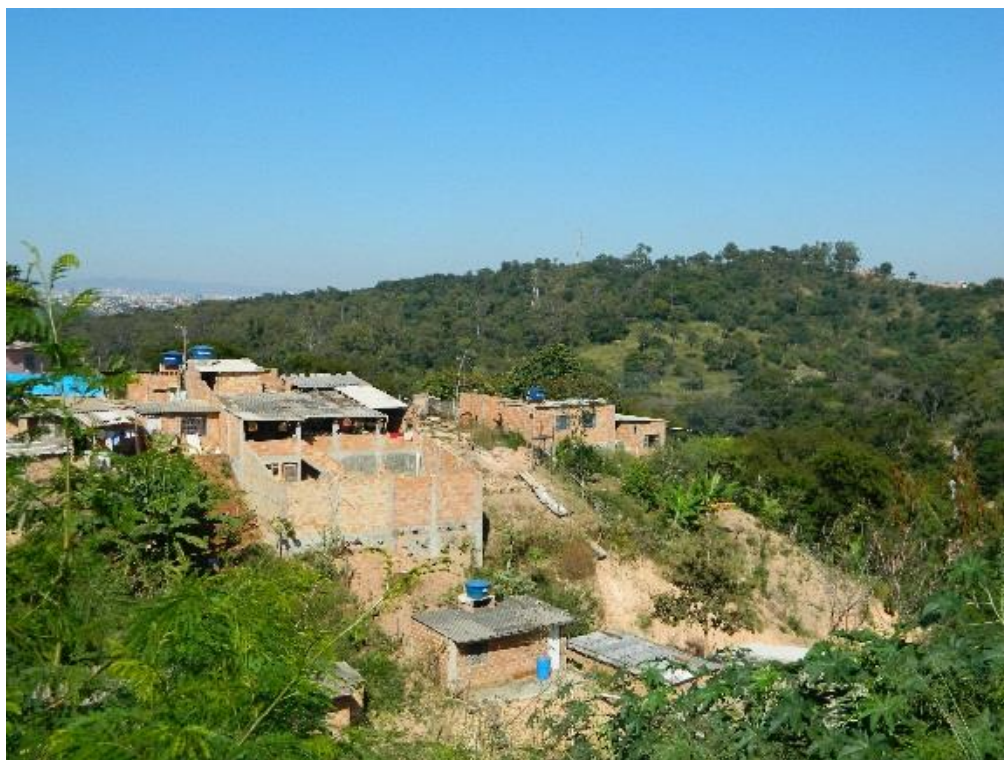
*“O caso de não pagar aluguel, a pessoa vive melhor”*

Figura 30: Vista parcial das construções da ocupação Esperança e dos bairros ao longe, e extensão da Mata vista da ocupação Esperança.



Fonte: a autora (2017).

Figura 31: Vista das construções da ocupação Esperança inseridas na Mata.



Fonte: a autora (2017).

*“A terra estava parada, era desova pra cadáver, onde que os traficantes escondiam  
muita droga, não tinha nada, era lixão”*

*“As pessoas vê uma ocupação como um lugar de vandalismo, um lugar só de coisa  
errada, aonde se tem tráfico de droga, ninguém pode negar que num tem, porque no Zilah  
tem, no Jaqueline tem, no Asteca, na Savassi tem esse problema, já generalizou”*

Vitória, vizinha da Esperança, é a maior das três ocupações que formam a Região Izidora, como é denominada pelos moradores. Teve início em julho de 2013 e está presente atualmente em 950.000 m<sup>2</sup>, comportando por volta de 3.500 famílias. Quase a totalidade de seu território, cerca de 90%, se encontra em Belo Horizonte. Apesar disso, em decorrência da proximidade com Santa Luzia, os moradores buscam ali os equipamentos públicos necessários para as suas demandas (LIBÂNIO & NASCIMENTO, 2016).

*“Deixando invadir como eles estão invadindo não vai ter controle, eles vão invadir  
principalmente onde tem as nascentes e acabar com elas”*

*“36 minas, a gente preserva o máximo”*

*“Atrás da minha casa, tem uma nascente lá muito legal, tem um corguinho que os meninos adora ir pra lá nadar, chama de biquinha”*

Figura 32: Vista da Mata, próxima a um corpo d'água, na ocupação Vitória.



Fonte: a autora (2017).

Figura 33: Vista das construções da ocupação Vitória inseridas na Mata.



Fonte: a autora (2017).

*“Houve uma invasão lá enorme”*

*“Essa ocupação não começou organizada, foi cada um chegando e ocupando seu lugar”*

*“Eu tinha como ocupação que as pessoas tavam roubando terra”*

*“O povo as vezes é meio desenfreado, a gente tem que ficar sempre de olho”*  
*“Muita gente desempregada, vivendo de favor na casa de parentes, pagando aluguel”*

*“Muita luta, muita passeata”*

*“Aqui tem pessoas que realmente precisa viver aqui e leva isso a sério, leva isso como uma moradia, a pessoa tem amor a isso aqui, tem pessoa aqui dentro trabalhando firme pra que seja uma ocupação organizada, equilibrada”*

Dentre os motivos, ou escolhas, para se morar lá as falas foram: “Escolha a gente não tem muita”; “Como eu morava de aluguel e tudo, eu tava procurando outra casa pra morar”; “Não foi escolha, num tive opção, momento de extrema necessidade, pagava aluguel”; “A gente ficava pagando aluguel, morando de um lado, de outro”; “Muita gente desempregada, vivendo de favor na casa de parentes, pagando aluguel”. O que reflete uma prática comum de exclusão social urbana na qual o cidadão é privado de direitos básicos por não possuir renda para pagar o aluguel ou adquirir uma moradia, fato que se soma muitas vezes a outras situações colocadas a esses grupos ligadas ao desemprego, doenças e subnutrição.

Por outro lado, essa imposição de um sistema não impede que as pessoas busquem e encontrem outras formas de viver: “criei um amor muito grande por aqui, eu gosto muito de morar aqui, ainda mais por estar dentro da minha casa, é uma coisa que é minha, eu não preciso pagar aluguel mais”. O sentimento de pertencimento e identidade demonstrado em algumas falas se relaciona ao dito por Sabourin (2010, p. 6):

A gestão dos recursos comuns repousa sobre uma estrutura de reciprocidade binária coletiva específica, o compartilhamento. Na estrutura do compartilhamento todos estão de frente uns para os outros. Os valores afetivos e éticos gerados pelas relações de partilha correspondem a um sentimento de pertencimento e de confiança. O sentimento de pertencer a um todo é muito forte e aparece de forma espontânea na maioria dos depoimentos de camponeses, associado a uma noção de unidade, de solidariedade, de força e de vida do ser coletivo ou comunitário.

Apesar da não formalidade do processo de ocupação, os moradores, mesmo não sendo camponeses, se organizam para fazerem a gestão do espaço coletivamente: “Nós procuramos construir no espaço que não tinha e preservar o máximo o que tem”; “A gente deixou um terreno pra fazer um grande projeto, uma horta comunitária, pra ter uma renda, pra ajudar na alimentação”; “Projeto pra tá fazendo uma granja”; “Todos os dias a gente fica fiscalizando”; “Praça né, isso é bom pra um bairro”. Há nas ocupações urbanas citadas uma gestão coletiva do território que é produto de uma identidade com o local e com a causa por moradia. Por meio de lideranças e associações de moradores eles discutem e decidem os rumos comunitários.

Em geral, acredita-se que as três ocupações citadas se diferenciam das demais da cidade por terem surgido sem um movimento social organizado envolvido na mobilização das famílias, em um primeiro momento, mas como uma iniciativa dos próprios moradores. A partir de experiências bem-sucedidas de outras ocupações, pequenos grupos familiares decidiram tomar frente do processo.

*“Ocupação é um lugar onde as pessoas quer viver bem. Só num teve a condição de comprar o terreno. Ocupação não é vandalismo, não é bagunça, é moradia”*

*“A gente é apaixonado por esse lugar”*

*“Aqui a gente encontrou uma paz, uma tranquilidade”*

Desde o início das ocupações, os moradores lidam com decisões políticas e judiciais a respeito da reintegração de posse do terreno. Amparados por movimentos sociais como a Comissão Pastoral da Terra, Brigadas Populares e Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas, luta-se pelo direito à moradia das famílias por meio de negociações e manifestações constantes (BIZZOTTO, 2015).

O entorno da Mata tem um histórico de ocupações informais, como o caso do atual bairro Zilah Spósito e da ocupação urbana chamada Novo Lajedo, situada ao lado do Quilombo Mangueiras. Mesmo já havendo habitantes antes da fundação de Belo Horizonte na região, somente a partir de 1980 a infraestrutura começou a chegar, sendo que alguns lugares ainda não contam com certos equipamentos públicos. Os bairros da regional Norte de Belo Horizonte tiveram urbanização recente e parte todavia em curso. A Mata está situada no bairro com o nome de Granja Werneck, e cita-se alguns ao redor dela: Zilah Spósito, Xodó-Marize, Juliana, Solimões, Jardim Felicidade, Tupi e Lajedo.

Durante a década de 1990, em decorrência de chuvas e inundações, além do déficit habitacional, famílias desabrigadas foram transferidas para os recém construídos conjuntos populares Ribeiro de Abreu e Jardim Felicidade. Além dos motivos citados, a construção de vários conjuntos habitacionais pelo poder público foi decorrente do desemprego, carência financeira e precariedade da situação de centenas de famílias sem moradia. A chegada de alguns equipamentos urbanos no entorno da Izidora foi induzida pela demanda comercial e fluxo de capital local. As escolas, postos de saúde, comércio, serviços e saneamento básico se instalaram juntamente com a capacidade de custeio pela população residente (FOUREAUX, 2014).

A região da Izidora possui bairros com baixo índice de qualidade de vida urbana (IQVU), segundo dados da prefeitura de Belo Horizonte de 2006, o IQVU do Jardim Felicidade

foi de 0,29 e do Tupi foi 0,39 - em uma escala de 0 a 1. Essa conjuntura indica uma desigualdade espacial de disponibilidade e acesso a bens e serviços urbanos ao redor da Mata que influenciam na dinâmica e expectativas locais.

O território da Mata da Izidora considerado nesse estudo incorpora e abriga as ocupações Rosa Leão, Esperança e Vitória, o Quilombo de Mangueiras, a Granja Werneck e as demais propriedades privadas ali presentes. É circundado por bairros que exercem forte pressão sobre ele, com ruas asfaltadas que fazem seu contorno, e percebe-se, assim, uma suposta divisão entre o urbano e o rural na cidade, por meio de vislumbres do meio natural proporcionados aos moradores da chamada civilização (Figuras 34 e 35).

Figura 34: Vista da Mata no bairro Jardim Felicidade.



Fonte: a autora (2017).

Figura 35: Vista da Mata no bairro Solimões.



Fonte: a autora (2017).



## 1.2. Como lhe mostram?

A visibilidade da Mata da Izidora como espaço, e como problema, se deu e se dá principalmente pela divulgação midiática. Localizada em uma região historicamente de baixo prestígio para a cidade e limítrofe com outro município, raramente ela é conhecida por boa parte da população. Seja por intermédio da televisão, rádio, jornais, revistas e mídias digitais, o alcance de sua pauta chega mais longe com o auxílio desses meios. Quando se diminui a distância entre a Mata e os habitantes de Belo Horizonte, e aumenta-se a pertinência desse local, a questão passa a ser então os pontos de vista que chegam a eles.

O papel desempenhado pelos meios de comunicação é ativo e continuado na construção da agenda social. Gerando a atenção e a pressão popular sobre certas questões, influencia na formação de políticas públicas – a mídia não somente aumenta a percepção sobre diversos assuntos como molda seu perfil. A mensagem emitida da mídia para o público é produto do quê e como é relatado, além de quem relata e do meio de comunicação envolvido (HOWLETT, 2000).

Entretanto, existem limitações que fazem da mídia um agente mediador imperfeito na ligação da opinião pública com a formação de políticas, não sendo ela o ator principal dessa realização e permitindo essa conexão somente de forma indireta. A escolha de certo assunto pela mídia não se dá de forma automática, e várias questões eminentes são tratadas de forma inadequadas ou flutuantes, apresentando de maneira, por vezes, inapropriada essas questões aos governos (HOWLETT, 2000). A mídia tem o poder de formar, conformar e influenciar mentes e corações de muitas pessoas, não significando, todavia, que estas sejam sempre passivas. Mesmo os indivíduos sendo ativos e agentes nas atividades sociais, os meios de comunicação desempenham um papel como se fosse um intelectual orgânico, complexo e contraditório, das classes de poder dominantes, e atuam decisivamente sobre a opinião pública, os movimentos sociais, os sindicatos e os partidos políticos (IANNI, 1997).

De acordo com Key (1993), a suscetibilidade humana à persuasão ideológica se baseia na promessa eterna de sentido e ordem, uma busca pelo fim da solidão, monotonia, fome, doenças, inseguranças, medos e do caos político, moral ou social. São essas ameaças que a mídia comercial suscita, essa mensagem constante mantém a busca compulsiva por causas e efeitos, perguntas e respostas, e compromissos ideológicos. A mensagem emitida pela mídia aponta a tendência do consumo, da política, das crenças, da economia, e suas correspondentes promessas de redução da ansiedade.

A fragmentação na cobertura de assuntos ambientais não é uma particularidade do jornalismo, mas um reflexo do descompasso entre o conhecimento discutido na academia e na administração pública. Na falta de políticas claras e bem difundidas, as questões ambientais ficam à mercê de interesses específicos e muitas vezes são divulgadas por esforços isolados de profissionais interessados pelo tema (URBAN, 2006).

Segundo Urban (2006), a escassez de informações relativas ao meio ambiente nos meios de comunicação dificulta a formação da sociedade para o entendimento e a resolução dos problemas ambientais. Por mais que exista um sentimento coletivo, muitas vezes favorável à proteção do meio ambiente, esse se mostra pouco associado à mudança de hábitos e atitudes individuais e à luta coletiva. Geralmente, o receptor da mensagem emitida pela mídia fica no papel de crédulo, devido ao *marketing* verde do governo e das empresas; desconfiado, pelas denúncias proferidas pelas organizações não governamentais; ou desentendido, por não compreender o jargão científico dos pesquisadores.

Ainda de acordo com a autora, é deficitário o fomento de debates locais sobre o tema e o enfoque na ligação entre órgãos ambientais e indústrias. Ela aponta também que o fato de questões ambientais serem manchetes de jornais quando fruto de desastres ou de repercussão internacional gera um isolamento da pauta ambiental. Esta não permeia a cobertura diária e se restringe às sessões gerais ou de cidades, sendo raras as aparições nas seções de política e economia, as quais realmente subsidiam as decisões tomadas. O que pode ser observado no recorte feito das reportagens de jornais impressos aqui mostradas, nas quais dentre 24, apenas 3 estavam no caderno de Economia e 1 no de Política.

Considerada nessa pesquisa a mídia impressa e digital, especificamente os jornais, consultas ao Acervo Público da Cidade de Belo Horizonte permitiram a coleta de reportagens sobre a região da Mata da Izidora. A seguir são apresentadas as reportagens por subperíodos. No período de 2009 a 2011, com tom de descoberta, várias matérias pareciam anunciar um novo horizonte para a cidade, como pode ser observado nas manchetes e trechos abaixo:

Linha Verde e nova sede administrativa do governo chamam atenção de empresários. Paulistas vão investir R\$ 300 milhões

# Norte de BH é alvo de negócios

**Manobra.** Donos de terrenos impedidos de construir comprariam a permissão de outro para fazer o imóvel

# Direito de construir será vendido

GRANJA WERNECK

# Última área livre de BH terá vila da Copa

Projeto de R\$ 7,7 bilhões prevê construção de 75 mil apartamentos

Os recortes de jornais apresentados foram retirados, respectivamente, de: Estado de Minas – página 14, caderno Economia, 10/07/09; O Tempo – página 26, caderno Cidades, 08/03/10; Hoje em dia – página 28, caderno Minas, 16/03/10; Hoje em dia – página 19, caderno Minas, 17/03/10; Estado de Minas – página 6, caderno Política, 17/03/10; O Tempo – página 29, caderno Cidades, 17/03/10; O Tempo – página 34, caderno Cidades, 18/03/10; Estado de Minas – página 27, caderno Gerais, 30/03/10; Estado de Minas – páginas 28/29, caderno Gerais, 09/05/10; Estado de Minas – página 28/29, caderno Gerais, 09/05/10; Estado de Minas – página 27, caderno Gerais, 28/05/10; O Tempo – página 08, caderno Economia, 10/09/10; Hoje em dia – página 23, caderno Minas, 19/09/10; Hoje em dia – página 17, caderno Minas, 21/09/10; Estado de Minas – página 23, caderno Gerais, 15/03/11; Estado de Minas – página 24, caderno Gerais, 15/03/11; O Tempo – página 20, caderno Economia, 04/05/11; Estado de Minas – página 01, caderno Imóveis, 19/05/11; Estado de Minas – página 02, caderno Imóveis, 19/05/11; Estado de Minas – página 22, caderno Gerais, 10/11/11; O Tempo – página 24, caderno Cidades, 29/11/11; Estado de Minas – página 27, caderno Gerais, 29/08/13; Estado de Minas – página 20, caderno Gerais, 07/08/14; Estado de Minas – página 14, caderno Gerais, 13/08/14.

## Vila da Copa será o início de nova urbanização

Área de 10 quilômetros quadrados, na Região Norte da capital, terá 44% de parques

Área de 10 milhões de metros na Região Norte de BH, maior do que o perímetro da Avenida do Contorno, vai abrigar 74 mil unidades habitacionais, com investimento de R\$ 1 bilhão

## Planejamento urbano sem precedente

**Urbanização.** Última grande área disponível da cidade, de 10 mil hectares, será desmembrada da região Norte

## Isidoro é a 10ª regional de BH

**Região do Isidoro.** Moradores de área alvo de megaprojeto imobiliário, em BH, esperam ser beneficiados

## Pobreza e falta de estrutura predominam

Terreno de 10 mil hectares vai ganhar status de regional: será a 10ª da cidade

URBANIZAÇÃO

## Isidoro pode beneficiar bairros vizinhos

Projeto de urbanização na região do Isidoro, ao Norte de Belo Horizonte, alia desenvolvimento à preservação dos recursos naturais, reduzindo as ameaças de invasões e o processo de degradação ambiental

# Ocupação verde

“

A urbanização  
vai valorizar  
muito este  
lugar e resolver  
um problema  
que está  
preocupando  
a todos: a  
violência

”

FLAVIA ARAÚJO e GUSTAVO WERNICK

A última fronteira verde de Belo Horizonte está prestes a perder um pouco de sua cor e ganhar toneladas de concreto. Cortada pelo Ribeirão Isidoro, integrante da Bacia do Rio das Velhas, a imensidão de mata na Região Norte da capital deve receber em breve 300 mil habitantes. Para efeitos comparativos, o contingente supera a população de Uberaba, no Triângulo. A Prefeitura de BH pretende transformar o território, conhecido como Isidoro, derradeira grande área não ocupada da cidade, na 10ª regional de BH, abrindo as portas para a construção de 72 mil apartamentos, shopping center, hipermercado, escolas, postos de saúde, entre outras estruturas. A proposta altera padrões de urbanização de 10 quilômetros quadrados, dimensão superior à da Avenida do Contorno, que tem 8,9. Também mexe no berço onde tributários límpidos do Velhas e da Bacia do Rio São Francisco repousam, em meio à selva de pedra chamada BH. Amanhã, às 9h, o Conselho Municipal de Políticas Urbanas (Compur) fará a primeira avaliação dos estudos de planejamento urbano da Região do Isidoro. Depois dessa etapa, o projeto ainda será encaminhado à apreciação da Câmara Municipal. Aberta ao público, a reunião será na sede da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, na Avenida Afonso Pena, 4.000.

## De última fronteira verde a 10ª regional de BH

CONHECIDA COMO REGIÃO DO ISIDORO, ÁREA PRESERVADA DE 10 QUILÔMETROS QUADRADOS, MAIOR QUE O PERÍMETRO DA AVENIDA DO CONTORNO, DEVE SER TRANSFORMADA EM NOVO POLO DE EXPANSÃO DA CIDADE E PODE GANHAR POPULAÇÃO SUPERIOR À DE UBERABA

### PARAÍSO COM CIDADE POR TODOS OS LADOS

Paisagem rural encravada na metrópole, região já sofre pressão de bairros do entorno e deve mudar bastante nos próximos anos

# Impacto ambiental é inevitável

## Previsões

**Conclusão.** A Prefeitura de Belo Horizonte estima que a urbanização total da região seja concluída no período de dez anos. A construção das novas residências deve gerar negócios da ordem de R\$ 10 bilhões.

**wordeste.** Desde a construção da Linha Verde, região de Belo Horizonte desperta interesse dos investidores

## Vetor Norte atrairá mais de R\$ 500 mi em investimentos

## Área mais quente é eixo de expansão

Agentes do mercado imobiliário preveem multiplicação das construções em Venda Nova e na Região Norte

Vetor Norte atrai mais obras e investimentos de porte

**NOVA  
CIDADE  
DENTRO  
DE BH**

Licenciamento de projetos na Região do Isidoro será acompanhado por uma comissão especial para evitar especulação imobiliária e dano ambiental à bacia do Rio das Velhas

## Ocupação vai ser vigiada

Granja Werneck  
**Novo bairro começa em 2012  
com investimento de R\$ 1,5 bi**

Área de 10 milhões de metros quadrados entre Santa Luzia e Vesposiano, a Granja Werneck receberá, em 10 anos, 72 mil apartamentos e abrigará duas reservas ecológicas particulares

**Novíssimo horizonte**

Dos 4% de áreas desocupadas que ainda restam em Belo Horizonte, cerca de 90% estão na Granja Werneck, que contará com estrutura para atender um público de 250 mil pessoas

**Último bairro de BH**

■ GRANJA WERNECK

Ministério Público exige que estado acompanhe licenciamento ambiental de empreendimento na Região do Isidoro, última fronteira verde da capital

**Obstáculo extra para  
a 10ª regional de BH**

Granja Werneck. MPE interveio e tirou do município poder para liberar empreendimento

**Impasse entre prefeitura e  
Estado pode atrasar obra**

A partir dos recortes de notícias sobre a região, percebe-se alguns eixos temáticos: grande quantia para investimento; valorização de construções civis; promessas de modernidade, novidades e resolução de problemas; licenciamento ambiental como empecilho; e meio natural como secundário. Retomando a suscetibilidade humana à persuasão ideológica exercida pela mídia (KEY, 1993), é clara a mensagem de progresso. Uma “fronteira verde” a ser vencida que permitirá ultrapassar os limites do rural. Quando se transmite a mensagem de um “paraíso com cidade por todos os lados” parte-se da idealização da natureza e da incompatibilidade entre essas duas formas de ocupação do espaço.

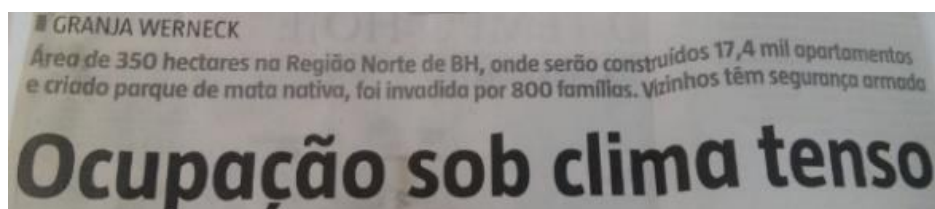
Paisagens naturais são constantemente transformadas em paisagens culturais, em um ambiente no qual o ser humano encontrou seu lugar significativo dentro da totalidade. Na



paisagem cultural, as forças naturais são domesticadas e a realidade viva é manifestada como um processo ordenado no qual o ser humano participa. A imagem do paraíso sempre se deu em um jardim delimitado, lugar onde a natureza é concretizada como uma totalidade orgânica. Na paisagem cultural a terra é construída, baseada no cultivo, e esses caminhos concretizam o entendimento humano de ambiente natural. Para a pessoa urbana moderna seu relacionamento com um ambiente natural se reduz a relações fragmentadas (NORBERG-SCHULZ, 1979).

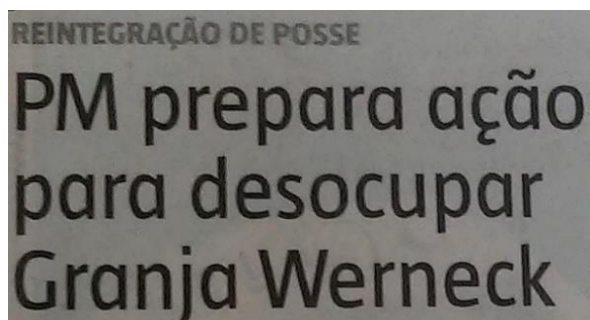
A chamada para uma “ocupação verde”, que traz a lógica de um modelo de urbanização já conhecido e desconexo com a realidade local, e ignora a própria ocupação verde exercida pela vegetação, dificulta a assimilação da proposta novidade e planejamento “sem precedente”. O não reconhecimento do solo permeável como predominante na região, mas sim a “pobreza e falta de estrutura” leva à crença no poder do solo impermeável de resolver problemas ainda não resolutos nas demais regiões urbanizadas. Outra atribuição dada à urbanização é a de valorização do lugar, retirando esse papel do indivíduo e sua coletividade e trocando o significado de imputação de valores sociais por valorização monetária.

Notícias referentes ao período posterior, 2013 em diante, foram obtidas também nos *sites* dos mesmos jornais encontrados no acervo, sendo eles de maior circulação na cidade (Estado de Minas, O Tempo e Hoje em Dia). Já essas têm como foco as ocupações urbanas situadas na região:



■ GRANJA WERNECK  
Área de 350 hectares na Região Norte de BH, onde serão construídos 17,4 mil apartamentos e criado parque de mata nativa, foi invadida por 800 famílias. Vizinhos têm segurança armada

## Ocupação sob clima tenso



REINTEGRAÇÃO DE POSSE

## PM prepara ação para desocupar Granja Werneck



A partir de 2013, os olhares, ou as notícias, se voltaram para a situação fundiária, bastante concentrada, da Mata, pois houve o surgimento das ocupações Rosa Leão, Esperança e Vitória e a discussão de direitos do Quilombo Mangueiras. Como analisado por Gomes *et al* (2015), no ano de 2014 boa parte dos textos e comentários explicitavam desacordo com os recentes acontecimentos.

Em agosto de 2014, os principais jornais da cidade, previamente citados, estamparam em suas páginas as ameaças de despejo dirigidas aos moradores das ocupações da Izidora, pois esses haviam aumentado exponencialmente, bem como o movimento de resistência. A visibilidade dada às ocupações urbanas foi um fenômeno nunca permitido antes pela mídia (BIZZOTTO, 2015).

### **Quilombolas que vivem na Granja Werneck terão direitos garantidos**

Um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) está firmado para garantir o tratamento diferenciado à comunidade Mangueiras

#### **MATA DO ISIDORO**

## **Reunião com moradores da ocupação termina ainda sem um acordo**

Após os 15 dias de suspensão da reintegração de posse, moradores se encontraram com representantes do governo de Minas e da Direcional

#### **ISIDORO**

## **Protestos adiam reunião, mas reintegração de posse ainda está de pé**

PM reforçou que irá retirar as famílias do local e que a liminar expedida pela Justiça que impedia a ação diz respeito a apenas quatro casas na ocupação

MEIO AMBIENTE

## Solução para enchentes, parques lineares não emplacam em BH

Especialistas apontam medida como alternativa diante da impermeabilização do solo

ROSA LEÃO, VITÓRIA E ESPERANÇA

## STJ acata recurso e mantém suspensão de despejo no Isidoro

Representantes legais das famílias que vivem nas ocupações alegaram que o mandado de segurança, que pedia suspensão de despejo por despreparo do Estado para a operação, foi julgado por um órgão incompetente

**STJ reitera proibição de despejo na Região do Isidoro até que recurso seja julgado**

Pedido de liminar foi feito na última sexta-feira sob a alegação de que decisão judicial poderia ser descumprida

**TJMG determina reintegração de posse da Mata do Isidoro**

Sem-teto invadiram terreno em 2013 e tiveram pedido de mandado de segurança negado pelos desembargadores por 18 votos a um

REGIÃO NORTE

## TJMG julga ação sobre despejo de ocupações

APÓS REUNIÃO

## Reintegração de posse na mata do Isidoro é suspensa por 15 dias

Bancada aliada ao governo do Estado anunciou o aumento no prazo para os moradores após reunião nesta segunda-feira (22)

**Proprietários de terreno propõem à prefeitura construção de moradias**

**Proposição de reassentamento no Isidoro gera movimentação de invasores**

**Projeto da PBH ameaça área de preservação da Mata do Isidoro**

Os recortes de jornais digitais apresentados foram retirados, respectivamente, de: postado em 23/09/2014 11:48 / atualizado em 23/09/2014 12:31 ESTADO DE MINAS; PUBLICADO EM 08/07/15 - 15h19 O TEMPO; PUBLICADO EM 14/08/15 - 15h48 O TEMPO; PUBLICADO EM 08/01/17 - 03h00 O TEMPO; PUBLICADO EM 17/09/15 - 17h59 O TEMPO; postado em 19/08/2015 16:46 ESTADO DE MINAS; postado em 28/09/2016 19:24 / atualizado em 28/09/2016 19:55 ESTADO DE MINAS; PUBLICADO EM 27/09/16 - 03h00 O TEMPO; PUBLICADO EM 22/06/15 - 15h01 O TEMPO; Alessandra Mendes - Hoje em Dia; 15/08/2014 - 08h51 - Atualizado 21h26; Renata Galdino e Gabriela Sales - Hoje em Dia; 14/04/2015 - 07h58 - Atualizado 05h51; Patrícia Scofield - Hoje em Dia; 14/01/2015 - 08h18 - Atualizado 03h02; PUBLICADO EM 20/02/16 - 19h42 O TEMPO; PUBLICADO EM 17/03/17 - 21h13 O TEMPO.

DETIDOS EM SANTA LUZIA

## **Presos mais dois suspeitos de matar líder da ocupação Vitória, em BH**

Suspeitos foram localizados após executarem um adolescente de 15 anos por ele ser "X9"; crime contra líder, conhecido pelo apelido de "Kadu", aconteceu em novembro de 2015

HABITAÇÃO

## **Kalil encerra ação de reintegração de posse da ocupação Zilah Spósito**

Prefeitura de BH vai abrir mão da reintegração de posse das moradias irregulares do bairro Jaqueline / Zilah Spósito na Justiça

Nota-se em torno da posse de terras temas como: acordo jurídico sobre o terreno quilombola e tentativas conciliatórias sobre reintegração de posse. A recorrência maior de matérias em relação às ocupações urbanas e os recursos de persuasão utilizados: “proprietários de terreno propõem”, “moradias irregulares”, “invasores” e “despejo”, levam a perceber no discurso uma posição de discordância com a atitude e realidade das famílias em questão, instigando o leitor a um juízo negativo em relação a causa apresentada pela população ali presente.

Ressalta-se algumas mensagens que emergem das matérias expostas. Quanto à temática ambiental, o trecho “não emplacam em BH” traz uma conotação pejorativa à proposta de parques lineares que incluem a região do bairro Ribeiro de Abreu, além de descreditar uma importante alternativa para o local, a expressão utilizada traz uma conotação de responsabilização do parque - como sujeito - por sua implementação e efetividade, retirando o foco da problemática do esforço público necessário para que isso aconteça. Ainda nessa temática, a manchete “Projeto da PBH ameaça área de preservação da Mata do Isidoro” induz o leitor a pensar que a ameaça é recente e resumida ao projeto apresentado, sendo que este é apenas mais uma tentativa dentre outras de intervenção na área nos últimos anos. Uma questão levantada com a matéria sobre o assassinato de um líder local é a relação criada entre ocupação urbana e violência, que incide também na região da Mata e alimenta um imaginário de ligação direta entre crimes e lugares tidos como ermos ou periféricos.

Considera-se que o discurso jornalístico dessas matérias apresentadas contém objetos discursivos que produzem diversos sentidos, mas a tentativa foi de ressaltar os significantes relevantes em relação aos objetivos da pesquisa. Ressalva-se a diferença entre os recortes dos jornais impressos, que possuem uma materialidade física e um alcance limitado a quem o porta, em contraponto às reportagens dispostas de forma digital, que chegam a qualquer pessoa com acesso à *internet*. Entretanto, independentemente do meio de veiculação os jornais apresentaram em comum as temáticas trabalhadas e as ideologias transmitidas.

Servindo de “pano de fundo” (Figura 36), a Mata virou um “cabo de guerra”. Sendo por um lado desmatada com a justificativa de progresso da cidade ou a vítima que seria salva pelos técnicos, empresários e poder público; e por outro a bandeira de um convívio pacífico e seletivo, no qual famílias tinham permitido a preservação de certas porções por não necessitarem do seu espaço ou por precisarem de seus atributos.

Figura 36: Construção de moradias na Mata da Izidora.



Fonte: Jornal Hoje em Dia (2014).<sup>10</sup>

<sup>10</sup> Disponível em: <<http://hojeemdia.com.br/horizontes/propriet%C3%A1rios-de-terreno-prop%C3%B5em-%C3%A0-prefeitura-constru%C3%A7%C3%A3o-de-moradias-1.271339>> Acesso em: 25 de jul. 2017.76

### 1.3. O que querem de você?

*“A gente foi em algumas reuniões, queria saber o que tava acontecendo”*

*“Em relação a construir uma nova regional nessa região”*

*“Vai ter uma cidade ali dentro”*

A Figura 37 apresenta a Mata da Izidora em relação às nove regiões administrativas de Belo Horizonte – alguns entrevistados e algumas reportagens se referiram ao local como uma possível décima regional da capital.

Figura 37: Localização da Mata da Izidora em relação às regionais de Belo Horizonte.



Fonte: Salve o Isidoro (2010).<sup>11</sup> Nomenclatura modificada pela autora.

<sup>11</sup> Disponível em: <<https://salveoisidoro.wordpress.com/por-que/>>. Acesso em: 09 mai. 2017.

*“Na década de 80 começou a ter uma pressão urbana muito forte, pessoas entrando,  
roubando laranja, matando gado”*

*“Tinha que ter uma outra função, que seria uma função como a habitação”*

A região da Mata da Izidora era de pouca ocupação até as últimas décadas do século XX, todavia, em 1989 o adensamento já estava muito próximo das fazendas. Os proprietários da Granja Werneck, por exemplo, começaram a investir em patrulhas para proteger a produção. O consenso do que seria feito com essa propriedade não era fácil de se conseguir, tendo a empresa Granja Werneck S/A acionistas com interesses muito diversos entre eles. Mesmo assim, em decorrência da pressão urbana, a empresa procurou o poder público para tentar mudar o zoneamento da região, até então de módulos rurais.

A fazenda Granja Werneck é uma área de aproximadamente 3,5 milhões de m<sup>2</sup> em que os herdeiros do dentista Hugo Werneck pretendem dar uma nova destinação desde os anos 80. Foram motivados pelas transformações sofridas no entorno dela, que inviabilizaram as atividades agropecuárias que eram ali realizadas, e pelo fechamento do Sanatório em 1979, que era o principal consumidor da produção local.

Juntamente com a prefeitura, os proprietários tentaram operações urbanas para a área, primeiramente em 1996 e posteriormente em 2002, que visavam desenvolver empreendimentos para classes mais altas economicamente. Em 2008, a família Werneck se reuniu com duas empresas para viabilizar um novo projeto urbanístico de caráter privado para a construção de 70 mil unidades habitacionais dentro dos limites de sua propriedade.

Com o objetivo de transformar aquele local em uma área urbanizada, mas em um padrão diferente dos encontrados em Belo Horizonte, foi concebido em 2010, pelo arquiteto e urbanista Jaime Lerner, o projeto Granja Werneck. Tal projeto previa cerca de 900.000 m<sup>2</sup> urbanizados e por volta de 2.200.000 m<sup>2</sup> de área verde. A tentativa sempre se desenvolveu com dificuldades, com resistências na prefeitura por parte das áreas de regulação e do meio ambiente.

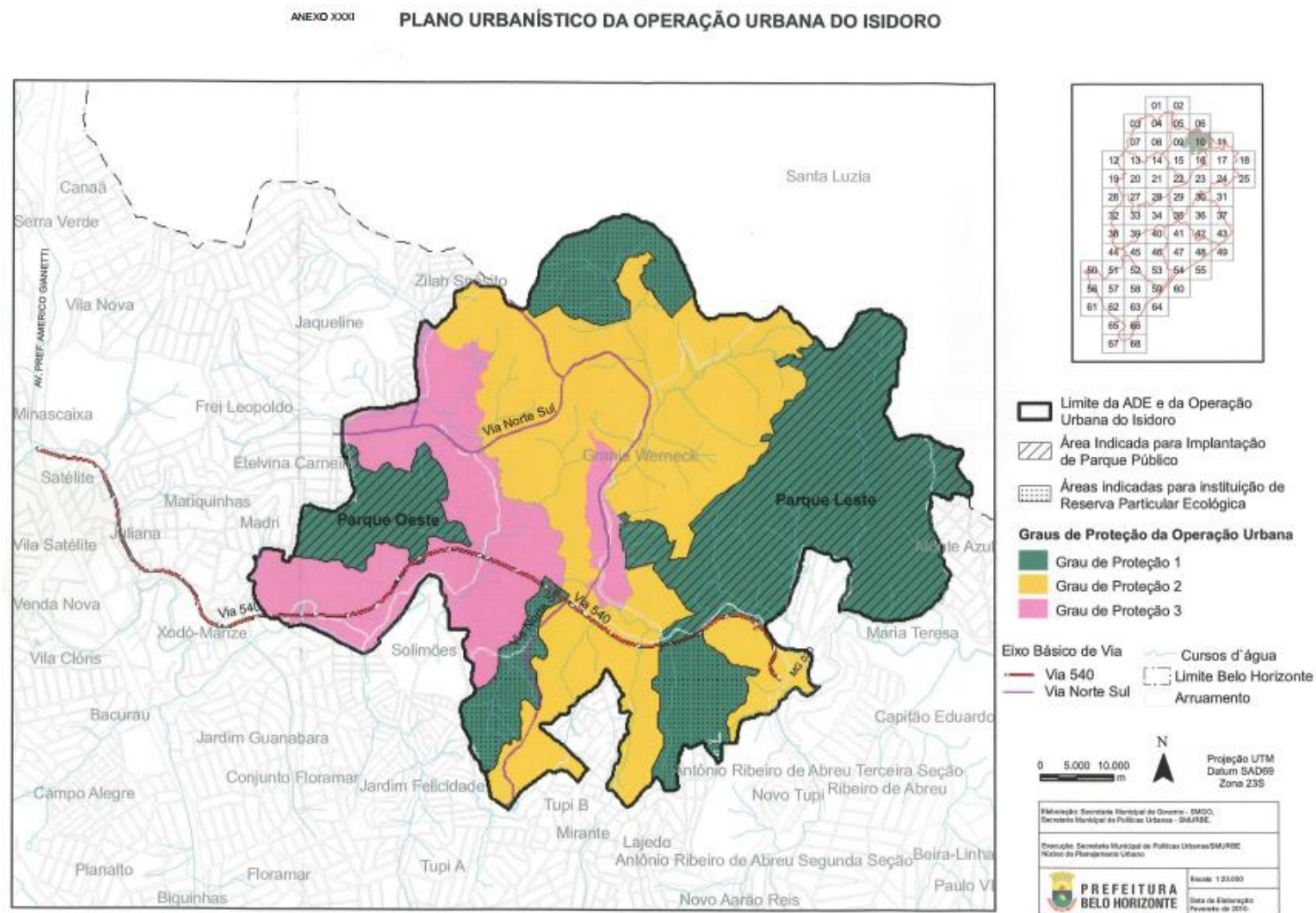
A partir das negociações com a prefeitura, esta fez questão que o projeto fosse expandido para a região da Mata como um todo, pois o planejamento da área era algo previsto desde 2000 pela Lei Municipal 8.137. As edificações, anteriormente planejadas para as classes média e alta, foram ajustadas para serem majoritariamente adequadas à faixa 1 (um) do programa “Minha Casa, Minha Vida”, com o objetivo de amenizar o déficit habitacional do município.

*“Ela é uma área protegida, o zoneamento já protege”*

De acordo com Bizzotto (2015), a ocupação irregular do entorno de uma grande área de preservação ambiental, juntamente com a necessidade de interligar a avenida Cristiano Machado com a via MG-20, levou a prefeitura municipal a aprovar em 2010 a Operação Urbana do Isidoro (Figura 38).



Figura 38: Plano urbanístico da Operação Urbana do Isidoro.



Fonte: Câmara Municipal de Belo Horizonte (2010).<sup>12</sup>

<sup>12</sup> Disponível em: <<http://portal6.pbh.gov.br/dom/Files/dom3628-smgo-encarte-anexos.pdf>>. Acesso em: 09 mai. 2017.

Segundo o Manual Técnico Aplicado a Edificações (PBH, 2011), da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Secretaria Municipal Adjunta de Regulação Urbana que pretende a interpretação equânime da legislação urbanística vigente, as áreas de proteção delimitadas pelo mapa acima são definidas como:

Áreas com Grau de Proteção 1 - áreas de proteção máxima, destinadas à preservação permanente de nascentes, cursos d'água e grandes áreas contínuas de cobertura vegetal de relevância ambiental.

Áreas com Grau de Proteção 2 - áreas de proteção elevada devido às condições topográficas, presença expressiva de cursos d'água e de manchas isoladas de cobertura vegetal significativa, nas quais a ocupação, o adensamento e a impermeabilização do solo poderão ocorrer com restrições. (art. 44, inciso II, das Disposições Transitórias da Lei 9.959/10)

Áreas com Grau de Proteção 3 - áreas de proteção moderada nas quais, em virtude das condições locais topográficas de drenagem mais favoráveis e da menor concentração de cobertura vegetal relevante, a ocupação e o adensamento poderão ser menos restritivos. (art. 44, inciso III, das Disposições Transitórias da Lei 9.959/10)

*“Primeira tentativa, Vila da Copa, ao lado bairro Tupi Mirante”*

*“Sei de outros projetos também do Isidoro uê, até mesmo o projeto do Izidora, que é um assentamento de pessoas onde seria Vila da Copa”*

Os olhares públicos e privados voltaram-se para a região da Mata principalmente após a construção da Cidade Administrativa. Além dos fatos relatados anteriormente, no início de 2010 foi divulgado pela prefeitura o projeto Vila da Copa, um empreendimento bilionário que até 2014 contaria com um centro comercial e outro de serviços, e 3 mil unidades habitacionais para abrigar turistas e jornalistas que viessem para a Copa do Mundo (FOUREAUX, 2014).

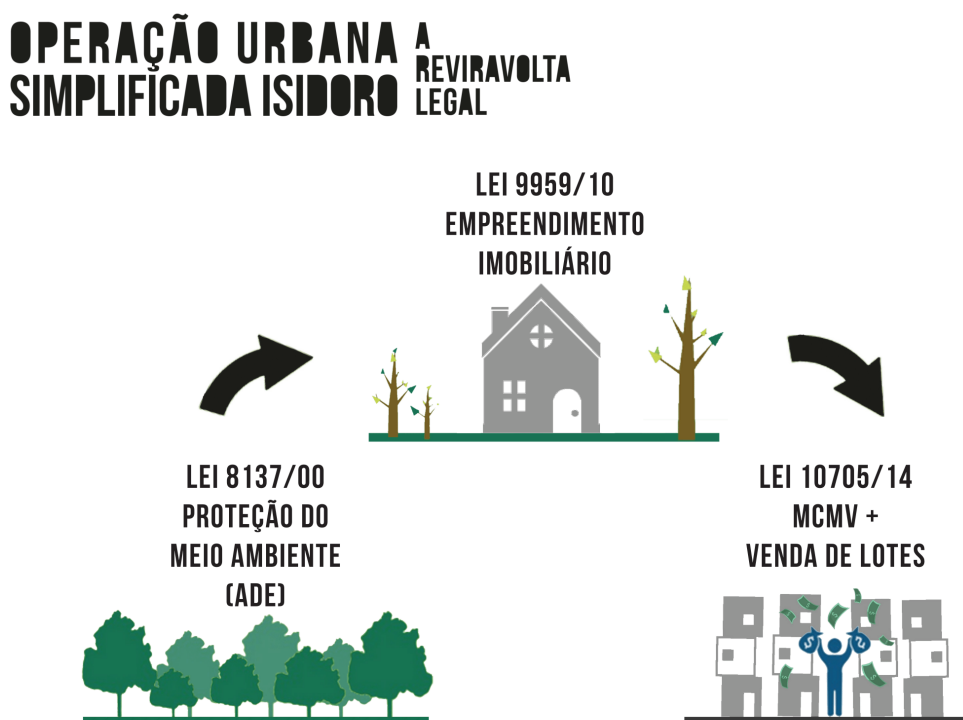
O projeto Vila da Copa não foi adiante, mas o Granja Werneck continuou suas tentativas de implementação juntamente com a Operação Urbana proposta pela prefeitura. A via que seria criada atravessando a Mata de leste a oeste, denominada 540, teria 45 metros de largura, sairia da MG-20 perto da propriedade Granja Werneck e seguiria até a Cristiano Machado, possuiria um grande porte e seria construída pelos empreendedores como contrapartida da Operação Urbana. O pedido de licenciamento da via foi feito separadamente do empreendimento. A princípio ela passava dentro de manchas de inundação, além de áreas dentro do Quilombo. Para compensar o impacto no Quilombo uma série de ações foram prometidas, como por exemplo a construção de 26 casas em seu interior. Mudanças foram solicitadas no projeto por técnicos da prefeitura considerando a manutenção da via e medidas de segurança, mas o licenciamento foi interrompido e passado para a esfera estadual.

*“Eles participaram na época da operação, mas depois ninguém aderiu”*

Dentre os proprietários de terrenos na Mata, os únicos que aderiram à proposta da Operação Urbana e suas alterações foram os da família Werneck, por meio de uma promessa de compra e venda, na qual a propriedade continuaria sendo da Granja e à medida que os empreendimentos fossem desenvolvidos seriam passados para a construtora responsável. Foi realizado um estudo de impacto ambiental do empreendimento, bem como sua relatoria. Deram início ao licenciamento no município, porém, por se tratar de área limítrofe com Santa Luzia, o Ministério Público passou a competência para o Estado. A licença prévia no município foi dada em 2011 e, após mudança para o âmbito estadual, essa também foi conseguida.

Modificações no projeto foram feitas para adequação à legislação da Operação Urbana como, por exemplo, a mudança de alguns lotes de 10 mil m<sup>2</sup> para 5 mil m<sup>2</sup>. Apesar de mantido o projeto urbanístico, as propostas de áreas comerciais, institucionais e de equipamentos urbanos, o projeto foi transformado, em 2013, no programa federal “Minha Casa, Minha Vida faixa 1 (um)” e, com isso, alterações na legislação foram feitas para viabilizar o empreendimento (Figura 39).

Figura 39: Principais leis referentes à Operação Urbana do Isidoro.



Fonte: Grupo de Pesquisa Indisciplinar – EA/UFMG (2015).<sup>13</sup>

<sup>13</sup> Disponível em: <[http://oucbh.indisciplinar.com/?page\\_id=696](http://oucbh.indisciplinar.com/?page_id=696)>. Acesso em: 09 mai. 2017.

Para viabilizar o empreendimento, legislações pertinentes foram alteradas dando origem às Leis Municipais nº 9.959 de 2010 e nº 10. 705 de 2014, Quadro 1 contido no apêndice. A partir das alterações feitas na legislação é possível interpretar que o objetivo geral de implementar um sistema viário e equipamentos de infraestrutura urbana na região da Izidora desaparece e ganha ênfase a proteção e recuperação ambiental da área.

No objetivo específico da lei fica clara a previsão de contribuições dos particulares beneficiados para implantação de equipamentos urbanos no local, além da indicação de instalação de unidades habitacionais e a retirada da explicitação de construção da via 540, não ficando expresso que esta seria o eixo de estruturação da Operação Urbana.

Algumas outras alterações foram a previsão da transferência do direito de construir para beneficiar a construção de unidades habitacionais e, em relação ao parcelamento da área da Izidora, o tratamento das vias estruturantes principais como autônomas e a isenção de contrapartidas aos proprietários que investirem em habitações. A Comissão de Acompanhamento sofreu alteração em sua composição e houve priorização dos recursos para instalação de infraestrutura e equipamentos urbanos. Há previsão de ressarcimento ao município pelos gastos com desapropriação para a instalação da via 540 e alteração da gestão do fundo da Operação Urbana para a Secretaria Municipal de Políticas Urbanas.

Com previsão de construção de 1 milhão de m<sup>2</sup> entre os anos de 2012 e 2024, estão previstos 17.500 apartamentos de 2 e 3 quartos para receber em torno de 70 mil pessoas, cada unidade tendo em média 50,3 m<sup>2</sup> em prédios de 4 a 12 andares, custando entre R\$120 mil a R\$200 mil. Os equipamentos urbanos previstos também passaram por ajustes para melhor atender o novo público, sendo que de estrutura pública seriam feitos, em parceria entre a construtora e a prefeitura: um parque municipal, um terminal de transporte, onze escolas, um centro profissionalizante, quatro postos de saúde, um posto policial, uma arena multiuso, um centro de comércio e serviços e cerca de 8 km de ciclovia.

Em 2014, a Superintendência Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana do Governo do Estado de Minas Gerais emitiu dois pareceres referentes ao projeto Granja Werneck proposto pela Santa Margarida Empreendimentos Imobiliários LTDA<sup>14</sup>, um concedendo a licença prévia e outro a licença de instalação.

Após distintas propostas de planejamento e empreendimentos para o espaço da Mata, poder público e proprietários se depararam com um novo desafio: lidar com a realidade das ocupações urbanas na região. A promessa de construção de moradias de interesse coletivo não

<sup>14</sup> A SANTA MARGARIDA CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA é uma Sociedade Empresária Limitada de Belo Horizonte - MG fundada em 03/10/2008 e que conta com a DIRECIONAL ENGENHARIA S/A em seu quadro de sócios. Sua atividade principal é a construção de edifícios.

foi suficiente para impedir a concretização de casas por quem tinha urgência, o que gerou embate e mobilização da opinião pública diante do modelo de Operação Urbana que havia sido proposto. (FOUREAUX, 2014). O projeto Granja Werneck segue com os procedimentos exigidos, tirando licenças, e aprovando o loteamento perante a prefeitura. Mantém o contrato assinado com a Caixa Econômica Federal, e aguarda a reintegração de posse do terreno. Por outro lado, várias ações no judiciário, apelos à mídia, recorrência ao Ministério Público, manifestações nas ruas e apoio de movimentos sociais levaram as ocupações da Izidora a obterem o comprometimento da gestão municipal atual por sua estadia e reconhecimento como bairros.

*“Nesse momento eu entendo que o capitalismo sempre vai falar mais do que a preservação da natureza”*

Questiona-se a proposta de inchaço de uma área já precária, uma vez que há lotes já delimitados e não ocupados em outras partes, e lugares já construídos pela cidade que estão abandonados ou precisam de reformas, como unidades habitacionais vazias. Ao mesmo tempo que, como demonstrado pelas reportagens acima, havia dinheiro e intenção de investimentos para a diminuição do déficit habitacional, melhoria dos equipamentos e infraestrutura urbana que poderiam ser realizados em outros locais.

A parceria pública e privada se apropria do discurso de atendimento das demandas da cidade enquanto as locais nem sempre são contempladas por projetos elaborados longe de sua realidade e de seu potencial. Apesar das propostas apresentadas, nos últimos anos famílias se instalaram no local reivindicando o direito à moradia e à cidade, as condições de vida do quilombo ainda estão precárias e os proprietários seguem desconhecidos ou descontentes face aos rumos que estão sendo traçados. Enquanto isso, a Mata da Izidora, sujeito passivo de tantos interesses, vem deixando de existir a cada cicatriz profunda de um processo urbano avassalador.

As mangueiras estão de luto  
E as mangas de sentimento  
Derrubaram um pé de manga  
Pra fazer um apartamento

Um pé de manga, um pé de cupuaçu  
Um pé de jaca, um pé de coco  
E um lindo pé de caju  
Como é que pode tamanho descabimento  
Derrubar um pé de manga  
Pra fazer um apartamento

(trecho da letra da música “Coco do Pé de Manga” de Jessier Quirino)

## CAPÍTULO 2

### Chão Batido

O chão quando foge dos pés  
Tudo perde a gravidade  
Então ficaremos só nós  
A um palmo do chão da cidade

(Trecho da música “Chão”, de Lenine e Lula Queiroga)

A expansão urbana vem acarretando mudanças significativas no trato da terra e nas relações humanas. Tanto no campo quanto na cidade, observa-se uma superexploração do solo para que produza mais, sejam plantas, carnes, ruas ou edificações. O adensamento também se dá na forma populacional, mas esse não parece produzir mais relações entre as pessoas e tampouco destas com o meio em que vivem.

O Brasil, a partir da segunda metade do século 20, apresentou uma das mais aceleradas transições urbanas do mundo (MARTINE & MCGRANAHAN, 2010), e atualmente cerca de 84% da população brasileira vive em cidades (IBGE, 2013). A passagem de país majoritariamente rural para um país urbano ocorreu a partir da década de 70. O advento da globalização e a perda de valor de matérias primas trouxeram para o país programas de ajuste estrutural do Fundo Monetário Internacional, na década de 80, que continham uma série de prescrições para políticas econômicas e setoriais que influenciaram nessa transição.

No mesmo período, também se observou uma mudança no trato da terra com as grandes plantações de algodão e grãos, e a expansão da pecuária, pois um dos incentivos internacionais era promover a especialização produtiva e a expansão das exportações. As várias formas de subsídio, maquinários e insumos químicos aceleraram a produção agropecuária no país. A devastação da vegetação, iniciada muito antes com a exploração madeireira desordenada, e acelerada com a mineração e a modernização agrária, acarretou o empobrecimento dos solos, a poluição da água e do ar, a perda de biodiversidade, a disseminação de pragas e doenças, e a contaminação de alimentos (MESQUITA & SILVA, 1993).

Uma outra realidade, e complexidade, surgiu com essa nova conformação do campo e com a migração populacional para as cidades, juntamente com as mudanças nas relações entre esses ambientes. Com isso, desafios e desavenças se manifestam na materialização de novos interesses.

Santos (2009) apresenta uma discussão sobre os conflitos decorrentes de padrões de reprodução material e simbólica, quando aponta a composição das agendas na sociedade que

estão sendo pressionadas por debates ambientais e que estão revelando as diferentes proposições sociais de interação homem-natureza.

Quando trazidas para o espaço urbano essas agendas sociais, Costa (2000) considera esse local um elemento transformador das relações sociais, o qual, por meio de suas dimensões físicas, permite que os conflitos, e a convivência, sejam capazes de gerar uma busca por melhores condições e qualidade de vida urbana.

Trazendo a discussão dos conflitos no espaço urbano para a área de estudo, partindo-se do objetivo específico de investigar as demandas para a Mata da Izidora, as entrevistas com os sujeitos sociais escolhidos nesta pesquisa permitiram o afloramento de percepções sobre o local e, conseqüentemente, das divergências quanto aos interesses para a área (Quadro 2).

Quadro 2: Trechos das entrevistas que representam as demandas para a Mata da Izidora.

#### DEMANDAS PARA A MATA DA IZIDORA

##### **Natureza**

*promover fragmentos de vegetação mais contínuos do que num parcelamento normal  
uma ocupação mas que fosse sensível à valorização ambiental da área  
parques de maior área*

*troca de potencial construtivo para que a pessoa pudesse ocupar aquelas áreas que fossem  
de menos relevância ambiental, de vegetação e de água, e garantir fragmentos maiores de  
áreas pra parques e unidades de conservação*

*reenquadramento dos cursos d'água da bacia do Isidoro*

*preservação das áreas de preservação permanente*

*ela seja 100% preservada*

*ter alguns parques*

*área verde*

*áreas preservadas*

*preservação ambiental, da mata, da fauna e da flora*

*projeto de preservação ambiental*

*parques ambientais*

*preservar e integrar o meio ambiente ao povo, à população*

*mantenha o que o meio ambiente tá lá*

*não canalizar rios e córregos, manter as matas marginais dos rios todos*

*todos os afluentes do ribeirão Izidora, que eles fossem descanalizados, captarem o esgoto, ficasse um rio altamente revitalizado*

*horta comunitária*

*preservação da natureza*

*uma horta*

*proteção dessa área*

*área preservada*

*parque*

*transposição do curso d'água*

*paisagem*

*área para áreas verdes*

*grande parque*

*zona de proteção*

*preservação ambiental*

*preservação moderada*

*alimento*

*uma granja*

*parques ecológicos*

*parques*

*vista bonita*

*preservar a natureza, as nascentes, fazendo parque ecológico*

*mata*

*água*

## **Obras**

*área para sistema viário, para equipamentos*

*moradia*

*grandes vias, praça*

*um lugar para as pessoas fazerem uma caminhada*

*prédios*

*setor imobiliário*

*nova regional*

*postos de saúde*



*ligação da Cristiano Machado com a MG 20*

*obras de infraestrutura*

*Via 540*

*bombeiro*

*posto de saúde*

*água e luz*

*creche*

*colocar esgoto, a água potável*

*um asfalto*

*saneamento básico*

*um posto de saúde, e a rede de esgoto*

*Minha casa, Minha vida*

*lá sejam construídas moradias*

*loteando*

*construir uma nova regional*

*14 mil prédios (sic)*

*lugar pra serviços, lugar pra comércio*

*assentamento de pessoas*

*melhorar o que tinha lá, acessibilidade, mobilidade, infraestrutura*

*empreendimentos é pra classe mais pobre da cidade*

*aproveitar a estrada do sanatório*

*fazer casa pra população de baixa renda*

*construir uns apartamentos, com área comercial, a parte de escola, centro de saúde*

*construção de um novo bairro ali*

*empreendimentos de classe mais alta*

*70 mil unidades habitacionais*

*Granja Werneck*

*programa Minha Casa Minha Vida faixa um*

*loteamento*

*projetado 4 escolas de ensino infantil, que são as chamadas de UMEI aqui, 4 escolas de ensino fundamental, 1 escola de ensino médio, 4 UBS, 2 BH Cidadania, 11 espaços de lazer espalhados pelo empreendimento como um todo, aí múltiplos, quadra de futebol, vôlei de areia, pista de skate, diversos, pista de caminhada, tem ciclovias no entorno*

*centro de segurança integral*

*unidades habitacionais*

*batalhão da Polícia Militar e Civil junto*

*11 áreas de bem de uso comum, pista de caminhada aberta a qualquer um, um campo de futebol aberto a qualquer um, um campo de vôlei, um campo de peteca, água, quiosques*  
*construir um metrô*

*habitação*

*projeto da décima regional*

### **Maneiras de intervenção**

*intervenção diferenciada*

*intervensões urbanísticas e melhorias*

*um estudo conjunto das coisas*

*ocupação da área e redução de custos*

*ocupar o vale*

*fiscalização*

*melhorar os parâmetros do licenciamento*

*resolver o problema do déficit*

*mancha atualizada de inundação pra área*

*discussão de interfaces com profundidade*

*ocupar essas áreas*

*responder à sociedade de forma distinta numa mesma área*

*pessoas que querem ocupar*

*herdeiros que precisam vender e ocupar*

*num ser feito nada*

*o dono ele faz o que ele achar que deve fazer, dentro da legislação é claro*

*função como a habitação*

*mudar o zoneamento da região*

*padrão completamente diferente dos padrões de Belo Horizonte*

*urbanizar*

*destinação social mais adequada*

*dar um pouco mais de vida praquele local*

*arrumar um pouquinho o entorno dessa região*

*viabilizar essa área*  
*operação urbana*  
*toda a região do Isidoro*  
*desenvolvimentos na região*  
*desenvolvimento da área*  
*ocupar essa área, demarcar e manter vigilância*  
*áreas passíveis de ocupação*  
*bem planejado*  
*planejar melhor a ocupação de forma a gerar o maior possível de áreas livres e concentrar*  
*essas áreas livres*  
*investimentos*  
*construir*  
*parcelamento do solo*  
*ordenamento territorial que tratasse a região como um todo e não como vários pedaços de*  
*parcelamento*  
*adensamento*  
*mudar alguns parâmetros*  
*cota*  
*repartição de cargas e benefícios*  
*área de diretrizes especiais*  
*regras complementares*  
*parcelamento vinculado*  
*discussão sobre a propriedade*  
*estudo de impacto*  
*ordenamento territorial*  
*direcionamento*  
*área de diretrizes especiais*  
*pouco acesso*  
*receber do governo*  
*função social*  
*planejado*

Entre denúncias, alusões e anseios, pode-se observar que as demandas para a área se dividem em três grupos: um relativo ao meio natural, outro às infraestruturas urbanas e moradia,

e outro à maneira pela qual a área é ou deveria ser considerada. O conteúdo das falas foi subdividido de acordo com o significado das palavras e os temas que abarcavam, os quais foram: natureza, obras e maneiras de intervenção.

As falas referentes à natureza trazem elementos de uma visão ecossistêmica da Mata como a relação dessa com o ciclo hidrológico e a necessidade de conexão entre os fragmentos de vegetação. Ao mesmo tempo reconhecem seu valor estético, produtivo e a relevância da proteção de sua biodiversidade.

Quanto às obras sugeridas para o local, estas dizem respeito a loteamentos que já ocorrem, mesmo clandestinamente, melhorias nas estruturas que já existem, como a estrada do Sanatório, e principalmente propostas trazidas pelos projetos Granja Werneck e Operação Urbana do Isidoro.

Nas maneiras de intervenção sugeridas prevalece a visão de que algo precisa ser feito na região, como se seu estado atual fosse de abandono e por isso a necessidade de planejamento para operações futuras.

Acima de tudo o que foi posto, foi dito em entrevista que além das destinações que se pretendem dar ao lugar, deve-se ter “dignidade lá também”. Foi colocado em pauta que o respeito e a consideração pelas pessoas que lá vivem é primordial para a garantia de suas condições de existência e da participação em uma vida comunitária. Portanto, percebe-se que os conflitos encontrados na Mata da Izidora estão em torno da desconexão de que suas características ambientais já provêm o básico para uma boa qualidade de vida e do não reconhecimento da voz política de seus moradores, quanto às suas reivindicações. Ressalta-se que a maneira corriqueira adotada pelos setores públicos e privados de se solucionar esses conflitos, por obedecerem à lógica capitalista, acabam fazendo proliferar as injustiças sofridas pelos já excluídos do sistema vigente.

A construção da Cidade Administrativa e da Linha Verde em direção ao aeroporto de Confins levaram para a região uma pressão grande de ocupação. Desde então, expectativas isoladas quanto ao desenvolvimento da porção norte do município ganharam força e novos projetos se basearam no argumento da potencialidade de um polo indutor. A partir disso, não somente as demandas locais eram importantes, mas principalmente as demandas externas eram postas em pauta.

Os conflitos ambientais refletem crises profundas com causas muitas vezes vindas de injustiças sociais produzidas e reproduzidas pela sociedade por meio do ambiente natural e construído. Grupos distintos de sujeitos atuando sobre uma mesma área carregam não somente

suas demandas específicas, mas também o conjunto de desigualdades reproduzidas no contexto em que vivem.

Em relação à Mata da Izidora, pode-se observar duas vertentes aparentemente divergentes. A “vocação ambiental dessa área”, como identificado por uma fala das entrevistas, abarca diversos anseios favoráveis   conserva o da natureza ali presente. Por outro lado, promessas de planejamento para se construir “uma cidade ali dentro” demonstram um tipo de visão sobre a área como sendo um terreno disponível para a constru o de infraestrutura urbana. Em resposta   possível divergência, propostas públicas e privadas, se apoderando dos argumentos supracitados, buscam um discurso que possa agradar a todos, ou pelo menos aos mais fortes.

Perde-se de vista que a reprodu o da ocupa o urbana a qualquer custo, e independentemente de uma abordagem holística do território, somente agrava os problemas vigentes na cidade e continua reproduzindo também os privilégios de algumas classes sociais em detrimento de outras e, principalmente, às custas do meio natural e da qualidade de vida. Convencionou-se que o chão batido   aquele de terra exposta encontrado no campo, entretanto, se pararmos para refletir, aquele está mais para chão afagado. Já o da cidade   batido de verdade.

#### Bater (transita em)

|                              |                                 |
|------------------------------|---------------------------------|
| aplicar pancadas ou golpes   | percorrer em explora o          |
| desferir pancadas            | em reconhecimento               |
| amassar                      | em observa o                    |
|                              | a passeio                       |
| sovar                        |                                 |
| castigar fisicamente         | atingir propositadamente        |
| surrar                       | acertar                         |
| golpear para tirar som       | sentir empatia, ter afinidades, |
| percutir                     | combinar                        |
| engolir sofregamente         |                                 |
| devorar                      | vibrar sonoramente              |
| tragar                       | soar                            |
|                              | tocar                           |
| celebrar ao som de atabaques |                                 |
| apoderar-se furtivamente de  |                                 |

estabelecer conflito ou combate,  
enfrentar, lutar  
lutar no campo das ideias

pôr-se em movimento com ritmo  
pulsar  
palpitar  
latejar

## 2.1. (Cis)dade

Desde as primeiras cidades dos vales da Mesopotâmia, há cerca de 5.000 anos, até as de hoje, muito mudou nas suas configurações e propósitos. Se tiveram sua importância no fortalecimento da independência humana, já estão a ponto de ignorar a interdependência dessa espécie com a natureza. Seja a ideia da *polis*, de prática política exercida pela comunidade de seus cidadãos, ou da *civitas*, com a cidade tendo sentido na participação dos cidadãos na vida pública, a cidade hoje desvirtua seu propósito comunitário e faz do cidadão, ao invés de participante da vida política, um mero morador urbano.

A cidade surgiu como uma obra coletiva para desafiar a natureza, a partir da nova relação sedentária entre o ser humano e a terra e a necessidade de domínio permanente do território. Ela não só é o palco das experiências humanas como também é a materialização de sua própria história. Enquanto local permanente de moradia e trabalho, a cidade se implanta quando a quantidade de produtos gerados é para além das necessidades de consumo imediato (ROLNIK, 1995).

A passagem da vila medieval para a cidade moderna reorganizou radicalmente a forma das cidades por trazer a mercantilização do espaço, pois a terra urbana, que antes era partilhada entre a maior parte das pessoas, se torna mercadoria. O aumento da segregação entre as classes sociais trouxe um conflito de luta pelo espaço urbano, a partir do momento em que a condução da política de ocupação da cidade passa a ser guiada pela lógica capitalista (ROLNIK, 1995).

Primeiramente a criação de um plano para a cidade e posteriormente o surgimento do planejamento urbano, apesar de melhorias, trouxe uma visão de que a cidade pode funcionar mecanicamente e controladamente, ignorando muitas vezes que a fluidez de funcionamento dessa máquina pode se ver ameaçada por qualquer população marginal ou dinâmica urbana que não seja a hegemônica.

A existência da desigualdade social possibilita gradativamente que mais pessoas vivam à margem do sistema dominante e o tornem mais complexo. Exemplo disso são as pessoas que moram na Mata da Izidora, que são vistas como uma ameaça ao funcionamento da máquina por

não cumprirem o planejamento urbano, seja pelo modo das ocupações urbanas, pelos módulos rurais das propriedades privadas, ou pela relação do Quilombo com a terra.

Não somente a população da Mata ameaça o sistema, como o sistema ameaça a Mata. A partir do momento em que seu terreno é pautado como disponível para a habitação de quem necessita, ou é valorizado para a construção de imóveis e infraestruturas visando remodelar seu espaço, ela se torna vítima da questão da moradia e do capital imobiliário.

Em relação à Mata da Izidora como propriedade, frases dos entrevistados como: “Esse terreno estava parado há 45 anos, não tinha função social nenhuma”; “Hoje em dia a terra cumpre uma função social, ela dá moradia, ela dá o alimento”; “A função social da propriedade estabelece que toda propriedade num tem uma supremacia do interesse individual do dono da área” trouxeram para a discussão sua função social.

O texto constitucional não dissociou esses termos em seu artigo 5º e incisos XXII e XXIII, quando garante o direito à propriedade e ao mesmo tempo agrega que ela atenderá à sua função social. Mais adiante determina, em seu artigo 170, que “a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos a existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: II – a propriedade privada; III – função social da propriedade; VI – a defesa do meio ambiente”.

Portanto, esse tripé deve se equilibrar na busca pela gestão responsável e integrada da área de estudo. O caráter híbrido das propriedades inseridas na Mata delega uma complexidade ainda maior para o atendimento dos preceitos constitucionais. No segundo parágrafo do artigo 182 é determinado que “a propriedade urbana cumpre a sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor”. Ao passo que o artigo 186 estabelece que “a função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I – aproveitamento racional e adequado; II – utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III – observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV – exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores”.

Conforme a lei municipal, o plano diretor de Belo Horizonte, as funções sociais da propriedade devem assegurar: “I - o aproveitamento socialmente justo e racional do solo; II - a utilização adequada dos recursos naturais disponíveis, bem como a proteção, a preservação e a recuperação do meio ambiente; III - o aproveitamento e a utilização compatíveis com a segurança e a saúde dos usuários e dos vizinhos”. A partir do zoneamento estabelecido pela prefeitura de Belo Horizonte e do uso com características rurais e recreativas mantidas pelos

proprietários da área, deve-se recorrer a um denominador comum que permita a convivência e permanência da natureza em meio urbano para se cumprir os dispostos legais.

Outro desafio real para a existência dessa natureza na cidade, e que desconsidera os princípios legais acima citados, são os relatos de violência ocorridos, ou supostos, na área de estudo. Argumento este geralmente utilizado para justificar o desmatamento e a construção de infraestrutura urbana no local. Ademais, essa alegação aumenta o peso depositado nas áreas verdes, em geral, de resolver as mazelas sociais em seu espaço para justificar sua existência. Ignora-se, como diz Rolnik (1995), que a violência provém, antes de mais nada, da espoliação urbana, de um ambiente que rouba as energias gastas no trabalho ao invés de repô-las, e advém também da criminalidade gerada por uma tensão permanente em uma cidade dividida. Quando os constrangimentos da natureza são vistos sem limites de superação, também não se tem mais limites para a capacidade de destruição e violência.

jogo do capital  
joga na capital  
julga capacidades  
jaz a cidade  
o o o

Os problemas e desafios encontrados atualmente na Mata da Izidora não são exclusivos ou novos, eles advêm de um histórico de desenvolvimento da cidade e de influências sofridas ao longo dos anos pelas vivências de seus habitantes, da interação com o meio e de externalidades regionais, além de outros fatores.

Após a decisão da necessidade de uma nova capital para Minas Gerais e a votação no Congresso Mineiro, decidiu-se por Bello Horizonte - grafia da época - para receber esse título, devido às suas condições técnicas e sua centralidade. A Planta Geral projetava 200.000 habitantes para a cidade e a Cidade de Minas foi inaugurada em 12 de dezembro de 1897 (TONUCCI FILHO, 2012).

Matos (1992) expõe que o cenário de criação do novo centro administrativo foi decorrente de um mercado de trabalho de características crescentemente urbanas e da condição imposta ao país, pela antiga divisão internacional do trabalho, de permitir a reprodução do padrão de acumulação de capital vigente. Além da influência exterior de modernização, industrialização e planejamento urbano.

O Plano da Nova Capital, com ideais positivistas e republicanos, estabelecia condições para boa circulação, ventilação, higiene, conforto e beleza; dividindo a cidade nas zonas urbana,



suburbana e rural. Nesta estavam previstas colônias agrícolas e pequenos sítios, visando a formação de um cinturão verde para abastecimento da capital. Entretanto, a expansão suburbana rapidamente a incorporou (TONUCCI FILHO, 2012).

Ressalta-se o planejamento prévio da proximidade de zonas agrícolas e com características naturais para a manutenção da cidade. Possivelmente essa necessidade se dava pela ligação mais estreita com o campo e por dificuldades de logística no transporte e armazenamento dos produtos, todavia com as facilidades da vida moderna ela foi esquecida. Percebe-se nos dias de hoje o agravamento dos problemas ambientais e da qualidade de vida urbana em decorrência do alijamento das áreas verdes.

Ao longo das primeiras duas décadas do século XX foi se formando a periferia da Zona Suburbana, com a expulsão da população pobre das áreas nobres que se consolidavam. O elevado preço dos terrenos juntamente com o controle dos lotes pelo Poder Público e especulação imobiliária inviabilizavam a permanência da classe trabalhadora na Zona Urbana central, era o início da expansão de bairros desordenados (TONUCCI FILHO, 2012).

Ainda segundo o autor, enquanto a Zona Urbana era composta por infraestrutura urbana e equipamentos coletivos e privados, a Zona Suburbana e colônias agrícolas careciam de tudo isso. A convergência urbana era feita somente por meio dos bondes que transpassam essas distintas realidades. As condições impostas pelo planejamento, a lógica do mercado imobiliário, e a necessidade de assentar a população que crescia subverteram o intento inicial de ocupar a cidade do centro para a periferia.

De acordo com Matos (1992), o traçado “em xadrez” de Belo Horizonte era adequado para uma planície, entrecortado por avenidas radiais, com grandes quarteirões quadrados e lotes de reduzida frente e grande profundidade. Entretanto, o desenho desprezou aspectos econômicos e socioculturais, destacando palácios e praças ornamentais e deixando de lado as necessidades da população de baixa renda, e em decorrência da zona suburbana contar com distinta topografia, possuía quarteirões irregulares.

A partir de 1920, após se recuperar da crise decorrente da Primeira Guerra Mundial, a cidade consolidou-se como centro administrativo, comercial e cultural do estado. Segundo Tonucci Filho (2012), o aumento do fluxo migratório trouxe para a capital 214 mil pessoas nos anos 40, acentuando a diferenciação espacial que já estava em curso. Já Matos (1992) indica que somente a partir dessa época os terrenos tiveram acentuada valorização.

É importante notar que desde a segunda década do século XIX a cidade já vivia o paradoxo de possuir numerosos lotes vagos e, ainda assim, ter um déficit de moradias, especialmente para os operários (MATOS, 1992). O que dialoga com a situação atual de Belo

Horizonte, na qual poderes público e privado alegam a necessidade de novos empreendimentos para suprir a demanda por moradias, geralmente em locais com vegetação remanescente, enquanto imóveis desocupados persistem no espaço urbano.

Matos (1992) expõe que o período foi marcado por uma preocupação do poder público em manter a imagem de limpeza e higiene da capital, por meio da adoção de fiscalização e vigilância frequente dos grandes equipamentos de uso coletivo: hospitais, sanatórios e casas de saúde. Fez parte desse esforço municipal a construção do Sanatório Hugo Werneck, construído em meio à densa vegetação.

O Sanatório inaugurou no Brasil uma nova forma de tratar a tuberculose que se baseava na salubridade do ambiente. Os pacientes ficavam em ambientes sempre ventilados e tinham horários rígidos de banhos de sol e alimentação, se tornando uma das melhores instituições para se curar tuberculose no país. Observa-se que os sanatórios foram uma das principais instituições influenciadas pela proximidade com a natureza, pois a paisagem de seu entorno trazia não apenas salubridade à edificação, mas os “bons ares” também promoviam uma esperança generalizada de cura aos doentes (MONTEIRO & RIBEIRO, 2013).

Tentativas de controle da expansão com parâmetros de ocupação foram feitas com um novo Plano Geral, em 1933, e posteriormente com a criação da Comissão Técnica Consultiva. Em 1935 um decreto relacionava restrições aos loteamentos e iniciava o cadastramento destes. Mesmo assim, a maioria dos lotes era comercializada sem aprovação legal (TONUCCI FILHO, 2012).

A segregação socioeconômica foi uma constante na realidade da capital desde seus primeiros anos, e com isso a utilização da polícia para a vigilância e controle das ações do proletariado (MATOS, 1992). Observa-se até hoje essa situação, por exemplo nas recorrentes ameaças de despejo e repressão da população das ocupações urbanas.

Segundo Tonucci Filho (2012), entre as décadas de 40 e 50, Belo Horizonte acelerou a industrialização e viveu um período de intenso crescimento e modernização, seguindo o projeto nacional desenvolvimentista. Marcos desse período foram a Cidade Industrial Juventino Dias, o complexo de lazer da Pampulha e a abertura de várias avenidas.

A avenida do Contorno foi concluída, além das canalizações parcial do Ribeirão Arrudas e total do córrego do Leitão, córrego da Mata e córrego do Pastinho. Foi concluída a primeira Planta Cadastral de Belo Horizonte, aumentada a fiscalização sobre loteamentos mais afastados, estimulada a ocupação da área central e criadas diversas entidades, como as educacionais, a partir de desapropriações e doações de terrenos (TONUCCI FILHO, 2012).

De acordo com a reportagem “Noventa anos de canalização” do jornal O Tempo, publicada no dia vinte de setembro de 2015, a tendência de canalização dos cursos d’água se perpetuou pela cidade e, de acordo com um levantamento feito pela Superintendência de Desenvolvimento da Capital, dos 654 km de rios, 165 km estão cobertos de concreto. Dentre os leitos naturais restantes, a maioria está poluída por lixo e esgoto, não escapando deste cenário os presentes na Mata da Izidora.

O redirecionamento da cidade para o norte e a intensificação da dispersão dos loteamentos permitiram que a expansão urbana periférica se moldasse cada vez mais distante do centro da cidade. Destaca-se a construção do primeiro conjunto habitacional, o IAPI, e o início do processo de metropolização de Belo Horizonte (TONUCCI FILHO, 2012). A influência de padrões internacionais de urbanismo, como ruas e avenidas que privilegiavam o trânsito de automóveis, contribuía para a formação social conservadora e segregacionista (MATOS, 1992).

A transição entre os anos 50 e 60 foi marcada por uma grave crise urbana decorrente do intenso crescimento da cidade com agregação de periferias e o descompasso dos necessários investimentos em serviços e infraestrutura urbanos. Desenvolveu-se o processo de metropolização, com o crescimento se dando para além dos limites da capital e a população passando de quinhentos mil para um milhão de habitantes. Mudanças estruturais se deram com a criação da Companhia Energética de Minas Gerais e a construção do Anel Rodoviário. Até metade dos anos 70 observou-se um processo de industrialização, com o crescimento da produção regional de bens intermediários, e intervenções públicas estruturantes (TONUCCI FILHO, 2012).

Ao passo que as linhas de bonde eram desativadas, as linhas de lotação e ônibus passavam a ser privatizadas. Ainda que o centro retivesse boa parte do comércio, lazer, indústria e sedes administrativas, o espaço da cidade era delineado por duas partes bem distintas: o sul, que abrigava os estratos sociais de alta renda e benefícios urbanos, e o norte, constituído por bairros dos antigos processos de periferização. O surgimento da região da Savassi como uma nova centralidade de comércio e serviços para as elites se deu pela verticalização e pelo esvaziamento populacional do centro, principalmente pelas classes médias e altas. O avanço da metropolização ocorreu no sentido norte, com a periferização da pobreza, e oeste, com as aglomerações industriais (TONUCCI FILHO, 2012).

Este processo disperso originou diversos espaços, ditos vazios urbanos, mantidos pela retenção especulativa de terrenos, e desencadeou também o comprometimento de bacias hidrográficas, a ocupação de várzeas e a devastação da cobertura vegetal (TONUCCI FILHO,

2012). Questiona-se a noção de desocupação advinda dessa época, pois ainda hoje é utilizada como justificativa de novos empreendimentos na cidade, por vezes desconsiderando as áreas verdes existentes.

A intervenção do Estado após 1964 foi determinante para a afirmação do capitalismo industrial, pois sua reprodução ampliada foi favorecida pela remoção de obstáculos. O ambiente urbano, por materializar os investimentos políticos e econômicos, foi palco da produção e reprodução do espaço da classe média (MATOS, 1992). Permanece desse período a supremacia de construções verticais e obras viárias, pautas privilegiadas na elaboração da Operação Urbana do Isidoro.

A cidade apresentava carências no provimento de esgotamento sanitário, energia elétrica e abastecimento de água, além de déficit habitacional, terrenos com alto custo e imigração intensificada. A crescente subordinação das políticas urbanas ao capital privado aumentou a segregação já iniciada. A partir dos anos 70, grandes obras de abastecimento e infraestrutura viária foram feitas, e o mercado imobiliário foi aquecido com o investimento das camadas mais ricas, verticalizando bairros, expandindo loteamentos com infraestrutura e áreas para sítios. Coube às camadas mais pobres da população os loteamentos populares na periferia (TONUCCI FILHO, 2012).

A cidade de então pode ser refletida pelo olhar e pelas palavras do poeta Carlos Drummond de Andrade:

Por que não vais a Belo Horizonte? a saudade ciciz e continua, branda: Volta lá.  
Tudo é belo e cantante na coleção de perfumes das avenidas que levam ao amor, nos espelhos de luz e penumbra onde se projetam os puros jogos de viver. Anda! Volta lá, volta já.  
E eu respondo, carrancudo: Não.  
Não voltarei para ver o que não merece ser visto, o que merece ser esquecido, se revogado não pode ser.  
Não o passado cor-de-cores fantásticas, Belo Horizonte sorrindo púber e núbil sensual sem malícia, lugar de ler os clássicos e amar as artes novas, lugar muito especial pela graça do clima e pelo gosto, que não tem preço, de falar mal do Governo no lendário Bar do Ponto.  
Cidade aberta aos estudantes do mundo inteiro, inclusive Alagoas, “maravilha de milhares de brilhos vidrilhos” mariodeandrademente celebrada.  
Não, Mário, Belo Horizonte não era uma tolice como as outras. Era uma provinciana saudável, de carnes leves pesseguíneas. Era um remanso, era um remanso para fugir às partes agitadas do Brasil, sorrindo do Rio de Janeiro e de São Paulo: tão prafrentex, as duas! e nós lá: macio-amesendados na calma e na verde brisa irônica...  
Esquecer, quero esquecer é a brutal Belo Horizonte que se empavona sobre o corpo crucificado da primeira. Quero não saber da traição de seus santos. Eles a protegiam, agora protegem-se a si mesmos. São José, no centro mesmo da cidade, explora estacionamento de automóveis. São José dendroclasta não deixa de pé sequer um pé-de-pau onde amarrar o burrinho numa parada no caminho do Egito. São José vai entrar feio no comércio de imóveis, vendendo seus jardins reservados a Deus. São Pedro instala supermercado. Nossa Senhora das Dores, amizade da gente na Floresta, (vi

crescer sua igreja à sombra do Padre Artur) abre caderneta de poupança, lojas de acessórios para carros, papelaria, aviário, pães-de-queijo.

Terão endoidecido esses meus santos e a dolorida mãe de Deus? Ou foi em nome deles que pastores deixam de pastorear para faturar? Não escutem a voz de Jeremias (e é o Senhor que fala por sua boca de vergasta): “Eu vos introduzi numa terra fértil, e depois de lá entrardes a profanastes. Ai dos pastores que perdem e despedaçam o rebanho da minha pastagem! Eis que os visitarei para castigar a esperteza de seus desígnios”.

Fujo da ignóbil visão de tendas obstruindo as alamedas do Senhor. Tento fugir da própria cidade, reconfortar-me em seu austero píncaro serrano. De lá verei uma longínqua, purificada Belo Horizonte sem escutar o rumor dos negócios abafando a litania dos fiéis. Lá o imenso azul desenha ainda as mensagens de esperança nos homens pacificados – os doces mineiros que teimam em existir no caos e no tráfico. Em vão tento a escalada. Cassetetes e revólveres me barram a subida que era alegria dominical de minha gente. Proibido escalar.

Proibido sentir o ar de liberdade destes cimos, proibido viver a selvagem intimidade destas pedras que se vão desfazendo em forma de dinheiro. Esta serra tem dono. Não mais a natureza a governa. Desfaz-se, com o minério, uma antiga aliança, um rito da cidade. Desiste ou leva bala. Encurralados todos, a Serra do Curral, os moradores cá embaixo.

Jeremias me avisa: “Foi assolada toda a serra; de improviso derrubaram minhas tendas, abateram meus pavilhões. Vi os montes, e eis que tremiam. E todos os outeiros estremeciam. Olhei terra, e eis que estava vazia, sem nada nada nada”.

Sossega minha saudade. Não me cicies outra vez o impróprio convite. Não quero mais, não quero ver-te, meu Triste Horizonte e destroçado amor.

(Triste Horizonte, 1976)

Do momento descrito pelo poema até os anos subsequentes, figura-se na atualidade mudanças bruscas na paisagem e na apropriação da cidade. Destaca-se os trechos “lugar muito especial pela graça do clima”; “na calma e na verde brisa irônica”; “vendendo seus jardins reservados a Deus”; “reconfortar-me em seu austero píncaro serrano”; “proibido viver a selvagem intimidade destas pedras” para enfatizar as alterações ocorridas no espaço urbano em relação às qualidades ligadas às áreas verdes de Belo Horizonte.

De acordo com Tonucci Filho (2012), nos anos 80 o desemprego aumentou bastante, assim como os empregos informais. Houve a construção do trem metropolitano e melhoria de circulação na área central, além da volta da ocupação do centro e saída de atividades de impacto ambiental e urbanístico negativo. A falta de habitações e a reação contra o processo de desfavelamento levou o poder público a regularizar as favelas existentes. Apesar do incentivo ao uso residencial no centro da cidade, e da atuação imobiliária ter sido restrita nas áreas de população de baixa renda, houve a reafirmação da tendência das zonas comerciais se manterem nos mesmo lugares, de diferenciação social nas zonas residenciais e das densidades serem decrescentes no sentido centro-periferia.

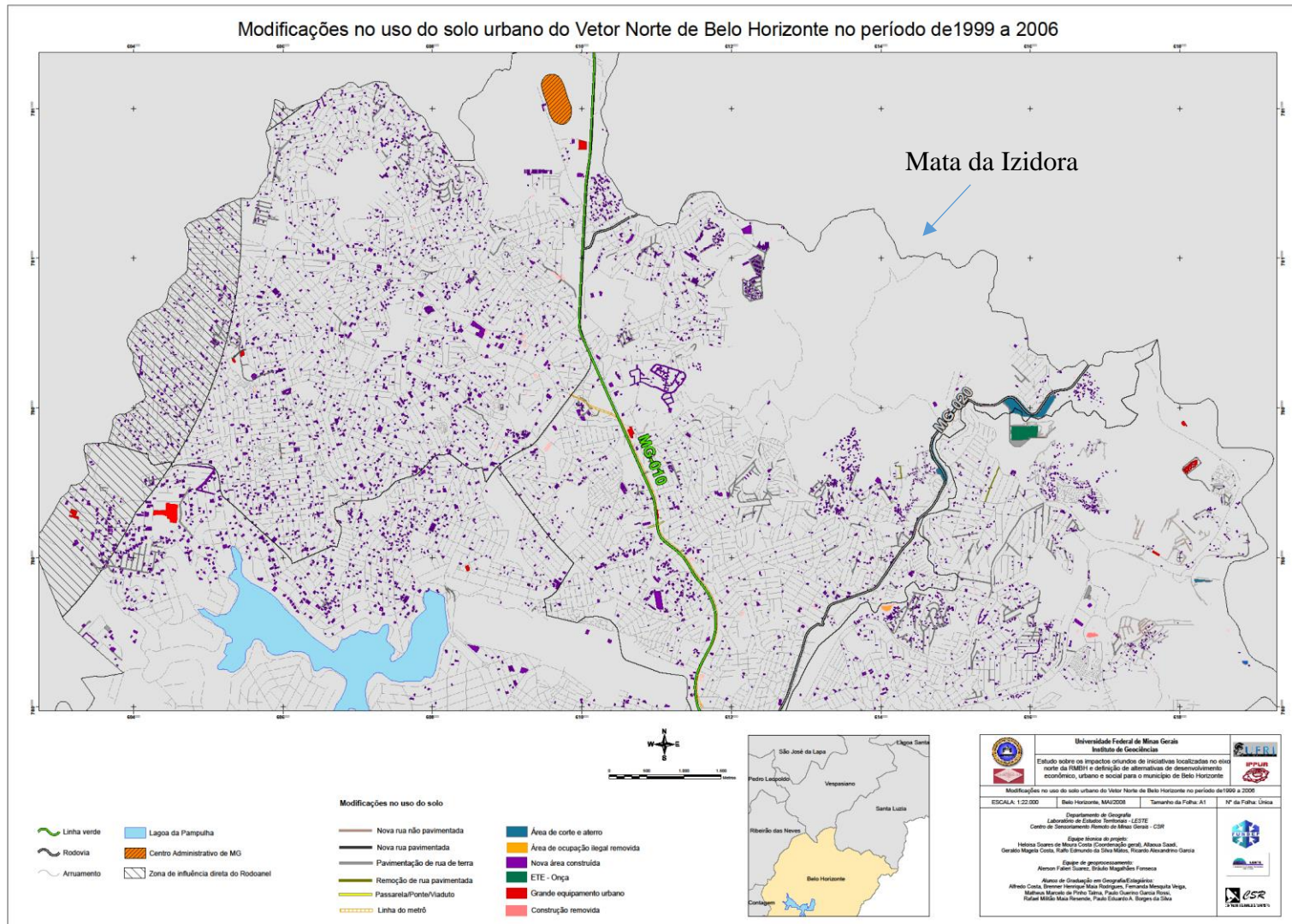
Desde os anos 90 até os dias de hoje, observa-se a continuação das tendências segregacionistas mencionadas e a conurbação dos limites metropolitanos com as seguintes características: eixo norte com ocupações majoritariamente horizontais e parcelamentos com carência de infraestrutura, eixo oeste tradicionalmente industrial, eixo noroeste com

parcelamentos precários, eixo leste com urbanização precária e pequena verticalização, eixo sul com ocupação vertical e patrimônios valorizados.

Outras características gerais observadas nos últimos anos por Tonucci Filho (2012) são: o favorecimento do transporte privado, imóveis vagos ou subutilizados, adensamento e verticalização excessivos, concentração da oferta de serviços públicos e privados no centro de Belo Horizonte e predominância do modelo centro-periferia de estruturação territorial. Segundo o site do IBGE, atualmente Belo Horizonte tem população estimada de 2.523.794 pessoas e densidade demográfica, do último censo de 2010, de 7.167 hab/km<sup>2</sup>. Realidade bem distante da planejada em sua criação.

Em relação à área de estudo, ressalva-se sua localização em região não muito considerada pelo poder público desde o início de sua urbanização, com histórico de ocupação desregulada, falta de infraestrutura e periferação. A partir de fotos aéreas entre os anos 1999 e 2006 foi feito um mapa (Figura 40), elaborado pelo Instituto de Geociências da UFMG como parte do “Estudo sobre os impactos oriundos de iniciativas localizadas no eixo norte da RMBH e definição de alternativas de desenvolvimento econômico, urbano e social para o município de Belo Horizonte”, que revela as modificações, intensificadas nos últimos anos, a respeito do uso do solo na região circundante à Mata da Izidora (BELO HORIZONTE, 2008).

Figura 40: Modificação no uso do solo urbano (1999 – 2006) no Vetor Norte de Belo Horizonte.



Fonte: UFMG/IGC (2008).

A Mata da Izidora representa uma interface entre a condição rural e urbana da cidade, o parcelamento de seu território está em módulos rurais ao mesmo tempo que seus moradores se relacionam com as “urbanidades” do entorno. Dentro dela e ao seu redor observa-se uma urbanização periférica instalada, e em andamento, e o esmaecimento de sua “ruralidade” original. A Mata figura-se como um emblema da existência simultânea de dois mundos tidos como incompatíveis.

Como trazido anteriormente, o advento da cidade moderna e a história de Belo Horizonte explicam em grande parte a segregação socioespacial observada hoje na capital. Devido à valorização municipal do eixo centro-sul da cidade, e conseqüentemente o recebimento de maiores investimentos, outras regiões, como a norte, foram urbanizadas de forma periférica e precária. Ademais das deficiências de infraestrutura encontradas ao redor do território da Mata da Izidora, este ainda abarca as interferências dessa urbanização desregulada em sua interface rural e nos seus atributos naturais.

Segundo Ferrão (2000), o mundo rural destaca-se historicamente por ter como função principal a produção de alimentos, por meio da agricultura como atividade econômica predominante, representado por um grupo social camponês, com comportamentos, modos de vida e valores próprios, e refletido por uma paisagem de conquista de equilíbrios entre as atividades humanas desenvolvidas e as características naturais locais.

Além do mundo rural tradicional, posteriormente surgiram o mundo rural moderno - no qual se faz presente a mercantilização da produção agrícola em massa e a fronteira das grandes oposições é deslocada - e o não agrícola - no qual a função principal não é necessariamente a produção de alimentos, e a atividade predominante por não ser a agrícola. Observa-se então “a transformação do mundo rural em espaços multifuncionais com valor patrimonial”. Discussões sobre o valor das paisagens, a proteção na natureza e a autenticidade rural relacionam a evolução futura dessas áreas com a procura urbana atual (FERRÃO, 2000).

A situação da Mata da Izidora é uma representação das mudanças ocorridas na categorização de mundo rural e também nos anseios urbanos explicitados em planejamentos para sua área. Se enquadra na reflexão de Ferrão (2000), que diz: “as realidades atualmente designadas por “*áreas urbanas*” incluem espaços urbanos, suburbanos, rurais agrícolas e rurais não agrícolas, articulados sistemicamente entre si, às vezes de forma conflituosa (suburbanização degeneradora de usos do solo e patrimônio não urbanos, por exemplo) e às vezes de forma simbiótica (corredores verdes, regeneração urbanística e socioeconômica de espaços construídos tradicionais, etc.), recuperando-se, nestes últimos, algumas componentes da complementaridade que caracterizou a relação tradicional urbano-rural”.



O espaço urbano passou a significar uma predominância da cidade sobre o campo, não se restringindo a um conjunto definido e denso de edificações (ROLNIK, 1995). A divisão entre trabalho manual e intelectual e o comando do mercado sobre as atividades de produção contribuiu para a dominação da cidade, entretanto, os limites entre esta e o campo estão cada vez mais difusos (MONTE-MÓR, 2011).

Por vezes, o tecido urbano prolifera e se estende corroendo os resquícios da vida agrária, prevalecendo as manifestações da cidade sobre o campo e poupando somente o que não lhe interessa de imediato, áreas chamadas de estagnadas ou arruinadas (LEFEBVRE, 1999). Locais estes que acabam por permitir a existência da natureza urbana ou a utilização diversa dos não contemplados pelo sistema político e econômico vigente.

A Mata da Izidora é um exemplo desses locais. O crescimento dos bairros do entorno aumenta a pressão sobre sua área e as próprias atividades em seu interior vão modificando suas características. Por outro lado, a presença de atividades rurais e a concentração fundiária em poucos proprietários fez com que a área se mantivesse de maneira distinta de outros lugares da cidade, permitindo a existência da natureza, em diversos estágios de conservação, e o uso diversificado de seus potenciais. Além do mais, o interesse tardio do poder público e privado pela área, permitiu esse modo de ocupação até os dias de hoje, apesar de nos últimos anos ele se encontrar ameaçado.

Segundo Rua (2006), a polaridade entre o que se percebe por cidade e campo tem gerado atualmente uma ressignificação do rural. O autor sugere uma abordagem na qual mesmo quando impactado pela força do urbano, o espaço rural possa manter suas especificidades. Conjectura-se assim um território de caráter híbrido, que permite que o rural interaja com o urbano, e vice-versa, sem se extinguir, mas transformando-se.

A cidade é uma “coisa” híbrida socionatural que é, ao mesmo tempo, natural e social, real e fictícia, aonde se encontram contradições, tensões e conflitos todo o tempo (SWYNGEDOUW, 2001). Ressalva-se que apesar do autor considerar sociedade e natureza como produzíveis, maleáveis e transformáveis, não se pode ignorar que processos degradadores provocam alterações irreversíveis, como a extinção de espécies. Por outro lado, procede dizer que o meio natural é metabolizado pelas relações sociais, as quais produzem novas formas socionaturais. Uma natureza inteiramente nova é produzida pela socionatureza e é preciso insistir na transcendência das formações binárias entre natureza e sociedade, campos tradicionalmente tratados separadamente e com constantes conflitos, para desenvolver uma nova linguagem capaz de manter a unidade dialética da relação entre híbridos que são (SWYNGEDOUW, 2001).

Harvey (1996) diz que mudando padrões de organização urbana, simultaneamente se produz configurações distintas de desenvolvimento econômico e social em diferentes escalas juntamente com múltiplos deslocamentos de questões ambientais em diferentes escalas. Não somente os processos ecológicos devem ser incorporados no nosso entendimento da vida social, mas também os fluxos de bens e as ações transformativas dos seres humanos - como as construções de sistemas urbanos - tem de ser entendidos como processos ecológicos fundamentais.

Portanto, nesse cenário híbrido de campo e cidade, cabe a discussão e incorporação de aspectos vistos como rurais no urbano, pois o que é intrínseco à vida humana não deve se limitar a categorias de endereço. Não existem diferentes tipos de arquitetura, mas somente diferentes situações que requerem diferentes soluções para satisfazer as necessidades físicas e psicológicas do ser humano, e seu espaço de existência compreende as relações básicas entre ele e seu ambiente (NORBERG-SCHULZ, 1979).

Os espaços públicos das primeiras cidades eram concebidos mais como ambientes sócio-políticos do que por suas características ecológicas. Também o número de habitantes e suas interferências no meio eram pouco significativas e, portanto, a vegetação se encontrava fora do núcleo da cidade, devido às pequenas dimensões dos centros urbanos (BIONDI, 2015).

Além do mais, essa, ao mesmo tempo que servia ao redor como proteção, internamente poderia afetar a segurança pública por comprometer a visibilidade dos povos inimigos (BIONDI, 2015). A concepção da vegetação como proteção ou ameaça foi sendo transformada juntamente com o afastamento, majoritário, do modo de vida indígena e campesino. O processo de urbanização criou novas necessidades e formas de ocupação do espaço, tanto na cidade quanto no campo, que diminuiriam o contato direto com a natureza.

Os processos coloniais, a industrialização, o crescimento populacional, e os distintos modos de vida são alguns dos principais fatores que alteraram a presença de vegetação urbana, tanto na sua permanência, aumento ou ausência. Historicamente, os ambientes urbanos foram os primeiros a apresentar um excesso na matança da vida selvagem para sua utilização como alimento, utensílios e disseminação de espécies invasoras (MURPHY, 1997).

Os impactos derivados do modelo atual de urbanização estão progressivamente mais intensos. O funcionamento da cidade não está desvinculado do meio em que se insere, portanto deve-se observar a dinâmica natural local para evitar e controlar os efeitos gerados pelo espaço construído. O aumento na demanda de moradias acaba levando à ocupação de áreas de risco, como encostas e fundos de vale, e a pressão exercida em solo instável e áreas de inundação provoca desmoronamentos que colocam famílias em perigo e aumentam os processos erosivos.

As áreas descobertas de vegetação deixam de contribuir para a estabilização do solo e infiltração da água da chuva, causando a falta de abastecimento do lençol freático e o assoreamento dos corpos d'água.

A poluição decorrente do uso de combustíveis fósseis, descarte inadequado de substâncias tóxicas, processos industriais de alto impacto, emissão de gases de efeito estufa, falta de saneamento básico, variações drásticas de temperatura, poluição sonora e visual, e acúmulo de lixo presentes nos centros urbanos influenciam na má qualidade do ar, água e solo e provocam doenças e desregulações nos processos biológicos de várias espécies.

Gradativamente, foram surgindo assim preocupações sobre o papel da sociedade na conservação da natureza. Segundo Norberg-Schulz (1979), a humanidade habita onde ela consegue se orientar e se identificar com o ambiente, quando experimenta o ambiente como significativo.

Repousa na Mata da Izidora uma oportunidade de ser parte da mudança que possa, como diz Carvalho (2000, p.7), “conceber globalmente o aparelho urbano de modo que todo o território urbano e do campo envolvente seja palco de um processo geológico de características naturais. Isto significa dispor as estruturas da cidade de modo que elas impliquem a preservação do processo natural, a sua modificação no sentido desejado e até a sua recriação onde a atividade antrópica o tenha perturbado severamente ou mesmo eliminado”.

Complementa Monte-Mór (1994) que o ponto positivo da crise, proveniente da exclusão histórica do direito à cidade dentre todos os seres vivos, é a oportunidade diante do risco, que pode fortalecer as possibilidades de recriar relações entre campo e cidade e entre o espaço construído e o espaço natural. O autor alerta que reside nos muitos subespaços que resistiram à modernização frustrada e incompleta as possibilidades de reinvenções dos ambientes sociopolíticos contemporâneos.

O modelo territorial urbano precisa ser revisto, à procura de alternativas diversas que garantam maior permeabilidade e integração entre o espaço social e o natural. O olhar ambiental sobre a cidade deve centrar-se na conservação das condições ecológicas adequadas para a diversidade social e biológica. Somente uma naturalização extensiva é capaz de enfrentar problemas urbanos e ambientais locais e globais (Monte-Mór, 1994).

## **2.2. Deus salve o verde**

Deus salve o verde,  
Que o homem está acabando  
E construindo o cinza  
Salve o verde,

Salve o verde  
Tá faltando grama, neste jardim;  
Tá faltando árvore, nessa cidade;  
Tá faltando oxigênio, nessa atmosfera;  
O que será, o que será, o que será,  
o que será da biosfera?  
O que será, o que será, o que será,  
o que será, da biosfera?

(Trecho da música “Salve o Verde”, de Jorge Ben Jor)

A começar pelo jargão “salvar o planeta” é possível encontrar uma grave visão antropocêntrica de quem está correndo perigo. Além de ignorar que as mudanças necessárias nos modos de ocupação do espaço pela espécie humana são para amenizar as ameaças sobre ela mesma, atribui-se a responsabilidade pelos desastres e milagres naturais somente a entes divinos ou simplesmente ao outro: vizinho, polícia, empresário ou governante.

Os entrevistados recorrentemente atribuíram à vigilância e fiscalização, ou ao poder público em geral, a proteção da Mata e das demais áreas verdes na cidade. Por outro lado, também foi dito que “parque não devia ser cercado, não precisava ter muro, não precisava ter vigia, se a população tivesse na cabeça que aquilo ali é meu, é seu, é dele, é de todo mundo”.

Essa visão majoritária remete à campanha militar de “comando e controle”, que aplicada à gestão ambiental implica em aplicação de multas, crédito, embargo de imóveis desmatados ilegalmente, ordenamento territorial, processos judiciais contra crimes ambientais e estabelecimento de unidades de conservação. Aparentemente, apenas a última ação tem potencial educativo de mudança efetiva na percepção da natureza.

Educação Ambiental é dimensão da educação, é atividade intencional da prática social, que imprime ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, com o objetivo de potencializar essa atividade humana, tornando-a mais plena de prática social e de ética ambiental. Essa atividade exige sistematização através de metodologia que organize os processos de transmissão/apropriação crítica de conhecimentos, atitudes e valores políticos, sociais e históricos. Assim, se a educação é mediadora na atividade humana, articulando teoria e prática, a educação ambiental é mediadora da apropriação, pelos sujeitos, das qualidades e capacidades necessárias à ação transformadora responsável diante do ambiente em que vivem. Podemos dizer que a gênese do processo educativo ambiental é o movimento de fazer-se plenamente humano pela apropriação/transmissão crítica e transformadora da totalidade histórica e concreta da vida dos homens no ambiente (TOZONI-REIS, 2004, p. 147).

De acordo com Thomas (2000), desde a Renascença a cidade era vista como sinônimo de civilidade, enquanto o campo era rusticidade. Estar cercado por uma cidade, ao invés de uma floresta, significava civilização. Durante séculos os muros das cidades simbolizaram segurança e o empreendimento puramente humano. A brusca separação entre cidade e campo,

intensificada na Idade Média, incentivou a idealização dos atrativos espirituais e estéticos do campo bem como o anseio sentimental pelos prazeres rurais.

A partir do século XVI se tornou mais comum o registro de ervas medicinais e seu cultivo em jardins, da localização de flores silvestres e o interesse pelas plantas em si mesmas. Os viajantes admiravam os cenários férteis e cultivados. Indicadores caracteristicamente humanos da separação entre cultura e natureza são esmero, simetria e padrões formais, mas o início do período moderno parece ter aumentado a tendência para o cultivo uniforme, alguns acreditam que na ordem se encontra a essência da beleza (THOMAS, 2000).

A fuga da agitação da cidade e fábricas levou à apreciação do cenário selvagem, muitas vezes associada com uma emoção antissocial, estimulando o interesse em se preservar a natureza inculta como fonte de riqueza espiritual. Ao final do século XIX, iniciaram a elaboração de regulamentos para a proteção de plantas nativas, que começaram a ser consideradas belas com o auxílio de naturalistas, artistas e poetas (THOMAS, 2000). O autor cita pensamentos de outras personalidades, como por exemplo a valorização do rural apenas quando não se convivia mais com ele diariamente, ou o fato de se recorrer ao amor pelas flores, água e céu quando alguém se encontra rodeado por pessoas sem empatia. É relevante também a colocação sobre as associações primeiras que os elementos naturais trazem, como as lembranças de infância. Já em 1890 Ebenezer Howard criou o conceito de cidade jardim e disse que cidade e campo precisavam estar casados, em compasso com a crescente insatisfação em relação à desruralização do ambiente urbano.

Thomas (2000), vê como atual o problema posto para o planejamento urbano de se combinar as vantagens econômicas e sociais das cidades com o ambiente físico do campo. Observou-se, em nível internacional, o aumento do conforto, bem-estar e felicidade dos seres humanos, entretanto, às custas da exploração de outras formas de vida. Percebeu-se, então, um conflito crescente entre os fundamentos materiais da sociedade humana e suas novas sensibilidades.

Alguns autores contribuem para a reflexão sobre o natural e o construído, meio ambiente e cidade e suas interfaces na ocupação do espaço urbano. Smolka (1993, p.134) apresenta como “ingredientes essenciais para caracterizar a cidade: a justaposição ou concentração espacial de pessoas e atividades; a escala e diversidade de funções desempenhadas; e sua base material na forma de um ambiente construído”. O mesmo autor diz que os fenômenos urbanos são cerceados pelo ambiente construído e que “a escala e a diferenciação interna da cidade asseguram também a diversidade e a separação espacial da incidência de problemas ambientais”. Não sendo a cidade passiva ou monolítica, do ponto de vista ambiental, e gerando

seus problemas a partir de seu *modus operandi*, não sendo capaz de suprir as necessidades básicas a todos.

Considerando essa incapacidade de atender as carências de todos, acredita-se ser importante o reconhecimento dos limites e potencialidades locais, pois assim se faz possível a adaptação e o equilíbrio do meio com seus habitantes. Portanto, demandas colocadas para a área de estudo, como edifícios para moradia e comércio, posto de saúde e batalhão de polícia fazem parte de um modelo de desenvolvimento da cidade, e em especial da região da Mata, que apresenta problemas e deficiências no funcionamento e não parece ser a continuidade dele que resolverá os impactos ambientais já sofridos pela área e as solicitações da população, que poderiam ser atendidas pela melhoria das condições dos espaços outrora construídos.

Já Monte-Mór (1994) traz a conceituação de sociedade urbano-industrial pelas formas de organização da sociedade civil e institucionalização promovida pelo Estado, e também pelo estágio de acumulação capitalista. Complementa que a imersão na crise civilizatória urbana e suas múltiplas manifestações é tamanha que parecem quase impensáveis virtualidades integradoras da natureza e do hábitat humano. Por outro lado, Lefebvre (1999) aponta que o urbano pode ser visto como o horizonte, o possível, e para realizá-lo se faz necessário romper com os obstáculos que o tornam impossível. “Há sempre um conflito, ou uma oposição, uma contradição mesmo, entre os conceitos de urbano e de ambiental” é o que expõe Costa (2000, p.56). A autora também coloca que é necessário lidar com dilemas sociais e ambientais conjuntamente. O ambiente não deve ser visto apenas sob uma ótica preservacionista ou como fonte de problemas, mas como o envoltório da sociedade e participante da vida cotidiana.

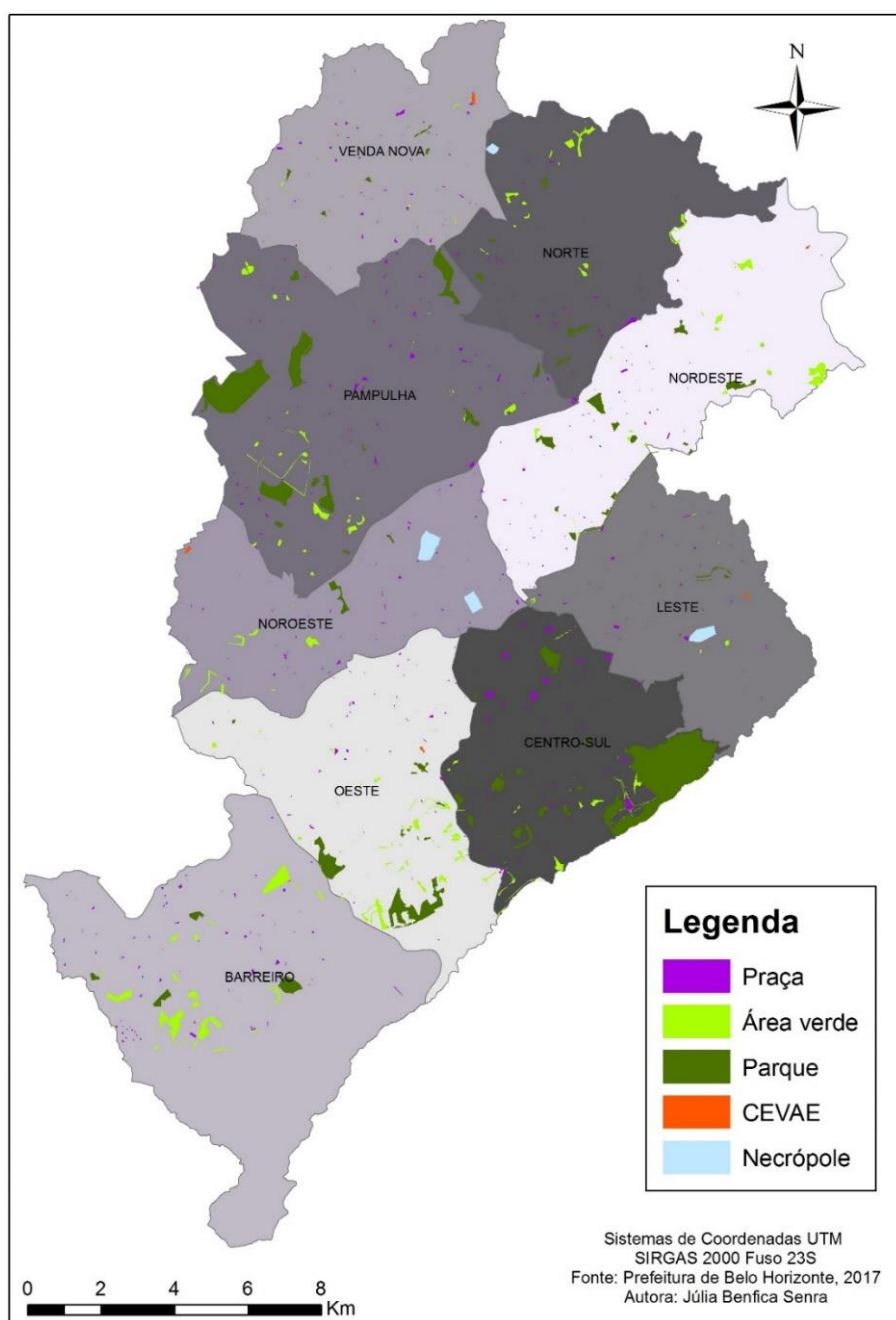
Ressalva-se que o ambiente da Mata da Izidora é o cenário propício para se encarar esses dilemas socioambientais, pois nele se encontram oportunidades de se integrar os espaços verdes à dinâmica urbana, esta não sendo necessariamente a da construção civil e da exclusão social.

Segundo Van Leeuwen *et al* (2010) a primeira maneira que os espaços verdes urbanos foram intencionalmente promovidos foi pela construção de jardins urbanos. Atualmente o espaço verde urbano é um elemento indispensável de qualidade de vida. Os autores apresentam que o valor de uso das áreas verdes refere-se às funções econômicas do espaço, enquanto o valor de não utilização refere-se às funções intangíveis do espaço. Por fim, salientam que espaços verdes urbanos oferecem acesso a uma grande variedade de funções ecológicas. Em contraponto, acredita-se que os múltiplos benefícios de um espaço verde urbano se dão na ampliação do conceito de uso e nas diversas apropriações do espaço que podem ali coexistir.

Áreas verdes, de acordo com Hijjoka *et. al.* (2007), correspondem a toda e qualquer área que abarque vegetação situada em solo permeável. Enquanto os espaços verdes contêm

predominantemente vegetação nem sempre em solo permeável. Em Belo Horizonte as áreas verdes públicas municipais são geridas pela Gerência de Áreas Verdes, responsável pelas praças, arborização, canteiros centrais, jardins e áreas verdes que ainda não foram implantadas; pela Fundação de Parques Municipais, responsável pelos parques, cemitérios e centros de vivência agroecológica; e pela Fundação Zoobotânica, responsável pelo jardim botânico, jardim zoológico e o parque ecológico da Pampulha (Figura 41).

Figura 41: Áreas verdes públicas municipais de Belo Horizonte, 2017.



Fonte: a autora.

Observa-se no mapa das áreas verdes públicas municipais de Belo Horizonte que estas estão pulverizadas e desproporcionais em tamanho, conectividade e atendimento, por raio de abrangência, em relação aos moradores de todos os bairros da cidade. O trabalho de Fernandes e Caldeira (2016) investigou, considerando o raio de influência das áreas verdes institucionalizadas em Belo Horizonte, a possibilidade de potenciais unidades de conservação que podem vir a ser destinadas à preservação ambiental e a conexão de fragmentos florestais. Dentre os locais delimitados se encontra a Mata da Izidora.

Além da redução em dois terços do atual Parque Municipal Américo Renê Giannetti, acontecimentos recentes nos bairros Planalto e Jardim América reiteram a ameaça às áreas verdes em prol de um modelo de desenvolvimento da cidade. Acordos entre prefeitura e construtoras preveem o fim das matas que ali se encontram para dar lugar a condomínios de prédios. Membros da sociedade civil tem lutado, por meio de manifestações, pela preservação da natureza e por empreendimentos que realmente considerem seus impactos socioambientais.

Segundo Griffith & Silva (1987), as áreas verdes devem ser interligadas, pois um sistema coerente que não segue a geometria plana convencional permite um modelo orgânico, de forma estabelecida pelos próprios atributos naturais, capaz de se incorporar à zona urbana ao longo do tempo. Quando isoladas não permitem o fluxo de espécies e com isso comprometem sua existência atual e futura.

O artigo 155 da Lei Orgânica de Belo Horizonte, em seu inciso V, estabelece que cabe ao poder público “implantar e manter áreas verdes de preservação permanente, em proporção nunca inferior a doze metros quadrados por habitante, distribuídos equitativamente (*sic*) por Administração Regional”. O índice de áreas verdes protegidas por habitante elaborado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente em 2010 apresenta a taxa de 18,22 m<sup>2</sup>/hab para a cidade. Entretanto, essa taxa não é distribuída igualmente entre as regionais, apresentando discrepâncias, por exemplo, entre a região do Barreiro com 58,52 m<sup>2</sup>/hab e Noroeste com 2,05 m<sup>2</sup>/hab. Os valores foram obtidos considerando as áreas com restrição de uso do solo e com proteção efetiva, sendo as classificadas como: Parques, Praças e Espaços Livres de Uso Público municipais; Reservas Particulares Ecológicas; Zonas de Preservação Ambiental (ZPAMs); e Parque, Estação Ecológica e Reserva Particular do Patrimônio Natural estaduais.

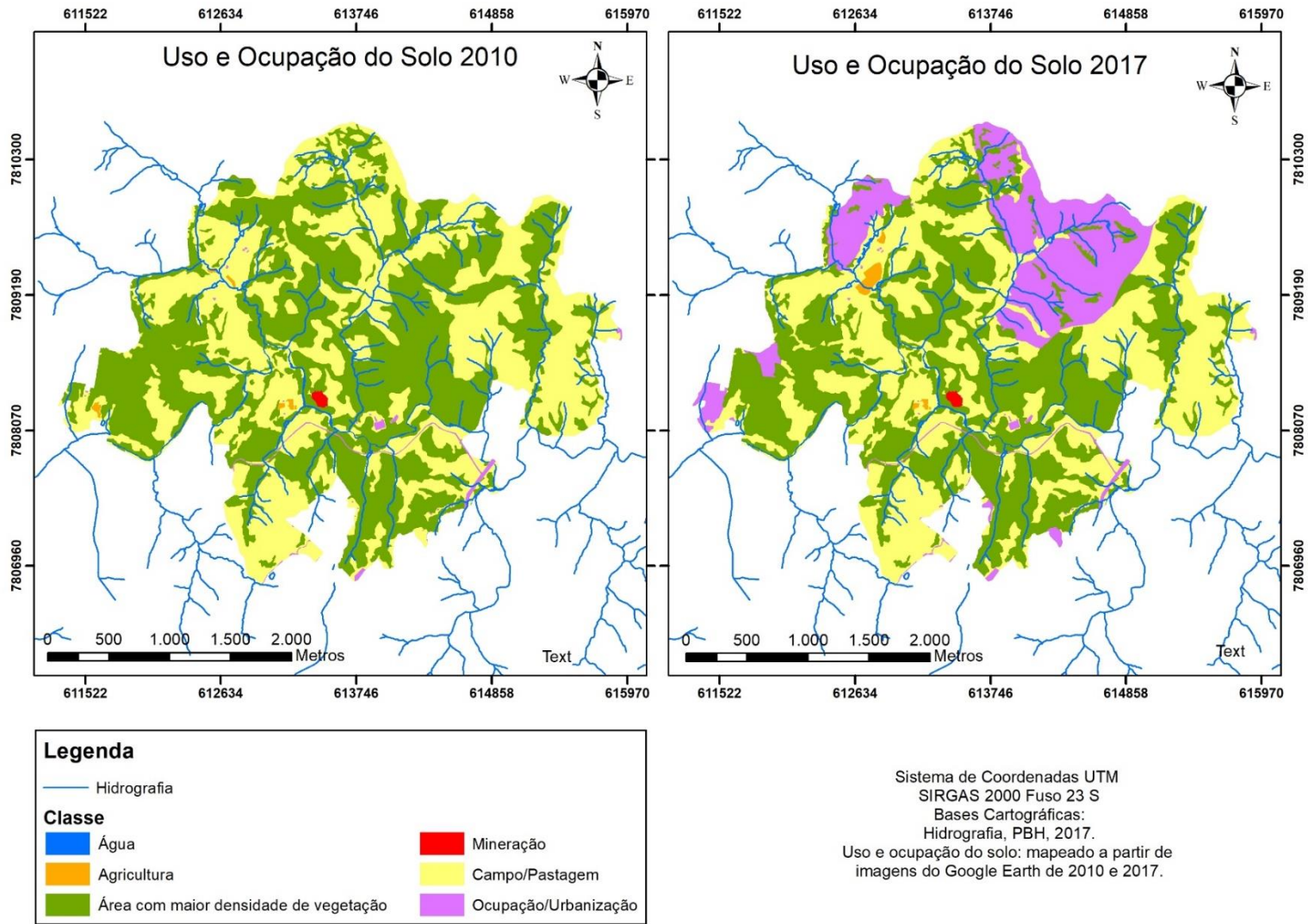
Quase um terço da cobertura vegetal de Belo Horizonte foi perdida em menos de 30 anos. Guimarães (2010) menciona uma área de 117,32 km<sup>2</sup> de vegetação na cidade em 1986, sendo que em 2010 essa área diminuiu para 82,95 km<sup>2</sup>, estando cerca de metade desta protegida pelo poder público. Quanto à área de estudo, desde 2010 - ano da delimitação da área de



diretrizes especiais e operação urbana do Isidoro - mesmo declarada como área de proteção ambiental, houve perda significativa de vegetação.

Com base na classificação feita por meio de imagens de satélites dos anos 2010 e 2017 (Figura 42), observou-se mudanças no uso e ocupação do solo na Mata da Izidora. A partir das áreas delimitadas pela classificação foi possível estimar a variação ocorrida na região. Houve aumento da agricultura, em 0,2%, e da ocupação/urbanização da área, em 15,9%. Por outro lado, observou-se a diminuição de campo/pastagem, em 6,2%, e das áreas com maior densidade de vegetação, em 10%, esta última correspondendo a um desmatamento de 936.396 m<sup>2</sup>.

Figura 42: Diferenças no Uso e Ocupação do Solo da Mata da Izidora entre 2010 e 2017.



Fonte: elaborado a partir de PRODABEL e Google Earth.

Apesar do desmatamento apresentado acima, de acordo com o anexo V do Projeto de Lei 1749/2015, que aprova o Plano Diretor do Município de Belo Horizonte e dá outras providências, após a IV Conferência Municipal de Política Urbana, realizada em 2014, a Mata da Izidora foi incluída, em sua totalidade, como uma das áreas definidas para ser conservada nas Categorias Complementares de Interesse Ambiental. O que demonstra um descompasso entre o que se propõem para área e o que realmente está acontecendo com ela.

Mesmo com a pretensão da administração pública, seus esforços não foram suficientes para impedir as ocupações urbanas ocorridas em 2013 na área da Mata, ou para viabilizar o empreendimento previsto para a região. De qualquer maneira, a tendência de supressão da cobertura vegetal está se fazendo presente nos terrenos privados da Mata da Izidora, por meio do modelo arcaico de ocupação urbana voraz e desregulada.

o o o

Para melhor entender a relação entre natureza e cidade, é importante ressaltar essa interação desde os tempos passados.

Os jardins do antigo Egito reproduziam, em menor escala, o sistema de irrigação da agricultura com o intuito de amenizar o calor excessivo das residências. A China por sua vez, destacava-se pela inserção dos elementos da natureza nos jardins de cunho religioso. A Roma antiga primava por jardins com esculturas e elementos arquitetônicos em detrimento das plantas. Foi na Grécia que os espaços verdes foram assumidos como públicos e utilizados como locais de passeio, conversa e lazer (LOBODA & DE ANGELIS, 2009).

Na Idade Média destacam-se os jardins internos árabes com funções utilitaristas constituídos por plantas frutíferas e aromáticas. O Renascimento buscou relacionar jardinagem e arquitetura para projetar um espaço de alto valor artístico. A partir de jardins que respeitavam a topografia do terreno, desde os de maiores extensões com concepção cenográfica em grande escala, até os de finalidade de observação da natureza e sua grandeza, foram surgindo jardins públicos e parques nas cidades (LOBODA & DE ANGELIS, 2009).

Ao longo do tempo, gostos, costumes e necessidades da sociedade moldaram o papel desempenhado pelos espaços verdes nas cidades (LOBODA & DE ANGELIS, 2009). De acordo com Gonçalves (2010), a preocupação com a introdução de vegetação no meio urbano para uso e contemplação pública só veio mesmo com o advento da industrialização. Apesar de despercebido, o padrão estético sobre o que seria uma beleza natural, quando importado de outros locais, como morros sempre verdes de forrageiras, palmeiras solitárias, ou florestas uniformes de pinheiros, influencia na devastação de espécies nativas e na escolha de espécies exóticas para o paisagismo na cidade.

Entretanto, de acordo com Forman e Godron (1986), ainda que não exercendo a função ecológica completa quando totalmente controlado, o conjunto das espécies introduzidas na cidade constituem um símbolo da natureza, suprimindo de certa maneira a necessidade das pessoas de contato com plantas e animais. Mesmo que empobrecido, um sistema de vegetação que esteja incorporado à área urbana aumenta o impacto paisagístico, segrega as áreas construídas e facilita as funções ecológicas no meio urbano.

Grande parte das áreas verdes nas cidades estão distribuídas nas praças. As linhas projetuais paisagísticas brasileiras apresentadas por Viezzer (2015, p.115), a partir da classificação de Robba e Macedo (2010), são:

- a) linha projetual paisagística eclética – possui forte influência europeia, com uso de espécies exóticas. Possui uma visão romântica e idílica que representa a natureza dominada pela mão do homem, prevalecendo a geometria. Faz uso de mobiliários como coretos, monumentos, fontes, chafarizes, lagos e pontes.
- b) linha projetual paisagística moderna – tem o paisagista Roberto Burle Marx como seu ícone, e possui forte postura nacionalista, fazendo uso de espécies nativas do Brasil. Nesta linha formam-se desenhos com as calçadas e a vegetação, há caminhos ondulantes e cores vibrantes.
- c) linha projetual paisagística contemporânea – tem como símbolo a recuperação de áreas degradadas, possuindo então um forte viés ecológico. Nesta linha há a visão utilitária do espaço, com o uso de estruturas destinadas a prática (*sic*) de atividade física, e o uso de liberdade e irreverência em sua composição.

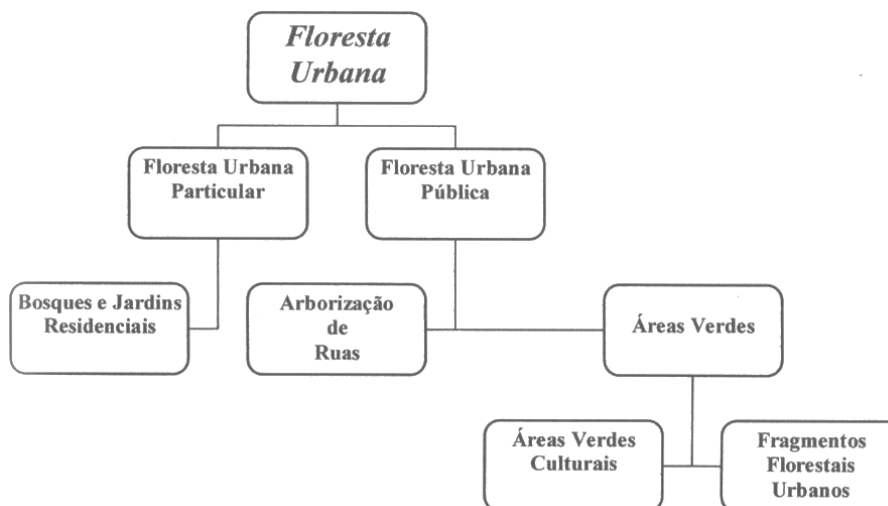
Segundo Biondi (2015), a floresta urbana é toda cobertura vegetal localizada dentro do perímetro urbano, não se tratando apenas de uma situação geográfica, mas também da inclusão de elementos inerentes ao ambiente da cidade. Ela pode ser classificada nas seguintes tipologias (BIONDI, 2015, p.13):

- I. Floresta Urbana Particular – composta de áreas particulares com espécies arbóreas e diversos tipos de vegetação que incluem desde arboretos a jardins residenciais ou condomínios.
- II. Floresta Urbana Pública – composta de áreas públicas com diferentes tipos de vegetação inclusive espécies arbóreas, administradas geralmente pelas prefeituras de cidades.
  - a) Arborização de Ruas – se utiliza exclusivamente da vegetação arbórea com plantios lineares em ambientes com alto grau de antropização, principalmente com a presença de calçadas, asfalto, construções e população urbana;
  - b) Áreas Verdes – é produto de um processo paisagístico que pode apresentar diferentes graus de antropização ou níveis de influência humana. O processo ou tratamento paisagístico inclui também as ações preservacionistas e/ou conservacionistas.

No caso da Mata da Izidora, ela se encaixa no grupo dos fragmentos florestais urbanos (Figura 43), sendo composta por remanescentes de florestas alteradas pela expansão da cidade. A massa arbórea e o conjunto da vegetação presente, em contraposição às árvores isoladas ou

ao solo impermeável, contribuem significativamente em termos ambientais para a qualidade de vida urbana.

Figura 43: Classificação da Floresta Urbana.



Fonte: Biondi (2015).

O funcionamento da paisagem urbana como uma unidade ecológica depende de que seus fragmentos não estejam isolados, para a manutenção das funções como um organismo (BIONDI, 2015). A presença de fragmentos como os do Parque Estadual Serra Verde, do Parque Municipal Fazenda Lagoa do Nado, da Mata do Planalto e da região da antiga Fazenda Capitão Eduardo são áreas potenciais para a conexão da biodiversidade na região da Mata da Izidora, entretanto se faz necessário a conservação dessas áreas e o estabelecimento de corredores ecológicos.

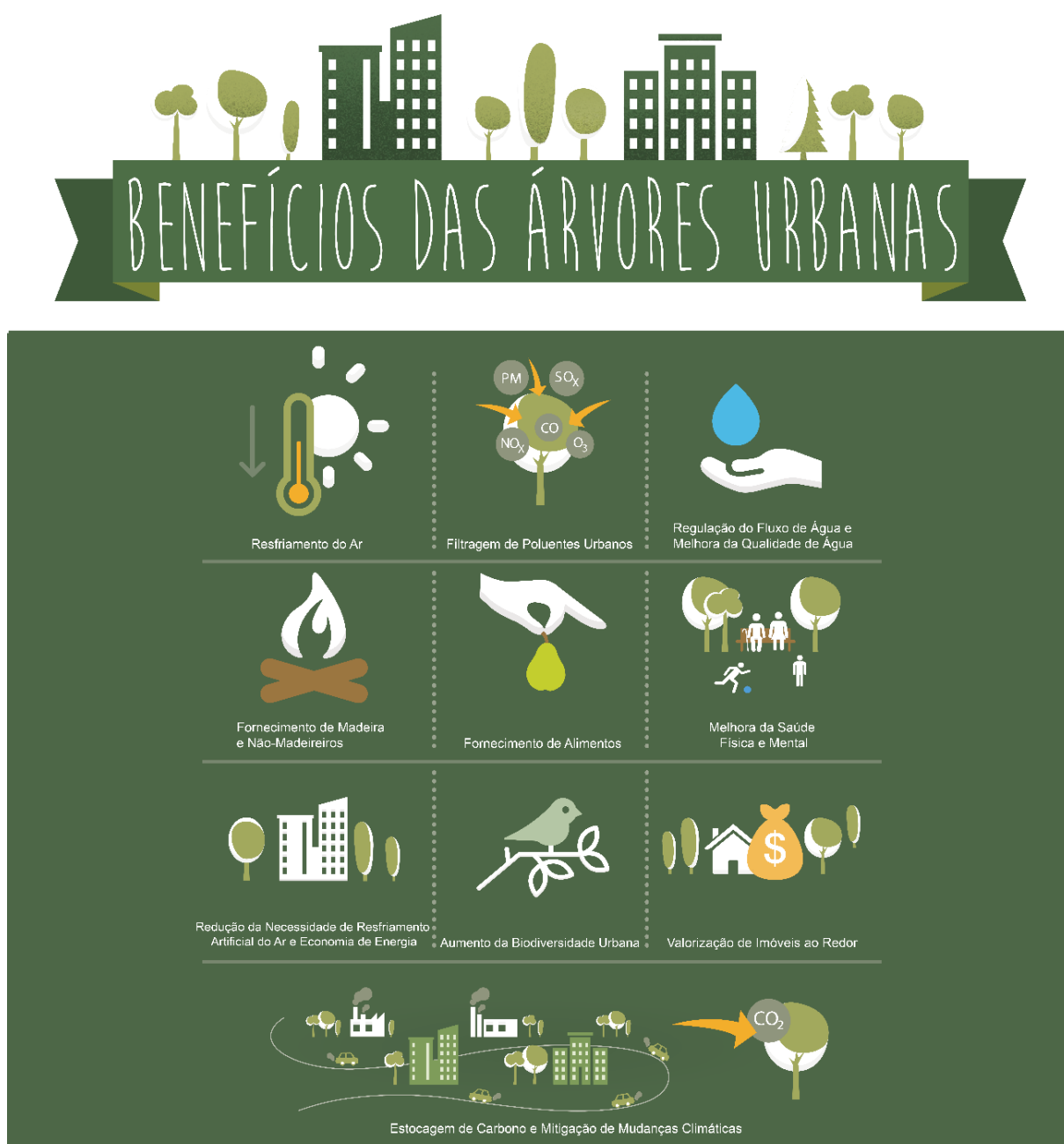
De acordo com PIRES et al. (2004), desconsiderando os indivíduos de grande mobilidade, a maioria das espécies tem capacidade máxima de locomoção em paisagens sem cobertura vegetal de 350 m. Portanto, a transformação de ruas em conectores ecológicos, por meio da arborização urbana e parques ciliares ao longo dos rios, é de suma importância para um ambiente urbano integrado. Um sistema integrado é capaz de permitir que a vegetação cumpra suas funções ecológicas, sociais e estéticas.

Biondi (2015) ressalva que como parte das áreas verdes, e consequentemente da floresta urbana, os fragmentos florestais urbanos dependem de políticas e legislações específicas para sua introdução e conservação, que garantam a defesa dos bens naturais, seu bom uso e perpetuação para as futuras gerações. A conservação desses fragmentos não deve ser baseada somente na eliminação das espécies invasoras, mas em um bom manejo que tenha como subsídio o levantamento quantitativo e qualitativo da vegetação remanescente. Enquanto não for incorporado pela gestão municipal o entendimento da cidade de forma sistêmica e parte de

um ecossistema maior, não será possível fortalecer a conservação da natureza nas demais escalas.

O sustento das comunidades urbanas depende da ampla gama de benefícios oferecidos pelos ecossistemas naturais nas cidades e em seus arredores. As florestas e árvores urbanas podem contribuir para um modelo de cidade mais resiliente e sustentável (Figura 44).

Figura 44: Benefícios das árvores urbanas.



Fonte: Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).<sup>15</sup> Adaptação por Fernanda Senra.

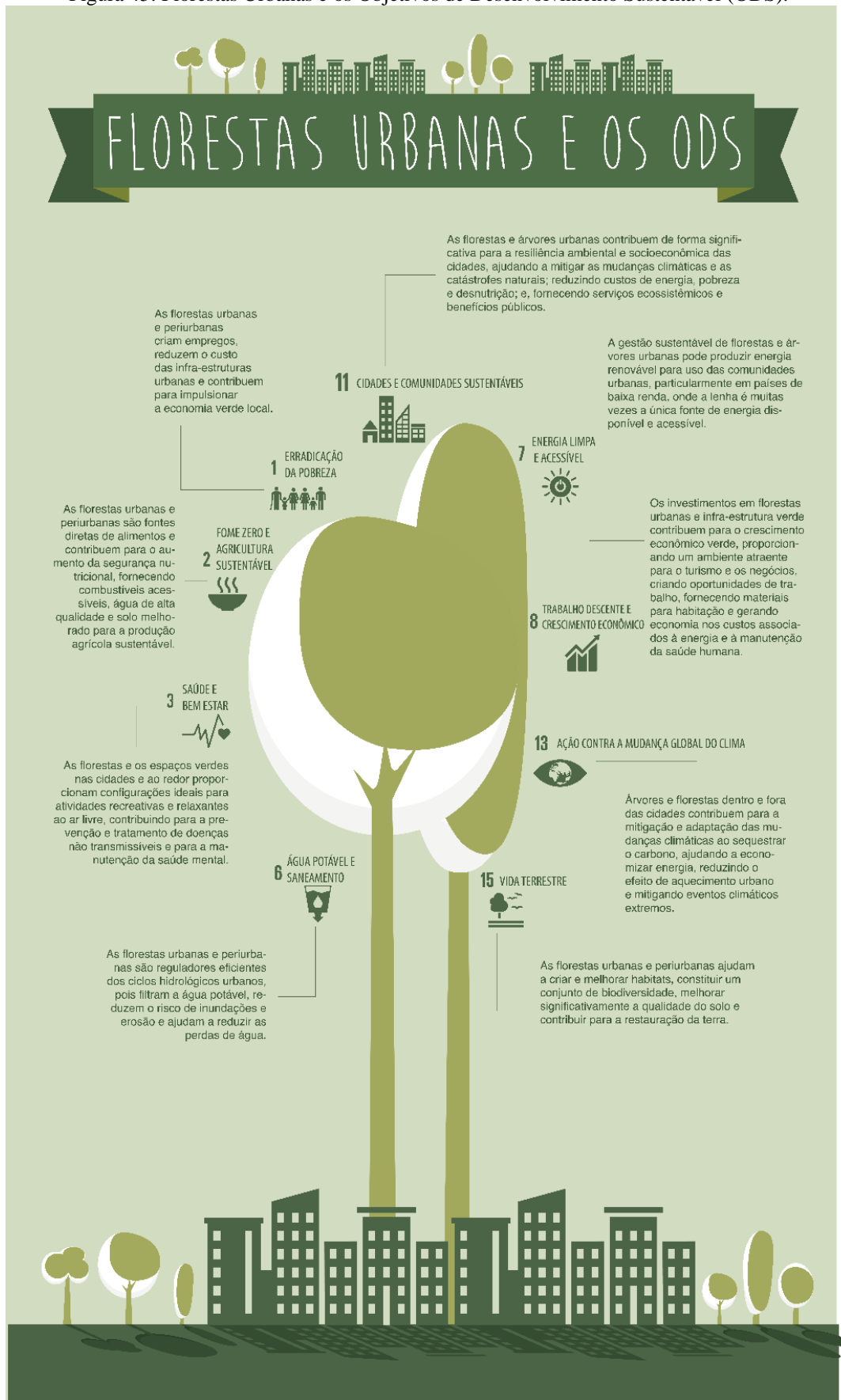
<sup>15</sup> Disponível em: <fao.org/forestry/urbanforestry>. Acesso em: 15 de out. 2017.

Martini (2015) relembra que o ser humano quando privado das facilidades modernas obtém maior opção de conforto voltando a explorar o contato direto com a natureza. A melhoria microclimática advinda das árvores não se restringe apenas a um benefício ecológico, mas também econômico e social. Como dito por um dos entrevistados: “a pessoa poder tá em contato com a natureza, ainda lembrar que tem uma parte preservada, pras pessoas é muito importante que fica ali aquela parte, que elas possam sentar debaixo das árvores, quando tá fazendo calor o pessoal joga até truco debaixo das árvores”.

Certas questões somente se tornam anseios humanos após o suprimento das necessidades mais básicas. Olhando por esse lado, em uma sociedade desigual, na qual a maioria das pessoas passa a vida lutando pela sobrevivência, é um desafio conseguir o envolvimento de todos em prol de uma causa comum. O discurso ambientalista muitas vezes se restringe a espaços de pouca participação popular, como as universidades, estâncias políticas e grupos interessados. Essa característica, por vezes, leva sua relevância para um certo nível de preparação social que parece desvincular o meio ambiente de sua primordial relação com as funções básicas da vida.

A dinâmica de acumulação que permitiu o surgimento da cidade não parece ser nada compatível com as limitações naturais do planeta – por isso é de suma importância a presença dos ciclos ecológicos no cotidiano da cidade para a equalização de um ritmo viável de envolvimento socioeconômico para caminhar rumo à sustentabilidade, ao invés do prezado “des-envolvimento”. Até 2030 foram acordados na Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com o intuito de orientar as políticas nacionais e as atividades de cooperação internacional em prol da sustentabilidade planetária. Dentre eles, 9 são contemplados pelos benefícios das florestas urbanas (Figura 45).

Figura 45: Florestas Urbanas e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).



Fonte: Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).<sup>16</sup> Adaptação por Fernanda Senra.

<sup>16</sup> Disponível em: <fao.org/forestry/urbanforestry>. Acesso em: 15 de out. 2017.



O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo, e essencial à sadia qualidade de vida, como explícito na Constituição Brasileira, é um direito humano de “terceira dimensão”, por ter caráter difuso e coletivo, e ser de interesse que ultrapassa o círculo individual. Trata-se de um “direito de solidariedade”, que não se enquadra nem no público nem no privado (SANTILLI, 2005).

Por mais que tenha sido inovador um capítulo dedicado ao meio ambiente na lei suprema e que ele tenha sido construído com base no, então recém-criado, conceito de desenvolvimento sustentável, o exposto na lei apesar de sucinto, e ao mesmo tempo abrangente, trouxe dificuldades na sua implementação por soar abstrato aos interlocutores e complexo por sua natureza. Acredita-se que a não efetividade desse ponto da lei, observada na relação cidade e meio ambiente, advém da predominância de interesses e privilégios dos tomadores de decisão. Por outro lado, acredita-se que a falta de eficácia advém do desconhecimento e subjetividades no entendimento do artigo pela população em geral. O que acarreta uma proteção do meio ambiente apenas no discurso de poucos, enquanto na prática outras prioridades são observadas.

A partir das palavras, visões, concepções e anseios dos entrevistados por essa pesquisadora, e dos demais olhares por eles representados, foi elaborado um poema com a pretensão de reestruturar o artigo constitucional 225 para o meio ambiente da cidade, em especial Belo Horizonte, e de permitir a reflexão a partir dele sobre a realidade da Mata da Izidora:

## CAPÍTULO VI

### DO AMBIENTE CIDADE (o meio ambiente urbano por inteiro)

#### I

#### **Art. 225.2 Todos têm direito ao**

*meio aonde temos uma convivência,*

*e dentro dessa convivência*

*a gente tem agrupado todos os seguimentos da vida*

*não sendo ele maltratado e destruído*

*preservado e cuidado por quem está ao seu redor*

*forma menos romântica*

*de*

*amor à cidade*

+ 80%  
acesso  
conforto  
benefício  
controle  
beleza  
aproveitamento  
integração  
conciliação  
conscientização

- 80%  
desigualdade  
agressividade  
necessidade

*Espaço aonde se respeita todos os tipos de vida*

***horta***

***árvore***

***água***

*Porque o fim, o objetivo principal da cidade são as pessoas*

## **II**

*Direito de ir e vir*

*chuva, rios, passarela, pista de caminhada, ruas, energia, preservação, mirantes, córregos, terra, mata, ar, vegetação, fauna, flora, posto de saúde, parques, escola, barracão comunitário, creche, lugares, lazer, diversão, convívio, campo de futebol, campo de vôlei, campo de peteca, quiosques, infraestrutura, meios de se chegar, academia pública, praças, casa, benfeitoria, felicidade*

***horta***

***árvore***

***água***

*A democracia é um bem público*

## **III**

**do povo e essencial à**

*você tá se sentindo bem*

*No meio urbano, é até difícil de responder*

*ar puro, ambiente saudável, condições financeiras boas, plano de saúde, emprego pra todos, sustentar sua casa, sua família, dar uma boa educação para os filhos, tranquilidade, longe de*

*poluição, alimentação, saneamento básico, asfalto, colocar um pão na mesa, comer uma fruta, tomar um café com leite de manhã e comer um pãozinho com manteiga, ajudar o próximo, construir, exame laboratorial, produtos naturais, cozinha vegana, saúde sexual, prazer, se exercitar, brincar, sem grandes restrições, conviver com pessoas, tranquilo, agradável, sossego, local aonde você pode morar com dignidade, poder ter seus filhos nas escolas, nas áreas de lazer, se possível até trabalhar, morar ao lado do seu trabalho é uma coisa muito positiva, dignidade é isso, morar num lugar que você tenha tranquilidade dos seus filhos, da sua família, numa condição de segurança razoável, sentimento de pertencimento, estrutura de proteção da criminalidade, área lindíssimas, um clima diferenciado, poder transitar na cidade livremente, ter acesso a transporte coletivo de qualidade, ter segurança na cidade toda, lazer, espaços que posso levar meus filhos, espaços públicos, museus, muita cultura, muito teatro, acessibilidade, pra todos os grupos econômicos, conviver com o meio ambiente, ter moradia e o trabalho, lazer, conforto ambiental, tranquilidade em termos de circulação, condições de circulação confortável, segura, praticar o seu trabalho, tornar sua vida agradável, segurança, circulação, vida fluir, trabalhar, estudar, ir pra casa, lazer, convívio social, acesso a serviços e benefícios da cidade, ter proximidade de emprego e moradia, saúde, educação, saneamento, espaços de lazer e mobilidade, se deslocar pela cidade, você viver a cidade, você participar das festas da cidade, estar inserido na cidade, urbanização legal, contato com o verde, diminuir o stress, permitir a convivência das pessoas, viajar, alimentação, folha onde não tem agrotóxico, quintal, voltar ao mais natural, diminuir de consumismo, proteger o meio ambiente, qualidade ecossistêmica de vida humana*

*horta*

*árvore*

*água*

*Depende do olhar*

#### **IV**

**impondo-se**

**ao Poder Público e à coletividade**

**o dever de**

**defendê-lo e preservá-lo para as presentes e**

**futuras gerações.**

## **CAPÍTULO 3**

### **Um caminho para o Meio**

As justificativas dos fins não estão permitindo o meio. Parte-se do princípio que a possibilidade de sobrevivência do fragmento florestal em questão não está em ações extremas ou no interesse de poucos, mas no caminho do meio, bem como na coexistência com o meio ambiente.

A filosofia oriental apresentou o conceito de “caminho do meio” para representar a busca por um progresso e uma concepção de mundo que fossem capazes de enxergar como complementares os aspectos conservacionistas e transformadores, ao invés de colocá-los como opostos. Recorre-se à recusa dos extremos entre considerar as coisas dotadas de substancialidade ou afirmar a absoluta não existência das coisas, sendo uma posição intermediária entre a afirmação da existência real dos fenômenos e a sua inexistência última (FERRARO, 2012).

Portanto, em dias que prevalecem ações extremas, que privilegiam aqueles e aquilo já abastados e que prejudicam as minorias na cidade, cabe a tentativa de maneiras menos desiguais de se pensar e de se construir o espaço urbano.

Partindo para além do caminho que permitirá o meio, cabe discutir a concepção do conceito de meio ambiente. Quanto à visão pública declarada pelo plano diretor de Belo Horizonte, no artigo 21-A da subseção IX, conceitua-se meio ambiente da seguinte forma: “Considera-se meio ambiente o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química, biológica, social, cultural e política que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”. Para os entrevistados, esse conceito se deu no seguinte campo semântico (Quadro 3):

Quadro 3: Trechos das entrevistas que representam a concepção de meio ambiente dos entrevistados.

CONCEPÇÃO DE MEIO AMBIENTE

---

|                         |                       |                       |
|-------------------------|-----------------------|-----------------------|
| <i>água</i>             | <i>poço</i>           | <i>vales</i>          |
| <i>conjunto da</i>      | <i>areia</i>          | <i>rio</i>            |
| <i>fauna e da flora</i> | <i>frio</i>           | <i>vazão</i>          |
| <i>vegetação</i>        | <i>onde tem uma</i>   | <i>mata atlântica</i> |
| <i>ar puro</i>          | <i>mata</i>           | <i>todas as vidas</i> |
| <i>nascentes</i>        | <i>a mata</i>         | <i>folhas</i>         |
| <i>córrego</i>          | <i>águas de</i>       | <i>água da mina</i>   |
| <i>mato</i>             | <i>chuva</i>          | <i>umidade</i>        |
| <i>Ribeirão</i>         | <i>matas</i>          | <i>temperatura</i>    |
| <i>mata ciliar</i>      | <i>rios</i>           | <i>cheiro</i>         |
| <i>árvore</i>           | <i>áreas beira de</i> | <i>árvores</i>        |
| <i>planta</i>           | <i>rio</i>            | <i>floresta</i>       |
| <i>afloramentos</i>     | <i>plantas</i>        | <i>a ventilação</i>   |
| <i>Amazônia</i>         | <i>corquinho</i>      | <i>calor</i>          |
| <i>terreno</i>          | <i>biquinha</i>       | <i>vida</i>           |
| <i>cursos d'água</i>    | <i>a terra</i>        | <i>muita vida</i>     |
| <i>natureza</i>         | <i>o vento</i>        | <i>muda</i>           |
| <i>pedrinhas</i>        | <i>miquinho</i>       | <i>fauna</i>          |
| <i>vida silvestre</i>   | <i>elementos</i>      | <i>flora</i>          |
| <i>morro</i>            | <i>naturais</i>       | <i>o verde</i>        |
| <i>animais</i>          | <i>meio ambiente</i>  | <i>frutas</i>         |
| <i>bicho</i>            | <i>natural</i>        | <i>córregos</i>       |
| <i>campo</i>            | <i>resquícios</i>     | <i>riachozinhos</i>   |
| <i>goiabal</i>          | <i>naturais</i>       | <i>ar</i>             |
| <i>pés de</i>           | <i>nicho</i>          | -----                 |
| <i>jabuticaba</i>       | <i>ecológico</i>      | <i>serviços</i>       |
| <i>as minas</i>         | <i>elementos</i>      | <i>ambientais</i>     |
| <i>macaco</i>           | <i>vegetacionais</i>  | <i>horta</i>          |
| <i>mico</i>             | <i>hidrológicos</i>   | <i>os recursos</i>    |
| <i>cavalo</i>           | <i>picos</i>          | <i>hídricos</i>       |

---

|                             |                             |                          |
|-----------------------------|-----------------------------|--------------------------|
| <i>energia</i>              | <i>parques</i>              | <i>áreas</i>             |
| <i>o ambiente</i>           | <i>áreas verdes</i>         | <i>protegidas</i>        |
| <i>que te cerca</i>         | <i>estradas de</i>          | <i>centrais</i>          |
| <i>pulmãozinho</i>          | <i>terra</i>                | <i>área verde</i>        |
| <i>poluição</i>             | <i>equipamentos</i>         | <i>espaço</i>            |
| <i>condições do</i>         | <i>urbanos</i>              | <i>modificado</i>        |
| <i>entorno</i>              | <i>boas áreas</i>           | <i>constitutivo da</i>   |
| <i>todos esses</i>          | <i>verdes</i>               | <i>qualidade de vida</i> |
| <i>espaços integrados a</i> | <i>água</i>                 | <i>urbana</i>            |
| <i>sociedade</i>            | <i>realmente tratada</i>    | <i>convivência</i>       |
| <i>agroflorestal</i>        | <i>onde tá cheio</i>        | <i>conforto</i>          |
| <i>agroecologia</i>         | <i>de gente</i>             | <i>ambiental</i>         |
| <i>saneamento</i>           | <i>é o que nós</i>          | <i>lixo</i>              |
| <i>básico</i>               | <i>estamos</i>              | <i>o espaço</i>          |
| <i>esgoto</i>               | <i>ambiente</i>             | <i>jardins</i>           |
| <i>coleta de lixo</i>       | <i>agrupado</i>             | <i>agradável</i>         |
| <i>adequada</i>             | <i>todos os seguimentos</i> |                          |
| <i>entulho de</i>           | <i>da vida</i>              |                          |
| <i>construção</i>           | <i>área</i>                 |                          |
| <i>canteiro</i>             | <i>preservada</i>           |                          |
| <i>central</i>              | <i>APP</i>                  |                          |
| <i>praça</i>                | <i>canteiros</i>            |                          |

---

Quanto ao olhar sobre a Mata do Isidoro à luz da concepção de meio ambiente dos sujeitos entrevistados, percebe-se que eles a veem como um lugar relacionado ao meio ambiente. Pode-se notar uma visão restrita de meio ambiente equivalente ao meio natural, como abrigo de fauna, flora, corpos d'água, e ar puro, mas também uma visão mais ampla da percepção da natureza e dos benefícios que ela proporciona ao ser humano, como tranquilidade e temperatura amena. Percebe-se além disso uma noção e caracterização do meio ambiente urbano que inclui saneamento básico e interferências humanas, como a poluição e a organização dos espaços. Várias das palavras expostas foram ditas mais de uma vez, mas optou-se por dispor somente as diferentes formas dos entrevistados se referirem ao meio ambiente.

Uma fala sintetizou o conceito da seguinte forma: “aquele que propicia que as pessoas vivam de maneira adequada, que usufruam todas as etapas da sua vida, de todas as suas tarefas, de todas as suas ações, desde o morar, trabalhar, circular, se divertir, educar, propicie que isso aconteça de maneira mais agradável, principalmente mais confortável”.

Segundo Art (1998), meio ambiente é “soma total das condições externas circundantes no interior das quais um organismo, uma condição, uma comunidade ou um objeto existe. O meio ambiente não é um termo exclusivo; os organismos podem ser parte do ambiente de outro organismo”. Para Primavesi (1997), meio ambiente, além do espaço em que se vive, é o espaço do qual vivemos. Enquanto que para Tostes (1994) é a multiplicidade de relações, e especialmente a relação entre os elementos naturais e os seres humanos, pois é essa pluralidade de relações que abriga, permite e rege a vida, sendo que as coisas e os seres isolados não formariam meio ambiente.

Dulley (2004) sintetiza dizendo que quando mencionado o termo “ambiente”, alega-se o conjunto dos meios ambientes de todas as espécies, conhecidos pela espécie humana, seria então a “natureza” conhecida pelo sistema social humano. Sendo natureza e ambiente conceitos semelhantes, mas o segundo teria uma conotação de utilidade para todas as espécies. A cidade é um meio ambiente comum para os seres humanos, muitas vezes afastado da categoria de natural e aproximado de meio ambiente construído. A modificação da natureza de acordo com interesses sociais e econômicos distintos pode promover tanto sua proteção quanto sua depredação.

Duas pessoas, ou dois grupos sociais, não veem a mesma realidade, nem avaliam da mesma maneira o meio em que vivem. Por mais diversas que sejam suas percepções, existe uma limitação da espécie, por possuírem órgãos similares, para ver as coisas de

uma certa forma. Entretanto, o modo de uso e desenvolvimento das capacidades de cada um se diferencia ao longo da vida e com isso as atitudes para com o ambiente e a capacidade real dos sentidos são distintas (TUAN, 1980).

Por causa dessa realidade vista, e vivida, de diversas formas pode-se compreender as distintas percepções do meio ambiente da Mata da Izidora e da cidade que a contorna. A partir das vivências de cada sujeito, e da sociedade em que se encontra, essa noção ambiental vai sendo construída, e com o auxílio de intervenções educativas – tarefas cotidianas, escola, meios de comunicação, dentre outras - a sua experiência de mundo vai se relacionando com os conceitos que lhe foram apresentados. Concomitantemente, os valores vão sendo atribuídos a cada aspecto identificado do meio à medida que se tornam relevantes, ou não, para esse sujeito e sua coletividade.

Além das palavras apresentadas no quadro, que revelam o campo semântico atribuído ao meio ambiente concebido pelos sujeitos entrevistados, o conjunto de respostas dadas por estes sobre os três aspectos chave do artigo de meio ambiente da constituição federal - meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum e sadia qualidade de vida – foi marcado pela recorrência de três palavras em vários momentos: horta, árvore e água.

Estas palavras foram relacionadas aos aspectos referidos do artigo constitucional pois, ao longo das falas sobre esses três conceitos, os sujeitos as citaram como um bem de uso comum e as relacionaram como relevantes para o alcance de um equilíbrio ecológico e uma qualidade de vida saudável. Por exemplo: “Eles falam que as pessoas que tem contato com o verde, com as árvores, tem qualidade de vida melhor”; “O controle que eles tem de num podar a árvore, de num destruir”; “Não cortar árvore, porque as árvores elas são as que dá frutos pra gente, é muito importante pra gente, as árvores que não dá fruto mas traz uma sombra, traz uma ventilação”; “Todo quintal tem que ter árvore”; “É cuidar da mina”; “Ter uma água realmente tratada, as águas que são naturais serem mantidas”; “Interceptação da água da chuva; “O uso correto da água”; “Água de qualidade”; “Eu teria uma horta”; “Natureza: árvore, horta, planta”.

Seja a admiração por hortas produtivas e o desejo por se manter alguma; a sombra e o frescor trazido pelas árvores e a discordância com sua derrubada; ou a dependência do abastecimento de água e da qualidade dos corpos hídricos, acredita-se que mesmo com os distintos olhares e vivências de cada sujeito social entrevistado, pode-se dizer que o tripé que poderia permitir a eficácia do descrito na lei se daria com a existência saudável desses três elementos na cidade.



*“Eu gosto muito de mata, desses ambientes, eu posso achar que foi porque eu convivi muito, desde criança, com ambientes assim”*

A abordagem de explorar a percepção dos entrevistados sobre o meio ambiente e a Mata da Izidora se deu por acreditar que sua compreensão é imprescindível para se conhecer os juízos de valor e as atitudes que orientam as ações nesse ambiente, além de auxiliar no entendimento sobre o paradoxo entre a vegetação ganhar ênfase nos discursos individuais e coletivos ao mesmo tempo que muitas vezes é negligenciada no meio urbano (COSTA e COLESANTI, 2011).

*“Eu sou de uma região, nordeste de minas, nós temos um terrenozinho rural, e a gente sofre com o desmatamento generalizado de toda a região, nós hoje estamos sem água lá, dificuldade de criar gado, plantar, hoje num dá mais nada, virou área de pastagem, acabou a área”*

*“Eu morava em fazenda, eu gosto muito desses animais, animais silvestres, eu gosto muito de ver eles lá no seu habitat”*

De acordo com Tuan (1980), a percepção é a resposta dos sentidos aos estímulos externos, bem como a atividade proposital dos indivíduos. A atitude é uma posição que se toma frente ao mundo e que se constitui da sucessão de percepções e de experiências. Essas experiências quando relacionadas com algum conceito já conhecido se tornam uma visão de mundo, sendo em parte pessoal e majoritariamente social.

*“Aqui no meu quintal apareceu um jacú e eu gostei muito de ver o bichinho ali”*  
*“Além das árvores que já tinha eu plantei um pouco mais”*

A melhoria da qualidade do ambiente urbano está atrelada em grande parte às suas áreas verdes e o ser humano tem uma capacidade altamente desenvolvida para o comportamento simbólico, e então, a percepção das condições ambientais e de vida, e a relação com o meio, são influenciados diretamente pelos sentimentos e valores depositados nele (COSTA e COLESANTI, 2011).

*“A única coisa que eu sabia de meio ambiente, ecologia, essas coisas, era a margem  
pra construção, o rio na vazão dele não vai atingir sua casa”*  
*“Engraçado que na escola não falava nada, Floresta Amazônica, aqueles trem, aí você  
ainda confundia com o estado do Amazonas com a floresta, Mata Atlântica,  
confundia tudo”*

Acredita-se que pessoas com vivências ambientais compreendem, se importam e se mobilizam para a questão ambiental. A presença de florestas urbanas para a imersão e sensibilização social é uma possibilidade de construção de um meio que propicie a relevância do tema para além do convencimento vindo do discurso, contribuindo também para a ressignificação da cidade e do campo, e para a aproximação entre as pessoas e as áreas protegidas.

*“Hoje não, hoje é muito tranquilo, os alunos já tão bem mais esclarecidos, não fazem  
porque “o uso do cachimbo é que faz a boca torta”, os pais fazem, o filho continua”*

Hernández *et al* (2010) apresentam que a identificação e a ligação com o lugar são vínculos estabelecidos com o ambiente no qual as pessoas vivem e realizam suas atividades diárias. A identificação com o lugar é uma concepção pessoal construída com base no pertencimento e elementos incorporados relacionados à imagem pública desse local. A ligação com algum lugar implica laços afetivos entre a pessoa e seu arredor e o desejo de manter relação com esse local ao longo do tempo. Existe um consenso de que a ligação com o lugar é um vínculo afetivo-emocional com espaços de residência, enquanto a identificação com o lugar é um mecanismo cognitivo, componente de um conceito pessoal ou de uma identidade pessoal em relação ao lugar de pertencimento.

*“Eu também era igual a eles”*  
*“Foi apanhando mesmo, de ver as coisas pela mídia”*  
*“O que você pode você faz, o que não pode não faz”*

Hernández *et al* (2010) apresentam estudos que mostraram que ambos os vínculos - ligação e identificação - são fortalecidos conforme o tempo passado no lugar, e que quando a identificação com ele em relação ao meio natural é analisada, parece serem aumentados os comportamentos responsáveis locais. Apontam também que a

dependência com algum local aumenta a identificação com o mesmo, o que teve influência positiva nos comportamentos ecologicamente responsáveis do grupo pesquisado. Os autores destacaram a importância de os indivíduos desenvolverem laços emocionais com a natureza para aumentar os comportamentos ecológicos diários. Destacaram ainda que geralmente a dificuldade de se relacionar os comportamentos ecológicos em ambiente urbano se dá pelas variações na identidade social urbana de uma comunidade para outra, e elas refletem a importância da significação cognitiva atribuída a símbolos em um ambiente urbano.

*“Tô tentando passar pra outros, essa paixão, esse amor que eu tenho, que eu consegui ter né, porque isso nasceu a partir de 98”*

Por fim, Tuan (1980, p. 1) diz que “sem a auto-compreensão não podemos esperar por soluções duradouras para os problemas ambientais que, fundamentalmente, são problemas humanos. E os problemas humanos, quer sejam econômicos, políticos ou sociais, dependem do centro psicológico da motivação, dos valores e atitudes que dirigem as energias para os objetivos”.

Percebe-se que as motivações que levam às apropriações da Mata da Izidora são distintas, e algumas identificadas pela pesquisa foram: a circunstância de se morar em seu entorno, o “quintal” de subsistência e de lazer dos moradores das ocupações, as relações culturais e de sustento dos moradores do Quilombo, e os tratos rurais e usos recreativos dos proprietários de terra.

Cuidar é uma característica humana que advém da relevância que algo ou alguém tem para si. Portanto, o cuidado com o meio ambiente urbano só é possível a partir do momento em que ele é percebido e tornado importante na vida das pessoas, independentemente das diversas motivações que levaram a essa significância.

### **3.1. Sob as asas da lei**

Mesmo com as mudanças de cenários no Brasil ao longo dos anos, o país ainda é detentor da maior biodiversidade do planeta, mas as relações com essa riqueza vêm se complicando cada vez mais. Esse relacionamento com a natureza de forma fragmentada,

aliado ao avanço da urbanização, ameaça a existência de várias espécies no país, além de comprometer a qualidade de vida humana e o suprimento de suas necessidades básicas.

A oficialização da natureza como patrimônio nacional a ser preservado surgiu com a Constituição de 1934 e o novo ideário de desenvolvimento que colocava a proteção como um princípio básico que deveria convergir União, Estados e Municípios. A proteção da natureza entrou na agenda brasileira como um propósito complementar da política de desenvolvimento nacional. Consequentemente, no mesmo ano foram elaborados o Código Florestal, o Código de Caça e Pesca, o Código de Águas e o Decreto de Proteção dos Animais (MEDEIROS *et al*, 2004).

Também segundo Medeiros *et al* (2004), tanto a versão de 1934 quanto a de 1965 do Código Florestal enfatizam que no país a proteção da natureza seria função executada solidariamente entre a sociedade e o Estado, cabendo a este instituir áreas protegidas sob sua gestão em território público, mas, também, juntamente com a sociedade, nas áreas de domínio privado que necessitam de proteção. Os autores argumentam que juntamente às dinâmicas do espaço rural e do espaço urbano, acomoda-se o espaço natural especialmente protegido pelo Estado.

Segundo a definição da lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, o Brasil utiliza a nomenclatura de unidade de conservação para definir um “espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção”.

A delimitação dessas áreas no mundo inteiro tem revelado conflitos variáveis, que refletem contradições da sociedade urbano-industrial. As políticas ambientais implementadas buscam bases científicas atuais para tentar solucionar as disputas pelas apropriações sociais da natureza e os estilos de vida incompatíveis com sua conservação (SANTOS, 2009).

É de praxe a criação de unidades de conservação em lugares de baixo potencial econômico, pelo menos imediato, e afastados de centros urbanos. Essa prática muitas vezes compromete a escolha de áreas com grande relevância ecológica e dificulta o convívio florestal fora da zona rural. A alienação proporcionada à população urbana prejudica a conscientização e as mudanças de hábitos relacionados a um modo de vida ecologicamente equilibrado. Corroborar-se com o dito por Begon, Townsend e Harper (2007), mesmo que a proteção de regiões selvagens remotas tenha seu valor e seja

relativamente fácil, é nas áreas de alto valor para a humanidade que a conservação da máxima diversidade exigirá um enfoque maior.

Murphy (1997) alerta que nosso destino ambiental pode ser visto pelos centros urbanos, sendo o sucesso na superação dos desafios para a proteção da biodiversidade em áreas urbanas uma boa medida do comprometimento com a proteção dos ecossistemas do mundo inteiro. Segundo Alberti *et al* (2003), até 2030 mais de 60% da população mundial viverá em cidades, e estas representam tanto complexas entidades ecológicas, com regras próprias de comportamento, crescimento e evolução, quanto importantes geradores de funções ecológicas globais. Cidades resilientes são aquelas que possuem a habilidade de simultaneamente manter as funções humanas e ecossistêmicas.

Uma determinação legal deveria bastar para sua execução. Entretanto, não se sabe se passamos por uma deslegitimação das leis ou por um descompasso com o poder executivo, mas o que se observa são palavras somente no papel. De qualquer forma, recorrendo à forma normativa, apresenta-se a seguir algumas legislações que subsidiam o dever e a importância de proteção da Mata da Izidora.

De acordo com o Estatuto da Cidade, lei nº10.257, de 10 de julho de 2001, cabe à política urbana “ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana”, e dentre suas diretrizes gerais constam:

- IV – planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente;
- XII – proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico;

O decreto estadual nº44.500, de 03 de abril de 2007, que dispõe sobre o Plano de Governança Ambiental e Urbanística da Região Metropolitana de Belo Horizonte, no primeiro parágrafo do artigo terceiro prevê a priorização do vetor norte para a implantação de programas, projetos ou ações por meio das seguintes medidas:

- IV – elaboração de estudos destinados a subsidiar a criação de uma rede de Áreas Protegidas;
- V – elaboração de cadastro que orientará a criação do sistema de monitoramento do uso e ocupação do solo da Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH;
- IX – fiscalização conjunta de empreendimentos e parcelamentos do solo na Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH, pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Estadual de Meio Ambiente, pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Política Urbana e pelos Municípios a que se

refere o § 3º do art. 1º, com o apoio do policiamento ambiental da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais;  
X – elaboração do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável do Vetor Norte.

A lei nacional da Mata Atlântica, nº11.428 de 22 de dezembro de 2006, expõe que a proteção e a utilização do Bioma se dará dentro de condições que assegurem “o disciplinamento da ocupação rural e urbana, de forma a harmonizar o crescimento econômico com a manutenção do equilíbrio ecológico”.

O capítulo 6 da referida lei trata da proteção do bioma em áreas urbanas e dispõe:

Art. 30. É vedada a supressão de vegetação primária do Bioma Mata Atlântica, para fins de loteamento ou edificação, nas regiões metropolitanas e áreas urbanas consideradas como tal em lei específica, aplicando-se à supressão da vegetação secundária em estágio avançado de regeneração as seguintes restrições:

I - nos perímetros urbanos aprovados até a data de início de vigência desta Lei, a supressão de vegetação secundária em estágio avançado de regeneração dependerá de prévia autorização do órgão estadual competente e somente será admitida, para fins de loteamento ou edificação, no caso de empreendimentos que garantam a preservação de vegetação nativa em estágio avançado de regeneração em no mínimo 50% (cinquenta por cento) da área total coberta por esta vegetação, ressalvado o disposto nos arts. 11, 12 e 17 desta Lei e atendido o disposto no Plano Diretor do Município e demais normas urbanísticas e ambientais aplicáveis;

Art. 31. Nas regiões metropolitanas e áreas urbanas, assim consideradas em lei, o parcelamento do solo para fins de loteamento ou qualquer edificação em área de vegetação secundária, em estágio médio de regeneração, do Bioma Mata Atlântica, devem obedecer ao disposto no Plano Diretor do Município e demais normas aplicáveis, e dependerão de prévia autorização do órgão estadual competente, ressalvado o disposto nos arts. 11, 12 e 17 desta Lei.

§ 1º Nos perímetros urbanos aprovados até a data de início de vigência desta Lei, a supressão de vegetação secundária em estágio médio de regeneração somente será admitida, para fins de loteamento ou edificação, no caso de empreendimentos que garantam a preservação de vegetação nativa em estágio médio de regeneração em no mínimo 30% (trinta por cento) da área total coberta por esta vegetação.

---

Art. 11. O corte e a supressão de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração do Bioma Mata Atlântica ficam vedados quando:

I - a vegetação:

- a) abrigar espécies da flora e da fauna silvestres ameaçadas de extinção, em território nacional ou em âmbito estadual, assim declaradas pela União ou pelos Estados, e a intervenção ou o parcelamento puserem em risco a sobrevivência dessas espécies;
- b) exercer a função de proteção de mananciais ou de prevenção e controle de erosão;
- c) formar corredores entre remanescentes de vegetação primária ou secundária em estágio avançado de regeneração;
- d) proteger o entorno das unidades de conservação; ou
- e) possuir excepcional valor paisagístico, reconhecido pelos órgãos executivos competentes do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

II - o proprietário ou posseiro não cumprir os dispositivos da legislação ambiental, em especial as exigências da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 (revogada pela LEI Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012), no que respeita às Áreas de Preservação Permanente e à Reserva Legal.

Parágrafo único. Verificada a ocorrência do previsto na alínea a do inciso I deste artigo, os órgãos competentes do Poder Executivo adotarão as medidas necessárias para proteger as espécies da flora e da fauna silvestres ameaçadas de extinção caso existam fatores que o exijam, ou fomentarão e apoiarão as ações e os proprietários de áreas que estejam mantendo ou sustentando a sobrevivência dessas espécies.

Art. 12. Os novos empreendimentos que impliquem o corte ou a supressão de vegetação do Bioma Mata Atlântica deverão ser implantados preferencialmente em áreas já substancialmente alteradas ou degradadas.

Art. 17. O corte ou a supressão de vegetação primária ou secundária nos estágios médio ou avançado de regeneração do Bioma Mata Atlântica, autorizados por esta Lei, ficam condicionados à compensação ambiental, na forma da destinação de área equivalente à extensão da área desmatada, com as mesmas características ecológicas, na mesma bacia hidrográfica, sempre que possível na mesma microbacia hidrográfica, e, nos casos previstos nos arts. 30 e 31, ambos desta Lei, em áreas localizadas no mesmo Município ou região metropolitana.

§ 1º Verificada pelo órgão ambiental a impossibilidade da compensação ambiental prevista no caput deste artigo, será exigida a reposição florestal, com espécies nativas, em área equivalente à desmatada, na mesma bacia hidrográfica, sempre que possível na mesma microbacia hidrográfica.

§ 2º A compensação ambiental a que se refere este artigo não se aplica aos casos previstos no inciso III do art. 23 desta Lei ou de corte ou supressão ilegais.

O projeto de lei nacional 25/2015, que dispõe sobre a conservação e a utilização sustentável da vegetação nativa do Bioma Cerrado, expõe que:

Art. 7º O corte, a supressão e o uso da vegetação do Bioma Cerrado dependem de autorização do órgão competente do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama), emitida consoante a legislação florestal.

§ 3º É vedada a supressão de vegetação nativa do Bioma Cerrado para fins de expansão urbana, em regiões metropolitanas.

No primeiro parágrafo do artigo 152 da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte está escrito que incumbe ao poder público:

IV - preservar remanescentes de vegetações, como florestas, cerrados e outros, a fauna e a flora, controlando a extração, a captura, a produção, o armazenamento, a comercialização, o transporte e o consumo de espécimes e subprodutos, vedadas as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade;

V - criar parques, reservas, estações ecológicas e outras unidades de conservação, mantê-los sob especial proteção e dotá-los da infra-estrutura indispensável às suas finalidades;

Durante o trabalho realizado pela Prefeitura de Belo Horizonte intitulado "Reenquadramento da Bacia do Isidoro" vários locais foram percorridos e nascentes foram mapeadas pela verificação por meio do acompanhamento do curso d'água e de acordo com relatos de moradores. A partir desses dados, e dos córregos presentes na porção do baixo Izidora, foi realizada a delimitação das áreas de proteção permanente

(APP's) hídricas seguindo as considerações do Novo Código Florestal (Lei Federal 12.651/2012), apresentada na figura 46:

Art. 4º Considera-se Área de Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas, para os efeitos desta Lei:

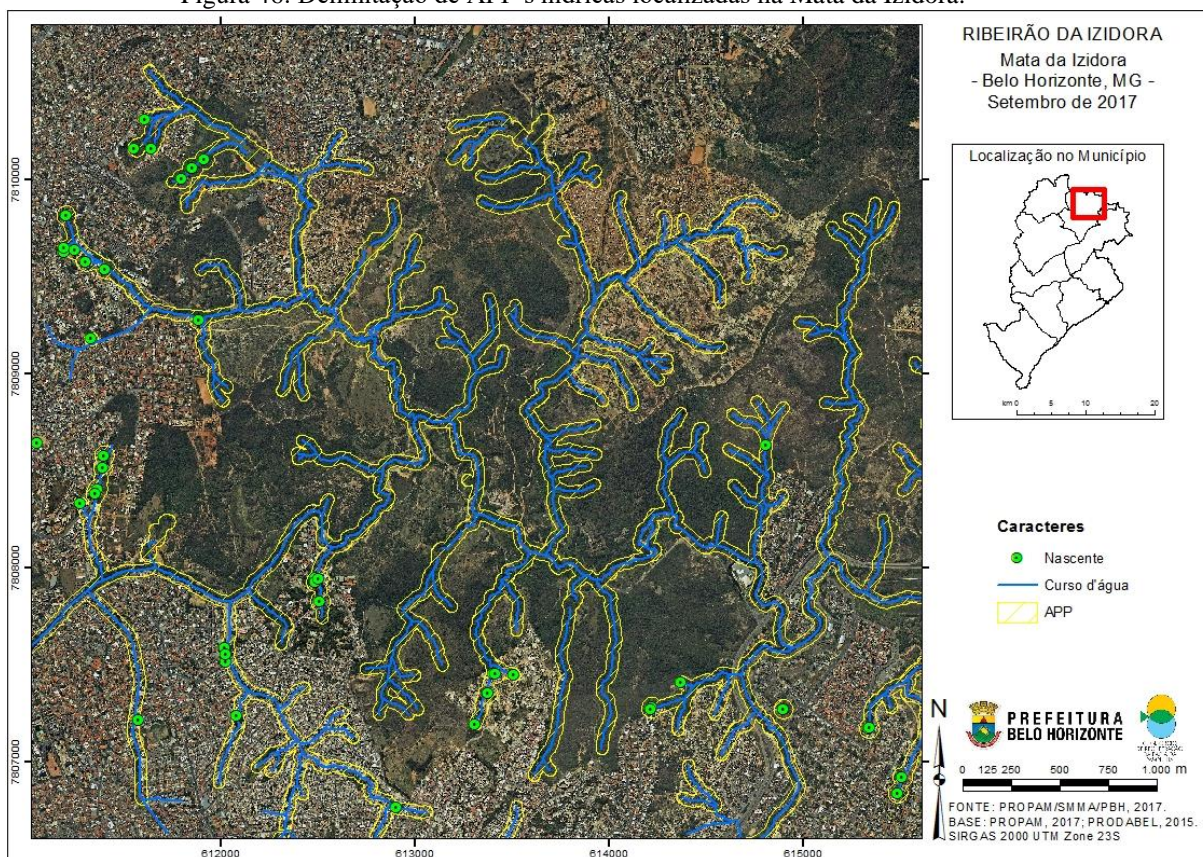
I - as faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de:

a) 30 (trinta) metros, para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura

e

IV - as áreas no entorno das nascentes e dos olhos d'água perenes, qualquer que seja sua situação topográfica, no raio mínimo de 50 (cinquenta) metros

Figura 46: Delimitação de APP's hídricas localizadas na Mata da Izidora.



Fonte: PROPAM/SMMA/PBH, 2017.

No mapa pode-se perceber várias áreas que deveriam ser preservadas para a manutenção dos corpos hídricos presentes, criadas a partir dos critérios acima apresentados e delimitadas pela cor amarela. Entretanto, algumas estão desmatadas e ocupadas, e outras sofrem pressões como o descarte de entulhos. Sem o cuidado com as nascentes e cursos d'água - além também do solo permeável, das plantas e dos animais interdependentes destes - o elemento vital reconhecido pelos entrevistados ficará cada vez mais escasso.



No âmbito do disposto pela legislação apresentada é possível inferir um anseio social – manifestado em sua elaboração e processos participativos - pela proteção de remanescentes florestais e de locais como a Mata da Izidora, detentora de características dos biomas Cerrado e Mata Atlântica, com diversidade de fauna e flora, de relevante papel na hidrografia da cidade e resistente às formas predominantes de se ocupar e utilizar o solo urbano.

### **3.2. Reserva de Desenvolvimento Sustentável Izidora**



*“Me parece que a gente pode fazer a história de outra forma aqui”*

É trazida, por fim, a proposta de uma categoria de unidade de conservação que talvez se mostre como uma alternativa adequada para o desenvolvimento sustentável da região, e, por extensão, da cidade. Considerando o exposto ao longo dos capítulos, juntamente com o objetivo da pesquisa de identificar possibilidades de sobrevivência de fragmentos florestais urbanos a partir das apropriações sociais, apresenta-se um meio que possa permitir a continuidade da Mata da Izidora.

Para tanto, foi considerada a instituição do Sistema Municipal de Áreas Protegidas de Belo Horizonte (SMAP-BH), por meio da Lei Nº 10.879, de 27 de Novembro de 2015. O SMAP-BH foi instituído com a proposta de uma melhor gestão do patrimônio

ambiental da cidade e ao mesmo tempo de identificar, classificar e preservar suas áreas verdes protegidas.

O SMAP-BH baseia-se nas seguintes ações:

- I - planejamento;
- II - ampliação;
- III - manejo;
- IV - gerenciamento;
- V - definição das destinações, ocupações e usos devidamente orientados e disciplinados.

Ressalva-se o respeito às vocações e às características “físicas, ambientais, sociais, econômicas, históricas e culturais de cada uma das áreas verdes protegidas e de seus respectivos entornos”.

O SMAP-BH tem como finalidade assegurar:

- I - o reconhecimento das áreas verdes protegidas do Município como instrumento necessário para a conservação e o manejo desses espaços, bem como para o planejamento de seu uso público, quando indicado, de maneira a garantir o cumprimento de suas funções ambientais e sociais;
- II - a valorização do patrimônio ambiental e do bem público, visando à garantia do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado às gerações presentes e futuras.

E tem os objetivos de:

- I - garantir a proteção, a manutenção e a recuperação das áreas verdes protegidas do Município;
- II - orientar, disciplinar e normatizar a gestão, o manejo e o uso das áreas verdes protegidas do Município, buscando adequações, no que couber, ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza — SNUC, criado por meio da Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e ao Sistema Estadual de Unidades de Conservação — SEUC, instituído pela Lei Estadual nº 20.922, de 16 de outubro de 2013, e respeitando as peculiaridades da realidade local;
- III - definir as melhores práticas para a implantação, a preservação, a ampliação, o manejo e o uso público das áreas verdes protegidas do Município, de acordo com as características físicas, ambientais, sociais, históricas e culturais de cada uma delas e de seus respectivos entornos;
- IV - promover a conservação da natureza, protegendo e recuperando os ecossistemas naturais e os recursos ambientais do Município;
- V - garantir a manutenção dos espaços de convívio da população em contato com a natureza, pertencentes às áreas verdes protegidas;
- VI - criar condições e promover a educação e a interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;
- VII - proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;
- VIII - proteger as paisagens naturais de notável beleza cênica existentes no Município;
- IX - contribuir para a melhoria da qualidade de vida no ambiente urbano.

Regulações específicas irão reger o SMAP-BH e cada área terá seu plano de uso público ou plano de manejo. Estes poderão ser unificados em caso de mesma categoria

de área verde protegida, a critério do Poder Executivo Municipal. Em cada plano de manejo pode estar prevista a criação de comissões consultivas para o acompanhamento da gestão da área verde em questão, podendo contar com a participação de cidadãos eleitos, devidamente normatizada em regulamentação específica.

Por meio de parecer técnico do órgão municipal competente pode haver a anexação de terrenos contíguos e a ampliação das áreas. Esse órgão também pode elaborar requerimentos, subsidiados por estudos técnicos, para a inclusão e a categorização de nova área verde protegida.

Serão incentivadas:

- I - a proteção, a manutenção e a recuperação das áreas verdes protegidas já existentes;
- II - a criação de novas áreas verdes protegidas que viabilizem ou incrementem a formação de corredores ecológicos urbanos;
- III - a criação de novas áreas verdes protegidas de propriedade privada, através da instituição de novas Reservas Particulares Ecológicas;
- IV - a celebração de parcerias com a sociedade para a manutenção de áreas verdes protegidas públicas já existentes.

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente é a responsável pela gestão do SMAP-BH, atuando como órgão de orientação e coordenação do Sistema, e cabendo a esta analisar e aprovar as intervenções nas unidades que o integram, bem como sensibilizar a população para o exercício da responsabilidade socioambiental. Os seguintes órgãos e entidades no âmbito municipal apoiarão o desenvolvimento das atribuições da Secretaria: Conselho Municipal de Meio Ambiente, Fundação de Parques Municipais, Fundação Zoobotânica de Belo Horizonte e Secretarias de Administração Regional Municipal.

*“Desde muito tempo a gente tava estudando uma proposta de Belo Horizonte ter um sistema de áreas verdes, começou de ser uma proposta nos moldes do SNUC, só que quando a gente vai analisar as unidades de conservação sobre as quais o SNUC trata, verifica-se que Belo Horizonte tem pouquíssimas que casam com aquela descrição”*

Vislumbra-se uma oportunidade de discussão sobre a proteção da Mata da Izidora, tendo em vista a manifestação do município de preocupação com a gestão de suas áreas verdes. A referida lei será regulamentada por decreto que discriminará as tipologias de unidades de conservação aplicáveis a Belo Horizonte. Tendo em vista que ele ainda não foi publicado, a sugestão de categoria apresentada se baseia nas classes do SNUC.

*“Um dos objetivos é buscar a incorporação de tipologias consideradas pelo SNUC, porque isso é uma grande vantagem pra nós”*

O objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável, de acordo com o sétimo artigo do SNUC, é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. Algo muito pertinente para ambientes urbanos. Considerando as características da Mata da Izidora, a presença do Quilombo de Mangueiras e as atividades rurais em seu interior, acredita-se que um caminho para o equilíbrio e permanência dessa área verde na cidade seria o estabelecimento de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável. Optou-se por essa categoria em detrimento das outras apresentadas pelo SNUC por suas características e confluências com a realidade atual da Mata e com os arranjos possíveis para sua permanência.

O estado de Minas Gerais possui apenas duas Reservas de Desenvolvimento Sustentável: a nacional “Nascentes Geraizeiras” com 38.177 ha e a estadual “Veredas do Acari” com 60.000 ha de extensão. A criação de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) municipal completaria a presença dessa categoria nos três entes federados.

Apesar de ainda não serem muito comuns, um exemplo de RDS municipal é a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Municipal Piraquê-Açu e Piraquê-Mirim localizada em Aracruz no Espírito Santo. Ela é uma área natural de manguezais e rios, com um ecossistema de grande biodiversidade e importância para a sociedade local, que abrange comunidades tradicionais como indígenas, pescadores artesanais, marisqueiros e catadores de caranguejo residentes no entorno. Sua área é de 20.800.000 m<sup>2</sup> e seus objetivos, restrições e procedimentos estão especificados em lei e em seu plano de manejo.

Muitas vezes recorre-se à criação de parques para conjugar preservação de áreas verdes e uso da população. Entretanto, essa não é a única categoria viável em meio urbano, e sua hegemonia traz consigo uma maneira predominante de se relacionar com a natureza, qual seja, o lazer. Atualmente Belo Horizonte conta com 75 parques sendo que, segundo funcionários da prefeitura, nos últimos anos, o poder público atentou-se para mais que quantidade, deve-se priorizar a qualidade e funcionalidade dos espaços protegidos.

*“Esse número estagnou, desde que foi criada a fundação de parques ele ficou parado, a fundação de parques enxergou a impossibilidade de maior número de parques sem conseguir recursos para poder fazer a manutenção, então ela deu uma freada na criação de novos parques”*

Voltando à questão de se criar uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável, pretende-se com essa proposta respeitar os atributos ambientais locais e as pessoas que ali vivem. Vislumbra-se um modelo de gestão compartilhada que tenha o poder público como parceiro e não como o único responsável pela área protegida.

Por se tratar de áreas particulares, as Reservas Legais e Áreas de Preservação Permanente estabelecidas por lei poderiam ser consideradas nas áreas de preservação dispostas pelo plano de manejo da unidade. De acordo com Medeiros *et al* (2004), essas áreas têm uso direto interditado pelo Estado e são parcelas de florestas nativas dentro das propriedades que possuem corte e exploração limitados, e margens de cursos d’água, lagoas, lagos, reservatórios, montes e encostas, respectivamente. Segundo os autores, os ecossistemas que se encontram nestas áreas, e não são protegidos como uma unidade de conservação formalmente estabelecida, são os que mais sofrem com o desmatamento, a degradação, a fragmentação e a extinção de espécies.

Segundo o vigésimo artigo do SNUC, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável “é uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica”. Considera-se que seu objetivo básico é o de preservar a natureza mas, diferentemente de parques públicos ou reservas particulares ecológicas - como proposto pela Operação Urbana do Isidoro para algumas partes da Mata – ela adequa-se à área de estudo por “assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais, bem como valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente, desenvolvido por estas populações”.

O conceito de populações tradicionais é controverso, mas abrangente, propositalmente. De acordo com o decreto federal nº 6.040 de 7 de fevereiro de 2007, povos e comunidades tradicionais são “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam

e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”.

Para esse trabalho, a existência dessas populações na Mata da Izidora baseia-se na visão mais ampla do saber tradicional e na presença da comunidade quilombola de Mangueiras e dos demais moradores com tratos rurais à terra, tendo em vista que possuem em comum, pelo menos de certa forma, uma história de baixo impacto ambiental e possuem interesse em manter o controle sobre o território que exploram e em assegurar os benefícios ambientais dele provenientes.

*“A população tem que ser escutada”*

As RDS são de domínio público, porém permitem propriedade particular em seu interior caso os usos estejam de acordo com os objetivos da unidade de conservação, devendo o órgão competente emitir uma concessão de direito real de uso (CDRU) para o proprietário, que pode ou não ter o título da terra, para viabilizar sua permanência – possibilidade que reduz o custo de desapropriação para o poder público e dá opção ao proprietário da terra de se manter no local. Cabe ao plano de manejo da unidade definir suas zonas de proteção integral, de uso sustentável, de amortecimento e dos corredores ecológicos.

A sugestão de uma unidade de conservação pública, ao invés de particular, está baseada na propiciação da co-responsabilização e da gestão compartilhada, contribuindo para o reconhecimento da área verde como um bem de uso comum, expressão utilizada para caracterizar o meio ambiente no artigo constitucional.

Sabourin (2010) contribui com o argumento de que a gestão dos recursos naturais comuns e a produção e manutenção de equipamentos coletivos são recorrentemente encontradas nas comunidades tradicionais e estabelecem formas de auxílio mútuo. No caso da Mata esse modelo se apresenta relevante e promissor para os proprietários com atividades rurais, os quilombolas e os moradores das ocupações que possuem vivências camponesas.

Entretanto, faz-se saber que esses grupos não são homogêneos e possuem divergências entre eles, por exemplo os proprietários com outras atividades e anseios para o local, as reivindicações de infraestrutura pelos moradores das ocupações e do quilombo, e demais demandas municipais que buscam um espaço para se instalarem. Portanto, a

elaboração e adaptação de regras comuns, necessárias à ação coletiva, é um desafio para a instituição da cooperação comunitária e do compartilhamento dos atributos naturais da Mata da Izidora.

*“O elemento humano tem que ser priorizado”*

Apesar da suposta incompatibilidade entre conservação da natureza e presença humana, KÄMPF e KERN (2005) relacionam exemplos, a partir de vários pesquisadores, que demonstram evidências arqueológicas das atividades humanas nos habitats amazônicos que transformaram significativamente as paisagens dos espaços por onde haviam passado no período pré-histórico tardio. Seja por extensos depósitos de rejeitos, grandes construções de terra para uso agrícola e assentamento, ou outras atividades, esses povos influenciaram no estabelecimento de certas espécies nas áreas que habitavam e nas proximidades, o que leva a considerar a influência das culturas humanas, juntamente com os padrões de clima, solos e relevo, na biodiversidade atualmente encontrada.

As possibilidades de coexistência com a Mata da Izidora levantadas a partir das entrevistas, e também de experiências e anseios relativos a outras áreas verdes urbanas, apontaram para as potencialidades e desafios do passado, presente e futuro da área. O quadro 4, a seguir, traz as falas referentes ao assunto e as relaciona com as condições para as atividades desenvolvidas na RDS de acordo com a legislação (SNUC).

Quadro 4: Trechos das entrevistas que representam as possibilidades de coexistência com a Mata da Izidora relacionados com as atividades permitidas em uma RDS.

| POSSIBILIDADES DE COEXISTÊNCIA com a Mata da Izidora   |  |
|--|--|
| <p><i>Parque linear</i></p> <p><i>Parque urbano apropriado pela comunidade ou apropriado por um gestor de parques</i></p> <p><i>Ela tenha alguma coisa agradável, um ruído de água correndo, ninhos de animais silvestres, proximidade com um entorno urbano com gente com boa formação, com interesse</i></p> <p><i>Se aprende a conviver com as coisas</i></p> <p><i>Outro padrão de comportamento</i></p> <p><i>Gente tá aqui olhando</i></p> | <p>I - é permitida e incentivada a visitação pública, desde que compatível com os interesses locais e de acordo com o disposto no Plano de Manejo da área;</p> |

*Num deixa ninguém entrar, num deixa ninguém sujar*

*Segurança armada*

*Uma área preservada, parte de mata, integrada junto*

*com a cidade, com os moradores, todo mundo curte*

*ali, participa de eventos*

*As pessoas que gostam de ver os bichinhos nos seus*

*habitats, quem gosta e querem estar visitando*

*Sentimento de pertencimento*

*Parques ciliares*

*A comunidade tomando posse ninguém vai invadir*

*porque a comunidade num vai deixar*

*Parques ciliares, para bicicleta, para lazer, exigindo*

*da Copasa que tire todo o esgoto*

*Barragemzinha de retenção, ter peixe, um patinho, em*

*volta local pra as pessoas fazer caminhada, as*

*mulher levar os menino, os velhos passear, o pai de*

*férias passear com as crianças*

*Áreas de convivência social*

*Áreas de lazer*

*Você pode transformar fundo de vale, áreas de*

*pedreira, de erosão em teatros, área de bicicross*

*Parque devia ser aberto dia e noite, as vezes um*

*horário mais tarde, 22h da noite*

*Os meninos pode brincar, subir ni árvore*

*Uma trilha pra passeio, pra professora ir com as*

*crianças, mostrar a natureza*

*Fizesse uma trilhazinha, cercasse, escola pudesse*

*frequentar com as crianças*

*É a pessoa poder tá em contato com a natureza,*

*ainda lembrar que tem uma parte preservada*

*Lazer, conforto ambiental*

*descanso, praticar um esporte, um exercício físico*

*Caminhar*



|  |  |
|--|--|
| <p><i>Apropriada pela população</i></p> <p><i>Um parquinho, ou uma forma daquela comunidade usufruir</i></p> <p><i>Servir para essa comunidade em volta e tentar fazer a implantação de algum equipamento, de alguma coisa de apoio que leva aquela população pra dentro</i></p> <p><i>Área pra caminhada</i></p> <p><i>Ter uma pessoa tomando conta</i></p> <p><i>Uma área de convivência</i></p> <p><i>Nucleozinho de convivência ou de uso da população e pode deixar o resto como preservação</i></p> <p><i>Mirantes</i></p> <p><i>Área que você possa ter algum tipo de diversidade social ali dentro</i></p> <p><i>Trilhas</i></p> <p><i>Fiscalizar</i></p> <p><i>Ficar de olho</i></p> <p><i>População muito pra dentro do parque, plantava árvore, curso pra ensinar plantio de vaso</i></p> <p><i>Eles vigiam, chamam corpo de bombeiro, avisam</i></p> <p><i>Apropriar do espaço</i></p> <p><i>A população vai tomando conta</i></p> <p><i>Tem muita gente que gosta de ser voluntário</i></p> <p><i>Algum trabalho que trouxesse as pessoas pras áreas verdes</i></p> <p><i>Curso de jardinagem</i></p> <p><i>O contato</i></p> <p><i>a população tem que assumir</i></p> <p><i>Nada melhor você usar a população pra fazer o trabalho lá dentro</i></p> <p><i>A área verde tem que ser tratada pelo uso da população</i></p> |  |
|--|--|

|   |  |
|---|--|
| <p><i>Levar a população pra dentro dessas áreas, e fazer a população abraçar aquele espaço</i></p> <p><i>Relação</i></p> <p><i>Controlar ela ali, de repente fazer parques ecológicos, mais visitação, pra gente poder entrar lá também, conhecer melhor o espaço</i></p> <p><i>Parque ecológico</i></p>  |  |
| <p><i>Educação</i></p> <p><i>A educação do ser humano, o amor um pelo outro, o amor pela mata</i></p> <p><i>Um projeto e que dentro desse projeto venha também a ter esses mesmos cuidados, mesmos olhares da preservação daquilo que existe</i></p> <p><i>Educação ambiental</i></p> <p><i>Consciência de preservar e conviver com todos esses espaços integrados a sociedade</i></p> <p><i>Projeto de conscientizar as pessoas</i></p> <p><i>Conhecer mais e futuramente elas cuidarem dessas áreas</i></p> <p><i>Reeducando as famílias</i></p> <p><i>Campanhas</i></p> <p><i>Conscientizar</i></p> <p><i>Conscientizasse as pessoas para que elas também ajudasse a preservar</i></p> | <p>II - é permitida e incentivada a pesquisa científica voltada à conservação da natureza, à melhor relação das populações residentes com seu meio e à educação ambiental, sujeitando-se à prévia autorização do órgão responsável pela administração da unidade, às condições e restrições por este estabelecidas e às normas previstas em regulamento;</p> |
| <p><i>É possível ocupar, mas é fundamental preservar</i></p> <p><i>Sustentabilidade do território, o território não comporta todas as pessoas</i></p> <p><i>O sanatório</i></p> <p><i>Asilo</i></p> <p><i>Preserções</i></p> <p><i>Preserva</i></p> <p><i>Cuida</i></p>   | <p>III - deve ser sempre considerado o equilíbrio dinâmico entre o tamanho da população e a conservação; e</p>   |

|  |   |
|--|---|
| <p><i>As áreas que são vagas, aonde tem a mata, deve continuar sendo preservada, e cuidar de dar assistência como organizar aquelas partes que estão ocupadas</i></p> <p><i>Salvar tudo isso que ficou de mata, 100%, área de preservação, de refúgio de fauna, área de respeito, área de respirar a cidade, e não admitir mais invasão de área nenhuma dessas</i></p> <p><i>Regenerar algumas áreas</i></p> <p><i>Questão social e ambiental juntas</i></p> <p><i>Construir no espaço que não tinha e preservar o máximo o que tem</i></p> <p><i>Preservar o que tem</i></p> <p><i>Controlar a ocupação</i></p> <p><i>Urbanização com a preservação do espaço e a ocupação da população</i></p> |   |
| <p><i>Fazenda</i></p> <p><i>Carne, aves, alimentos, arroz, batata</i></p> <p><i>Lenha</i></p> <p><i>Gado</i></p> <p><i>Eucaliptos</i></p> <p><i>Produção agropecuária, fazíamos queijo</i></p> <p><i>Atividade agropastoril</i></p> <p><i>Venda de leite, venda e compra de animal</i></p> <p><i>Produção rural</i></p> <p><i>Horta</i></p> <p><i>Retira leite, fabrica queijo</i></p> <p><i>Reflorestamento</i></p> <p><i>Produz dentro dela</i></p> <p><i>Tira nosso sustento de dentro desse ambiente</i></p> <p><i>A menos que venha a ser reflorestado, pra então se integrar ao restante que hoje existe como mata</i></p>   | <p>IV - é admitida a exploração de componentes dos ecossistemas naturais em regime de manejo sustentável e a substituição da cobertura vegetal por espécies cultiváveis, desde que sujeitas ao zoneamento, às limitações legais e ao Plano de Manejo da área.</p> |

|   |  |
|---|--|
| <p><i>Caso esteja desocupado que fosse reflorestado, pra integrar essa área de preservação</i></p> <p><i>Uma pequena produção de gado, plantou algumas árvores frutíferas, tinha uma pedreira</i></p> <p><i>Todo mundo aqui quer ter uma árvore em casa, uma horta, uma plantação</i></p> <p><i>Plantar</i></p> <p><i>Ter uma criação</i></p> <p><i>Fazer em seus quintais hortas</i></p> <p><i>Uso</i></p> <p><i>Planta pra tomar banho, pra equilibrar</i></p> <p><i>Plantas que cura</i></p> <p><i>Chá</i></p> |  |
|---|--|

A partir das vivências e falas dos diversos atores vislumbra-se as possibilidades de coexistência com a Mata da Izidora. Foi possível perceber um anseio por áreas verdes preservadas, por vezes relacionadas com parques municipais. Porém, apesar de muito relevante na cidade, essa categoria não proporciona a integração do ambiente rural ao urbano por não permitir certas atividades em seu interior e por incentivar, majoritariamente, uma postura contemplativa da natureza, mantendo assim a distância entre seres humanos e o meio circundante.

As falas relativas ao primeiro inciso que se refere à visitação pública, apresentam possibilidades de convivência da população com o local que, mesmo com maneiras diversificadas, prezam pelo lazer. Quanto ao segundo inciso, a partir da percepção da relevância do conhecimento sobre a área, os entrevistados citaram oportunidades condizentes com a educação ambiental e, conseqüentemente, com o incentivo à pesquisa científica na Mata. Essa pode contribuir tanto para a conservação de sua biodiversidade, quanto para a melhoria das relações entre os moradores e seu meio, além de ampliar o alcance da importância da Mata para outros habitantes. Em relação ao terceiro inciso, levantamentos dos potenciais já existentes no lugar, culturais e naturais, devem ser levados em consideração para a manutenção do equilíbrio dessa floresta urbana. O quarto inciso foi relacionado às atividades realizadas anteriormente e atualmente na área que podem ser geridas de forma sustentável.

A possibilidade de preservação da natureza juntamente com a utilização do espaço para interações como o turismo ecológico, pesquisa científica, educação ambiental, cultivo de hortaliças e extração de produtos madeireiros e não madeireiros de forma moderada pode permitir uma aproximação do dito universo rural com o urbano e ressignificar uma dicotomia previamente imposta e aparentemente incompatível.

A agroecologia é uma ferramenta compatível com o desenvolvimento da área por se embasar em dimensões ambientais, sociais, econômicas, éticas, culturais e políticas, a qual compreende o manejo ecológico dos recursos naturais com um enfoque holístico e uma estratégia sistêmica que por meio de uma ação social coletiva participativa possa construir um modelo de agricultura e de vida sustentável.

Lima (1994) aponta que a silvicultura social, o melhoramento de comunidades a partir de um uso eficiente dos recursos florestais, é a que fornece a longo prazo o maior benefício coletivo, pois, se capaz de escolher sabiamente o uso da floresta, obtém seus benefícios ambientais, econômicos e espirituais. O desenvolvimento do ecossistema florestal em prol de comunidades pode se dar por meio de sistemas agrossilviculturais, agro-silvo-pastoris, silvo-pastoris e outros como apicultura e consórcio de peixes com árvores. Além do mais, o estabelecimento de árvores como barravento contribui com a cobertura florestal e protege os cultivos e o solo de ações de intemperismo. A gestão que uma sociedade faz de seu meio é uma gestão política, e suas ações geralmente são incorporadas pelo Estado. Portanto, uma sociedade urbana que age utilizando parâmetros ecossistêmicos pode reduzir os impactos negativos dos efeitos de suas atividades sobre a natureza.

Uma grande oportunidade para a Mata é a sinergia possível para a realização da agricultura urbana, atividade que pode ser delimitada pelo plano de manejo e que leva em conta as práticas passadas e atuais dos moradores da área. A Política Municipal de Apoio à Agricultura Urbana, lei nº 10.255 de 13 de setembro de 2011, integra-se à Política Municipal de Abastecimento e visa a produção sustentável de alimentos para a segurança alimentar e nutricional da população, além de contribuir também para a ordenação da propriedade urbana e do pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade.

Dentre os objetivos da Política, os relevantes para esse trabalho são:

- I - ampliar as condições de acesso à alimentação e aumentar a disponibilidade de alimentos, para consumo próprio e comércio local;
- III - estimular práticas alimentares e hábitos de vida saudáveis;
- IV - promover o trabalho familiar e de cooperativas, associações e outras organizações da economia popular e solidária;

V - gerar emprego e renda, especialmente por meio da agregação de valor aos produtos, viabilizando a comercialização para os mercados institucionais considerando principalmente o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE;

VIII - estimular práticas de cultivo, manejo florestal, criação e beneficiamento que previnam, combatam e controlem a poluição e a erosão em quaisquer de suas formas; protejam a flora, a fauna e a paisagem natural e tenham como referência a agricultura agroecológica;

IX - estimular práticas que evitem, minimizem, reutilizem, reciclem, tratem e disponham adequadamente dos resíduos poluentes e nocivos ao meio ambiente, à saúde humana e ao bem-estar público;

XIII - estimular o uso alternativo de água para as práticas da agricultura urbana, considerando a possibilidade de processos de captação de água de chuva, manejo de nascentes e tratamento de águas residuais.

#### São instrumentos da Política:

I - o crédito, o fomento, a compensação ambiental e o seguro agrícola;

II - a educação e a capacitação;

III - a pesquisa e a assistência técnica;

IV - o sistema de controle de qualidade da produção e do beneficiamento.

As ações estão previstas para serem executadas de forma descentralizada e integrada com outras de diversos setores governamentais e da sociedade civil, sendo que se objetiva a participação direta dos beneficiários.

As pessoas sob risco de insegurança nutricional e alimentar são beneficiárias prioritárias, bem como as iniciativas coletivas de geração de renda e promoção da qualidade de vida. Os autores Brand e Muñoz (2007) apostam na agricultura urbana como uma nova política capaz de responder ao problema da fome, física ou espiritual, das populações urbanas. O propósito de acabar com a pobreza impulsiona a implantação de políticas de agricultura urbana, mas outros argumentos também se somam para seu fortalecimento, como por exemplo os ambientais (relativos a biomassa e reciclagem), os sociais (inclusão e vida saudável), os econômicos (subsistência e geração de renda) e os estéticos e morais (contato com a natureza e responsabilidade individual). Essa flexibilidade de argumentos permite que a agricultura urbana seja ajustada e aplicada em diversos espaços e contextos (BRAND e MUÑOZ, 2007).

Percebe-se que o elo entre as leis do Sistema Municipal de Áreas Protegidas de Belo Horizonte e a Política Municipal de Apoio à Agricultura Urbana se dá em quatro partes: a qualidade de vida urbana, a conservação da natureza, a manutenção das funções ambientais e sociais da cidade e a participação social. Esses eixos de ação proporcionam uma integração das citadas legislações e um respaldo para atividades e projetos que visem formas sustentáveis de se moldar a cidade. Segundo Costa (2008, p. 87) temos a seguinte colocação sobre o uso do espaço urbano:

A associação entre uso produtivo do espaço e o capital imobiliário é em geral aceita como virtuosa, ou pelo menos desejável, na medida em que desencoraja a manutenção de vazios urbanos, prática que colabora para a extensão do tecido urbano, a ociosidade dos investimentos públicos e os custos da urbanização. Esta lógica, presente na matriz da reforma urbana, repousa na racionalidade da justiça social, justificando-se a partir dela. Por outro lado, uma racionalidade ambiental aponta para o uso social dos vazios urbanos, ou mesmo para outros usos produtivos diferentes da edificação.

Reconhece-se que a proposta de uma RDS não consegue abarcar todos os interesses manifestados para a área da Mata da Izidora, especialmente o mais forte - o capital imobiliário - mas considera o estabelecimento ocupações urbanas em seu interior como um atendimento parcial à demanda por moradia e pretende abranger o maior número de anseios compatíveis com o desenvolvimento sustentável da área, buscando garantir a coexistência com a biodiversidade lá presente.

São variados os problemas ambientais com os quais nos deparamos todos os dias e para seu enfrentamento Smolka (1993) sugere a atuação sobre os efeitos ou sobre as causas. No primeiro caso, introduz-se imposições ambientais, mas mantêm-se o processo de estruturação intra-urbano como está. No segundo caso, alteram-se os processos responsáveis por tais problemas, significando que o processo de estruturação interna da cidade também precisa ser alterado. O mesmo autor também alerta que:

Decisões quanto ao ambiente construído tomadas em um passado irrevogável constroem o presente, e nem sempre podem ser facilmente revertidas. E o que é mais grave, essas decisões correntes são marcadas pelas incertezas quanto ao seu impacto futuro. Assim, mesmo que alterem as especificações no código de obras de modo a facilitar uma melhor circulação de ar entre os edifícios, seus efeitos ambientais serão lentos e graduais (SMOLKA, 1993, p. 136).

Refletindo sobre a colocação de Santos (2001) sobre a falta de nitidez de um novo paradigma que está surgindo, no qual um referencial está sendo englobado por outro, cabe trazer a sugestão de Van Leeuwen *et al* (2010) quando dizem que planejadores urbanos ao redor do mundo precisam ser capazes de entender as diferentes motivações de sociedades locais, adotando soluções atrativas de uso do solo projetadas para satisfazer suas necessidades particulares.

Os autores também dizem que a agricultura urbana contribui positivamente para o abastecimento, a segurança alimentar e economia de energia por encurtar os circuitos que distribuem os produtos alimentares. Essa atividade é geralmente praticada como fonte de renda ou produção de alimento, mas também pode ser associada com recreação e gestão da paisagem em uma perspectiva de lazer. Monte-Mór (1994, p.176) agrega

dizendo que “é o próprio modelo territorial urbano e metropolitano que necessita ser revisto, em busca de alternativas múltiplas que garantam maior permeabilidade e integração entre o espaço natural e espaço social”.

Portanto, acredita-se que as leis e a proposta expostas podem sinalizar um caminho para a mudança no planejamento e uso do espaço urbano, contanto que sejam discutidos e compatibilizados os demais interesses de uso do solo urbano. Belo Horizonte é uma grande cidade com grandes desafios. As demandas por serviços básicos, como saúde e educação, serão sempre crescentes e insaciáveis se houver descon sideração da realidade da ocupação da cidade e desigualdade social. Mas, se por um lado percebe-se o adensamento populacional e o agravamento de problemas sociais e ambientais, por outro também é possível enxergar novas possibilidades e formas de agir. No entanto, os argumentos a favor de interesses imobiliários ainda prevalecem na cidade e cabe trazer algumas considerações feita por Costa (2000, p. 67) a respeito dos problemas urbanos atuais:

Em primeiro lugar, não é a existência da urbanização de forma genérica que é vista como responsável pelos problemas detectados, mas, sim, de um determinado padrão de urbanização de caráter extensivo, fruto da atuação do capital imobiliário e de uma determinada concepção de planejamento urbano. Em segundo lugar, é pouco usual estarem todos esses problemas elencados com o mesmo grau de prioridade, a exemplo dos custos habitacionais e do comprometimento da biodiversidade, o que denota um esforço em abordar simultaneamente os espaços construídos e os não-construídos.

A noção de sustentabilidade, segundo Jacobi (1999), está além de estabelecer limites às possibilidades de crescimento, está aliada ao envolvimento da sociedade e sua participação no processo de criação de uma co-responsabilização e de uma consciência ética. Portanto, não pode deixar de considerar os aspectos culturais e as relações de poder vigentes. Os valores adotados socialmente, influenciados em grande parte pelas instituições sociais e os sistemas de informação e comunicação, dificultam o alcance da sustentabilidade por estarem ligados à baixa consciência quanto ao padrão predatório de desenvolvimento e suas consequências.

Ainda segundo Jacobi (1999), as cidades têm como principal desafio a criação de condições que assegurem uma qualidade de vida aceitável para seus habitantes e que não interfira negativamente no meio ambiente, estando atenta à degradação que ocorre muitas vezes em suas regiões mais carentes. Juntamente com o desafio de gerar empregos baseados em práticas sustentáveis e aumentar o nível de consciência ambiental, bem como as possibilidades de participação social nos processos decisórios.



A Mata da Izidora reflete não só a questão ambiental na cidade, mas também a cidadania, por contar em seu espaço com estratos sociais muitas vezes ignorados em meio urbano. De acordo com Acselrad (2001), um novo modelo de desenvolvimento só é possível com a cidadania. Ela, a participação e o combate às desigualdades sociais, compõem a complexidade da questão ambiental, tendo em vista que o meio ambiente significa a base material e simbólica das condições de trabalho e vida das populações.

De acordo com Putney (2013), a relação das pessoas com a natureza deve voltar aos valores imateriais: a recreação, no sentido de re-criar; a educação; os valores culturais; estéticos e espirituais. O autor argumenta que o uso público é uma estratégia muito importante para as áreas protegidas, pois uma sociedade não valoriza o que não conhece, e não defende o que não valoriza.

A proximidade e interação da população com espaços verdes, seja jardins, hortas urbanas ou unidades de conservação, permite o desenvolvimento de outros olhares urbanos. Como disse Diegues (1996, p.303), é “necessário analisar o sistema de representações que os indivíduos e grupos fazem de seu ambiente, pois é a partir delas que eles agem sobre o meio ambiente”. Ainda segundo Diegues (1996, p.304): “a percepção social do ambiente não é feita somente de representações mais ou menos exatas das limitações materiais ao funcionamento da economia, mas igualmente de juízos de valor e crenças”. Por isso, a construção cotidiana dos diferentes espaços na cidade é que possibilita a retomada ou criação de valores e crenças rumo à tão aclamada sustentabilidade.

## MANIFESTO DA POESIA AROEIRA

*D'après Oswald de Andrade<sup>17</sup>*

*A poesia existe nos fatos.*

Os feriados religiosos dançam na cara do capital, por meio do capital, em plena capital.

Os negros permeiam, os brancos ignoram. *A formação étnica rica.*

Limites traçados não se darão no real, se a força, à força, os empurrarem.

É na deglutição do externo que se cuspirá o indigesto e nascerá o certo.

*Riqueza vegetal. O minério. A cozinha.* Comida pesada que alivia o espírito.

Feijão, queijo e angú.

Donos de terra, filhos da terra. Doutor, roceiro e capião.

*O lado doutor. Fatalidade do primeiro branco aportado e dominando politicamente as selvas selvagens. Não podemos deixar de ser doutos. Doutores. País de dores anônimas, de doutores anônimos. O Império foi assim. Eruditamos tudo.*

*Esquecemos o gavião de penacho.*

*A nunca exportação de poesia. A poesia anda oculta nos cipós maliciosos da sabedoria.*

*Economia, ciências políticas, arquitetura, ecologia, biologia.*

*Vida pulsando lá fora, pedindo para ficar aqui dentro.*

*Alegria dos que não sabem e descobrem.*

*Tinha havido a inversão de tudo, a invasão de tudo: ocupação do que é visto vazio, usurpação da terra propriedade, intrometimento na casa de todos.*

*A poesia Aroeira, ágil e cândida. Como uma criança.*

*Ignoras a resistência negra, a existência. Exploras anseios por vidas dignas. Bates no chão que te sustenta.*

*O menor descuido vos fará partir na direção oposta ao vosso destino.*

*Há luta em terra de minorias, maiorias em números.*

*Uma única luta – a luta pelo caminho.*

*Instituíra-se o naturalismo. Natural seguir de cabeça baixa, entregar a cidade, desvincular-se do meio.*

*Chegou carro, computador e luz elétrica, mas o respeito por hora se atrasou.*

*Como a época é miraculosa, as leis nasceram do próprio rotamento dinâmico dos fatores destrutivos.*

*A síntese*

*O equilíbrio*

*A ocupação invasiva, o rasgo no mapa. O direito negado.*

*A ambição em roupagem sustentável.*

*A violência*

*A surpresa*

*Uma nova perspectiva*

*Uma nova escala*

*Qualquer esforço natural nesse sentido será bom. Poesia Aroeira*

*Dizer não à supressão da vegetação, ao secamento dos rios, ao silenciamento dos animais.*

*Permitir a floresta, interagir com o que resta.*

*Uma nova perspectiva.*

*Ora, o momento é de reação à aparência.*

Moderno é reconhecer que a autossuficiência humana modificadora do entorno está fadada ao fracasso se não aliada à coletividade dos ciclos ecológicos.

*No jornal anda todo o presente.*

Presente para a ganância voraz que manipula multidões a seu bel-prazer.

*Nenhuma fórmula para a contemporânea expressão do mundo. Ver com olhos livres.*

Pluralidades abafadas pela mídia, realidade maquiada e opiniões com tom de certeza.

*Temos a base dupla e presente – a floresta e a escola. A raça crédula e dualista e a geometria, a álgebra e a química logo depois da mamadeira e do chá de erva-doce.*

*Um misto de “dorme nenê que o bicho vem pegá” e de equações.*

*Realizada essa etapa, o problema é outro. Ser regional e puro em sua época.*

Ruralidade desprezada, crenças substituídas, submissão.

A ignorância consentida vinda das bancas de jornais, da televisão e das redes sociais.

*O contrapeso da originalidade nativa para inutilizar a adesão acadêmica.*

Brigas de saberes. Pobres, ricos, leigos e cultos. *A reação contra todas as indigestões de sabedoria.*

Apenas cidadãos desgovernados. Governados na direção oposta ao povo. *Tudo digerido.* Sem ao menos pôr no prato, sem saborear. Cidade que cresce pra tudo que é lado.

*Bárbaros, crédulos, pitorescos e meigos. Leitores de jornais. Aroeira.*

*A floresta e a escola. A casa, o alimento e o lazer. A vegetação. Aroeira.*

<sup>17</sup> Poema escrito a partir, e com versos do mesmo marcados em itálico, do Manifesto da Poesia Pau-Brasil de Oswald de Andrade, publicado em 1924.

## ANTES DE IR

“Para que serve?  
Pois, a utopia serve para isso:  
para caminhar.”

(Eduardo Galeano)

Remar contra a correnteza nunca foi trabalho fácil, mas nem por isso deixou de ser tarefa diária dos ribeirinhos. Não se tratou aqui de uma oportunidade escancarada de mudança nos rumos da cidade, mas de suspiros discretos revelados entre uma fala, um olhar ou, das folhas, o farfalhar. Esse ar que os permitiu transparecer está ficando pesado, poluído. Por meio então da perda de sua transparência, buscou-se traduzir o seu apelo.

O desenvolvimento deste trabalho - desde a apresentação da área de estudo até a proposição final para a conservação da natureza que ali se encontra - buscou seguir o paradigma da geografia contemporânea, que segundo Souza (1994), trata de uma geografia da interação espacial, a qual é mais da situação do que do sítio, pois este a cada dia é mais sítio social.

Consequentemente, a proposição de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável, no que vigora da Mata da Izidora, está em consonância com o dito por Acselrad (2001), no qual o espaço constituído pela superposição de múltiplos territórios, composto de diversos atores sociais, permitirá que um desenvolvimento democrático expresse a diversidade de leituras e projetos contra uma exploração dos recursos naturais abusiva e uma homogeneização das formas socioculturais.

*O perigo*  
*é que lá tem assassinatos*  
*Tem*  
*muita coisa*  
*ali*  
Veja o cabimento  
Se o neném deixa de mamar  
Des-mame  
Se não param de matar  
Des-matamento

Trata-se, demasiadamente, da obrigatoriedade de serventia ecossistêmica. Propõe-se a troca de roupagem de uma herança escravocrata para uma generosidade natural. A natureza não presta serviços, empresta seus dons.

mata-mato  
[o/te] mato  
[a/te] mata  
[te/lhe] protege

Belo Horizonte já foi conhecida por “cidade jardim” e por seu clima agradável e favorável à saúde. Mesmo não sendo possível voltar no tempo, pode-se olhar adiante e reorientar os rumos da urbanidade.

*os outro  
quer socar alguém,  
matar  
e jogar lá  
de uma forma  
ou  
de outra  
ele também  
exposto tá*

Um lugar de encontro de biomas pode muito bem ser de encontro de pessoas, pois tem como fundamento o respeito pelo espaço do outro, a coexistência. Seria essa qualidade a busca moderna da cidade?

A abertura para o entendimento do porquê uma pessoa pensa diferente da outra permite compreender as necessidades e demandas alheias. Segundo Morin (2013, p.15), “existe uma ética da compreensão que nos convida, antes de mais nada, a compreender a incompreensão”. Todavia, compreender não é justificar. A destruição coletiva da natureza ultrapassa defensores e agressores e se faz no real, portanto assimilar os motivos desse fato é um caminho para a transformação desse cenário.

Acredita-se que a transcendência individual das preocupações referentes à sobrevivência e à satisfação pessoal para causas coletivas e ambientais se dá por meio de

vivências participativas e educativas que permitam a percepção e a apropriação do espaço comum como pertinente e essencial. Desta maneira, a preparação de Belo Horizonte para o convívio com uma floresta urbana passa por uma gestão pública e valores socioambientais que levem ao respeito de diferentes formas de vida.

Segundo a escritora Lya Luft (2004, p.41-42):

Quanto mais recursos temos no campo da psicologia e dos novos conhecimentos sobre as relações humanas, mais inseguros estamos. Quanto mais civilizados, menos naturais somos. Na época em que mais se fala em natureza estamos mais distantes dela. Ser natural passou a não ser natural. [...] Ser natural está em crise grave.

De acordo com Morin (2013), as crises são profundamente ambivalentes, são um processo que apresenta dois aspectos de valores diferentes e, por vezes, contrários. Para se entender uma situação em crise é preciso ser sensível à ambiguidade. A realidade da cidade se apresenta sob o aspecto de duas, ou mais, verdades distintas. Portanto, é preciso ter sensibilidade para as contradições. Entretanto, quando se depara com verdades contraditórias o costume lógico se dá com a mudança de raciocínio para eliminar a contradição, mas se faz necessário assumir e transcender as contradições.

A contradição contida na expressão floresta urbana se dá pela rigidez na dicotomia campo e cidade. Está também nas proposições extremistas de intervenções urbanas que não consideram as necessidades socioambientais. Esta pesquisa se deparou com uma situação de diferentes verdades sobre um espaço dito natural dentro da selva de pedras, e também com a dificuldade de se compreender a complexidade da realidade, que é o desafio moderno.

Foi constatado que a floresta está indo embora da cidade. Mas será que se despede de vez? Ou avisa que é hora de ressignificar sua presença sem rótulos urbanos ou rurais?

Ainda em consonância com Morin (2013), chegamos a um momento de ruptura, e é a imprevisibilidade que caracteriza a metamorfose em situações como essa. Os fatores de desesperança trazem consigo elementos de esperança. O risco do desaparecimento das áreas verdes na cidade é iminente, mas “a conscientização do risco pode estimular as defesas; é preciso apostar” (MORIN, 2013, p.26).

A aposta em uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável para a Mata da Izidora se baseia na hipótese de que a sobrevivência de fragmentos florestais urbanos está condicionada à coexistência destes com as diversas apropriações sociais do território. Portanto, Morin (2013, p.26) complementa: “a complexidade favorece a ação, pois dá a medida dos verdadeiros riscos e das verdadeiras oportunidades”.

[conversa/conserva;  
quanto mais conversação,  
mais conservação]

Diante da diversidade de materiais e mídias disponíveis e análises possíveis, as escolhas de abordagens deste trabalho pretenderam mostrar a vastidão e enredamento de fatores e agentes que atuam sobre um determinado tema. O processamento das informações vividas pelas pessoas e transmitidas entre os habitantes de uma cidade passa por distintos canais. Almeja-se incentivar outras pesquisas a se aprofundarem nas possibilidades de interpretações de outros tipos de meios de comunicação que contribuam para a formação de opinião pública e novas formas de abordagens e análises sobre a percepção social da natureza na cidade.

Espera-se com este trabalho contribuir com os estudos sobre florestas urbanas e com a elaboração de políticas públicas, e outras iniciativas populares, a favor da conservação e do convívio com a natureza na cidade. Anseia-se que este epitáfio possa, apenas, narrar o início dos atos heroicos da floresta na cidade e não cravar em lápide o fim de sua presença.

Começaram a me despedir

Abriram a porta

Sem aparente sentir

Juntei seus pertences

encaixotados

seriam presentes

Dei licença

para quem morar

era carência

Abriguei gente,

cavalo e beija-flor

Abracei meus córregos

de águas corredor

Clarearam meu chão

O sol aproximou  
Meu verde desbotou  
Tamanha resignação

Sustento  
comida que brota  
ar em movimento

Posso não ser posto  
de saúde  
Sou poço

Via  
talvez seria  
não fossem sozinhos  
meus caminhos

Secura  
Espanta  
Frescura  
Acalanta

Isidoro  
Irisório berra  
Izidora  
Mãe terra

Estou na corda bamba  
o fio da navalha  
a linha da lei  
o canto de umbanda

Digo  
Resisto



Se me quiserem

Reexisto



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACSELRAD, Henri. Políticas ambientais e construção democrática. In: VIANA, Gilney; SILVA, Marina; DINIZ, Nilo. **O desafio da sustentabilidade: Um debate socioambiental no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001. p. 75-96.
- ACSELRAD, Henri. As Práticas Espaciais e o Campo dos Conflitos Ambientais. In: ACSELRAD, Henri. **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004a. p. 13-35.
- ÁDAMO, Rodrigo. **Proposta de Uso do Solo Para o Baixo Ribeirão do Isidoro**. 2008. 52 f. Monografia (Especialização em Gerenciamento Municipal de Recursos Hídricos) – Instituto de Ciências Biológicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.
- ALBERTI, Marina; MARZLUFF, John M.; SHULENBERGER, Eric; BRADLEY, Gordon; RYAN, Clare; ZUMBRUNNEN, Craig. Integrating humans into ecology: opportunities and challenges for studying urban ecosystems. **AIBS Bulletin**, v. 53, n. 12, p. 1169-1179, 2003.
- ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante: coleção pesquisa qualitativa**. Bookman: Editora, 2009.
- ART, Henry W. **Dicionário de ecologia e ciências ambientais**. São Paulo: UNESP/Melhoramentos, 1998. 583p.
- ASSIS, Wellington Lopes. **O Sistema Clima Urbano do Município de Belo Horizonte na Perspectiva Têmporo-Espacial**. 2010. 319 f. Tese (Doutorado em Geografia) Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2010.
- BACHELARD, Gaston; PESSANHA, Jose Américo Motta. **A filosofia do não; O novo espírito científico; A poética do espaço**. São Paulo: Abril Cultural, c1979. xiii, 354p.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Ed. rev. e atual. São Paulo: Edições 70, 2011. 279 p.
- BEGON, Michael; TOWNSEND, Colin R.; HARPER, John L. **Ecologia: de indivíduos a ecossistemas**. 4ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. 752p.
- BELO HORIZONTE. **Lei nº 82 de 24 de outubro de 1914**. Autoriza conceder terreno. Disponível em: <<https://cm-belo-horizonte.jusbrasil.com.br/legislacao/239371/lei-82-14>> Acesso em: 20 mai. 2017.
- BELO HORIZONTE. **Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte**. Disponível em: <<https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-legislacao/lei-organica>> Acesso em: 28 de out. 2017.
- BELO HORIZONTE. **Lei nº 6.370 de 12 de agosto de 1993**. Revoga leis, resoluções, decretos e decretos-leis que menciona e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/lei-ordinaria/1993/637/6370/lei-ordinaria-n-6370-1993-revoga-leis-resolucoes-decretos-e-decretos-leis-que-menciona-e-da>>

outras-providencias> Acesso em: 20 mai. 2017.

BELO HORIZONTE. **Lei nº 8.137 de 21 de dezembro de 2000**. Altera as Leis nº 7.165 e 7.166, ambas de 27 de agosto de 1996, e dá outras providências. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=172486>> Acesso em: 20 mai. 2017.

BELO HORIZONTE. **Lei n. 9.959, de 20 de julho de 2010**. Altera as leis nº 7.165/96 - que institui o Plano Diretor do Município de Belo Horizonte - e nº 7.166/96 - que estabelece normas e condições para parcelamento, ocupação e uso do solo urbano no Município -, estabelece normas e condições para a urbanização e a regularização fundiária das Zonas de Especial Interesse Social, dispõe sobre parcelamento, ocupação e uso do solo nas Áreas de Especial Interesse Social, e dá outras providências. Anexos. Edição Especial Nº 78. Diário Oficial do Município, Belo Horizonte, MG, ano xvi, n. 3.628, 21 jul. 2010. p.51. Disponível em: <<http://portal6.pbh.gov.br/dom/Files/dom3628-smgo-encarte-anexos.pdf>> Acesso em: 27 mar. 2017.

BELO HORIZONTE. **Lei nº 10.255, de 13 de setembro de 2011**. Institui a Política Municipal de Apoio à Agricultura Urbana e dá outras providências. Disponível em: <<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1065673>> Acesso em: 27 mar. 2017.

BELO HORIZONTE. **Lei nº 10.705 de 16 de janeiro de 2014**. Institui a Operação Urbana BH Morar/Capitão Eduardo, altera o Título III das Disposições Transitórias da Lei nº 9.959/10 e dá outras providências. Disponível em: <<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1114401>> Acesso em: 20 mai. 2017.

BELO HORIZONTE. **Lei Nº 10.879, de 27 de novembro de 2015**. Institui o Sistema Municipal de Áreas Protegidas de Belo Horizonte e dá outras providências. Câmara Municipal de Belo Horizonte. Disponível em: <<http://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-legislacao/lei/10879/2015>> Acesso em: 27 mar. 2017.

BIONDI, Daniela. **Floresta urbana**. Curitiba: Edição da autora. 2015.

BIZZOTTO, Luciana Maciel. **#RESISTEIZIDORA: controvérsias do movimento de resistência das Ocupações da Izidora e apontamentos para a justiça urbana**. 2015. 240 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

BRAND, Peter; MUÑOZ, Edwin. Cultivando ciudadanos: agricultura urbana desde una perspectiva política. **Cadernos IPPUR**, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. **Lei Federal Nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9985.htm)> Acesso em: 25 de mar. 2017.

BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**: regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/leis/LEIS\\_2001/L10257.htm](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm)> Acesso em: 25 de mar. 2017.

BRASIL. **Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006**. Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111428.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111428.htm)> Acesso em: 17 de jul. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm)> Acesso em: 20 de out. 2017.

BRASIL. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012**. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm)> Acesso em: 17 de jul. 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei 25/2015**. Dispõe sobre a conservação e a utilização sustentável da vegetação nativa do Bioma Cerrado. Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=D548EA6DFDCC33E15EED390E1B96E1F6.proposicoesWebExterno1?codteor=1296717&filename=PL+25/2015](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=D548EA6DFDCC33E15EED390E1B96E1F6.proposicoesWebExterno1?codteor=1296717&filename=PL+25/2015)> Acesso em: 17 de jul. 2017.

CAHNMANN, Melisa. The craft, practice, and possibility of poetry in educational research. **Educational Researcher**. v.32, p.29-36, 2003. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.3102/0013189X032003029>> Acesso em: 13 de mar. 2017.

CARVALHO, Edézio Teixeira. **Plano Global para a área do Isidoro**. Estudos Geológicos. Belo Horizonte: GEOLURB - Geologia Urbana de Reabilitação LTDA. 2000.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber**: elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artmed, 2000.

COMTE-SPONVILLE, André. **Pequeno tratado das grandes virtudes**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

COORDENADORIA DE INCLUSÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAIS. **Relatório da pesquisa proposta pela frente “Comunidades Tradicionais”**: As comunidades tradicionais no espaço urbano: um mapeamento de povos e comunidades tradicionais na região metropolitana de Belo Horizonte. Belo Horizonte, 2015.

COSTA, Heloisa Soares de Moura. Desenvolvimento urbano sustentável: uma contradição em termos? **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, n. 2, 2000. p. 55-71. Disponível em: <[http://www.anpur.org.br/revistas/ANPUR\\_v2n2.pdf](http://www.anpur.org.br/revistas/ANPUR_v2n2.pdf)>. Acesso em: 25 de fev.

2017.

COSTA, Heloisa Soares de Moura. A trajetória temática ambiental no planejamento urbano no Brasil: o encontro de racionalidades distintas. In: COSTA, Geraldo Magela; MENDONÇA, Jupira Gomes de. **Planejamento urbano no Brasil: trajetória, avanços e perspectivas**. Belo Horizonte: C/Arte, 2008. p.80-92.

COSTA, Renata Geniany Silva; COLESANTI, Marlene Muno. A contribuição da percepção ambiental nos estudos das áreas verdes. **RA'E GA - O Espaço Geográfico em Análise**, Curitiba, v. 22, 2011. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/raega/article/view/21774>> Acesso em: 10 de set. de 2017.

DIEGUES, Antônio Carlos. O mito do paraíso desabitado: as áreas naturais protegidas. In: FERREIRA, Leila da Costa.; VIOLA, Eduardo J. (orgs). **Incertezas de sustentabilidade na globalização**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996. p. 279-313.

DIEGUES, Antônio Carlos, ANDRELLO, Geraldo; NUNES, Márcia. Populações tradicionais e biodiversidade na Amazônia: levantamento bibliográfico georreferenciado. In: CAPOBIANCO, João Paulo Ribeiro (Coord.). **Biodiversidade na Amazônia brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios**. São Paulo: Estação Liberdade e Instituto Socioambiental, 2001, p.207.

DUARTE, Regina Horta. "Eu quero uma casa no campo": a busca do verde em Belo Horizonte, 1966-1976. **Topoi**. Rio de Janeiro, v. 15, n. 28, p. 159-186, 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2237-101X2014000100159&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2237-101X2014000100159&script=sci_arttext)> Acesso em: 12 de mar. 2017.

DUARTE, Rosália. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de pesquisa**, São Luís, v. 115, n. 1, p. 139-154, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/cp/n115/a05n115.pdf>> Acesso em: 20 de fev. 2017.

DULLEY, Richard Domingues. Noção de natureza, ambiente, meio ambiente, recursos ambientais e recursos naturais. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 51, n. 2, p. 15-26, 2004. Disponível em: <<http://www.ifcursos.com.br/sistema/admin/arquivos/06-51-38-artigo0nocoedenaturezaeambiente.pdf>> Acesso em: 10 de set. 2017.

FERNANDES, Antoniel Silva; CALDEIRA, Altino Barbosa. Análise espacial das áreas verdes de Belo Horizonte (MG). **Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana**, Curitiba, v. 11, n. 3, p. 73-92, 2016. Disponível em: <<http://www.revsbau.esalq.usp.br/teste/ojs-2.3.7/index.php/REVSBAU/article/view/579>> Acesso em: 30 de nov. 2017.

FERNANDES, Luciane Alves; GOMES, José Mário Matsumura. Relatórios de pesquisa nas ciências sociais: características e modalidades de investigação. **ConTexto**, Porto Alegre, v. 3, n. 4, 2003. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/ConTexto/article/view/11638>> Acesso em: 15 de mar. 2017.

FERRÃO, João. Relações entre mundo rural e mundo urbano: evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro. **EURE (Santiago)**, Santiago, v. 26, n. 78, p. 123-130, set. 2000. Disponível em: <[http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0250-](http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-)

71612000007800006&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 17 de jan. 2018. <http://dx.doi.org/10.4067/S0250-71612000007800006>.

FERRARO, Giuseppe. **‘Verdade Ordinária’ e ‘Verdade Suprema’ como bases dos Ensinos Budistas no Pensamento de Nāgārjuna**. 2012. 361 f. Tese (Doutorado em Filosofia) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2012.

FONSECA, Charles de Oliveira. **A dinâmica espacial da Serra do Gandarela e entorno a partir da formação de territórios: análise e representações coremáticas** 2014. 127 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2014.

FONSECA DE CASTRO, Fábio. A sociologia fenomenológica de Alfred Schutz. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 48, n. 1, 2012. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/938/93823702007/>> Acesso em: 20 de mar. 2017.

FONTANELLA, Bruno José Barcellos; RICAS, Janete; TURATO, Egberto Ribeiro. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 17-27, 2008. Disponível em: <[https://www.scielosp.org/scielo.php?pid=S0102-311X2008000100003&script=sci\\_arttext&tlng=>](https://www.scielosp.org/scielo.php?pid=S0102-311X2008000100003&script=sci_arttext&tlng=>) Acesso em: 25 de mar. 2017.

FORMAN, Richard T. T.; GODRON, Michel. **Landscape ecology**. New York: J. Wiley and Sons Inc., 1986. 619p.

FOUREAUX, F. #Resisteisidoro. Farol. **Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, Belo Horizonte, n. 2, p. 657-679, dez. 2014. Disponível em: <<http://revistas.face.ufmg.br/index.php/farol/article/view/2640>> Acesso em: 10 de mai. 2017.

GLESNE, Corrine. That rare feeling: Re-presenting research through poetic transcription. **Qualitative Inquiry**, v. 3, n. 2, p. 202-221, 1997. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/107780049700300204>> Acesso em: 10 de mar. 2017.

GOMES, Luiza Lemos; CYRINO, Tarcísio da Silva; SILVA, Viviane Zerlotini da. O que todo cidadão deveria saber sobre as ocupações urbanas: um breve estudo da Região da Izidora. In: **Anais... XVI Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**: Belo Horizonte, 2015.

GONÇALVES, W. **Urbana paisagem 3**: palestras e conferências. [s.n.t.] Minas Gerais, 2010.

GRIFFITH, James Jackson; SILVA, SMF da. Mitos e métodos no planejamento de sistemas de áreas verdes. **Encontro nacional sobre arborização urbana**, Maringá, v. 2, p. 34-42, 1987.

GUIMARÃES, Cyleno Reis. **Evolução e Índice de Proteção das Áreas Vegetadas de Belo Horizonte**. 2010. 47 f. Monografia (Especialização em Geoprocessamento). Departamento de Cartografia. Instituto de Geociências. Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

HARVEY, David. **Justice, Nature and the Geography of Difference**. Oxford: Blackwell, 1996.

HERNÁNDEZ, Bernardo et al. The role of place identity and place attachment in breaking environmental protection laws. **Journal of Environmental Psychology**, v. 30, n. 3, p. 281-288, 2010. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0272494410000186>> Acesso em: 15 de out. 2017.

HIJIOKA, Akemi. et. al; Espaços livres e espacialidades da esfera de vida pública: uma proposição conceitual para o estudo de sistemas de espaços livres urbanos no país. **Paisagem Ambiente: ensaios**. São Paulo, n. 23, p. 116 – 123, 2007. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/paam/article/view/87854>> Acesso em: 20 de set. 2017.

HOWLETT, Michael. A dialética da opinião pública: efeitos recíprocos da política pública e da opinião pública em sociedades democráticas contemporâneas. **Opin. Publica**, Campinas, v. 6, n. 2, p. 167-186, out.2000. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-62762000000200001&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762000000200001&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 15 set. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762000000200001>.

IANNI, Octavio. A política mudou de lugar. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 11, n. 3, p. 3-7, 1997. Disponível em: <<http://files.professor-benedito-carlos.webnode.com/200000000-9bba79cb50/a%20pol%C3%ADtica%20mudou%20de%20lugar%20ianni.pdf>> Acesso em: 20 de ago. 2017.

IBGE. **Manual Técnico da Vegetação Brasileira**. 2ª edição revista e ampliada. Série Manuais Técnicos em Geociências número 1. IBGE: Rio de Janeiro. 2012.

IBGE. Capítulo 6 – Urbanização. In: IBGE. **Atlas do Censo Demográfico 2010**. IBGE, 2013. Disponível em <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv64529\\_cap6.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv64529_cap6.pdf)> Acesso em: 27 mar. 2017.

JACOBI, Pedro. Meio ambiente e sustentabilidade. **O Município no século XXI: cenários e perspectivas**. São Paulo: Cepam – Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal, 1999.

KÄMPF, Nestor; KERN, Dirse Clara. O solo como registro da ocupação humana pré-histórica na Amazônia. Tópicos em ciência do solo. **Sociedade Brasileira de Ciência do Solo**, Viçosa, MG, v. 4, p. 277-320, 2005. Disponível em: <<https://rosaluxspba.org/wp-content/uploads/2015/10/Dados-TPA-Top-V4-N7.pdf>> Acesso em: 20 de nov. 2017.

KEY, W.B. **A era da manipulação**. Trad. de Iara Biderman. São Paulo, Scritta Editorial, 1993.

LEFEBVRE, Henri. Da cidade à sociedade urbana. **A revolução urbana**, p. 15-32, 1999.

LIBÂNIO, Clarice; NASCIMENTO, Denise. **Ocupações urbanas na Região Metropolitana de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Favela é isso Aí, 2016. 128 p.

LIMA, Geisiane Aparecida de; GENEROSO, Camila Marques; SANTOS, Cosme Martins dos; SILVA, Luciana Aparecida, SOUSA, Rayssa Garcia de. Bacia Hidrográfica como Unidade de Planejamento e Gestão: Estudo de Caso Ribeirão Isidoro. **Anais...VII Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental Campina Grande/PB**. 2016.

LIMA, Jorge Paladino C. de. A Floresta e o Ambiente Social. **Revista Floresta e Ambiente**, Seropédica, v.1, p. 139-141, 1994. Disponível em: <<http://www.floram.org/files/v1n%C3%BAnico/v1nunicoa18.pdf>> Acesso em: 15 de fev. 2017.

LOBODA, Carlos Roberto; DE ANGELIS, Bruno Luiz Domingues. Áreas verdes públicas urbanas: conceitos, usos e funções. **Ambiência**, Guarapuava, v. 1, n. 1, p. 125-139, 2009. Disponível em: <<http://200.201.10.18/index.php/ambiencia/article/view/157>> Acesso em: 15 de ago. 2017.

LUFT, Lya. **Perdas e ganhos**. Rio de Janeiro; Record, 22ª ed. 2004.

MAGALHÃES, Luís Mauro Sampaio. Arborização e Florestas Urbanas - Terminologia adotada para a cobertura arbórea das cidades brasileiras. Série Técnica - **Floresta e Ambiente**. p.23-26, Jan/2006. Disponível em: <<http://www.floram.org/files/v00n00/STv0n0a3.pdf>> Acesso em: 27 mar. 2017.

MARTINE, George; MCGRANAHAN, Gordon. A transição urbana brasileira: trajetória, dificuldades e lições aprendidas. In: BAENINGER, Rosana (org.). **População e Cidades: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais**. Brasília: UNFPA, 2010, p. 11-24. Disponível em: <[http://www.unfpa.org.br/Arquivos/populacao\\_cidade.pdf#page=12](http://www.unfpa.org.br/Arquivos/populacao_cidade.pdf#page=12)> Acesso em: 20 de set. 2017.

MARTINI, Angeline. A influência da floresta urbana no microclima. In: BIONDI, Daniela. **Floresta urbana**. Curitiba: Edição da autora, 2015.

MATOS, Ralfo Edmundo S. **Evolução urbana e formação econômica de Belo Horizonte**. Belo Horizonte, UFMG/CEDEPLAR, 1992.

MEDEIROS, Rodrigo; IRVING, Marta.; GARAY, Irene. A proteção da natureza no Brasil: evolução e conflitos de um modelo em construção. **Revista de Desenvolvimento Econômico**. Salvador, v.VI, n. 9, p. 83-93, 2004. Disponível em: <<http://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/viewFile/115/119>> Acesso em: 15 de mai. 2017.

MERLEAU-PONTY, Maurice; MOURA, Carlos Alberto Ribeiro de. **Fenomenologia da percepção**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006. 662 p.

MESQUITA, Olindina Vianna; SILVA, Solange Tietzmann. Agricultura: A Urgência de Uma Reordenação. In: MESQUITA, Olindina Vianna; SILVA, Solange Tietzmann (Coords). **Geografia e Questão Ambiental**. Rio de Janeiro: IBGE, Departamento de Geografia, 1993. 166p.

MINAS GERAIS. **Decreto nº 44.500, de 03 de abril de 2007**. Institui o Plano de Governança



Ambiental e Urbanística da Região Metropolitana de Belo Horizonte e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=6670>> Acesso em: 20 de out. 2017.

MIRAGLIA, Letícia. **Hugo Werneck: o médico e construtor de sonhos**. Belo Horizonte: Conceito, 2009. 132 p.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida de; SILVEIRA, Maria Laura (orgs.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, ANPUR, 1994.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. O que é o urbano, no mundo contemporâneo. **Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD**, Curitiba, n. 111, p. 09-18, 2011. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/58>> Acesso em: 13 de mar. 2017.

MONTEIRO, Flávia A.; RIBEIRO, Nelson P. O Patrimônio cultural da saúde: reconhecimento, preservação e mapeamento dos bens tombados no Brasil. **Fórum Patrimônio: Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável**, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, 2013. Disponível em: <[http://forumpatrimonio.com.br/seer/index.php/forum\\_patrimonio/article/view/132](http://forumpatrimonio.com.br/seer/index.php/forum_patrimonio/article/view/132)> Acesso em: 10 de dez. 2017.

MORADO, Denise; FREITAS, Daniel Medeiros. As Grandes Intervenções Urbanas no Vetor Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte. **Observasp**, São Paulo, jan. 2017. Disponível em: <<https://observasp.wordpress.com/2017/01/20/as-grandes-intervencoes-urbanas-no-vetor-norte-da-regiao-metropolitana-de-belo-horizonte/>>. Acesso em: 23 ago. 2017.

MORIN, Edgar. Entender o mundo que nos espera. In: MORIN, Edgar; VIVERET, Patrick. **Como viver em tempo de crise?** Editora Bertrand Brasil, 2013.

MORIN, Edgar. **Sociologie**. Paris: Fayard, 1984.

MURPHY, Dennis D. Desafios à diversidade biológica em áreas urbanas. In: WILSON, Edward Osborne (ed.). **Biodiversidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. p. 89-97.

MYR. **Estudo de Impacto Ambiental Granja Werneck**. Belo Horizonte: MYR Projetos Sustentáveis, 2011.

MYR. **Relatório de Impacto Ambiental Granja Werneck**. Belo Horizonte: MYR Projetos Sustentáveis, 2011.

NORBERG-SCHULZ, Christian. **Genius Loci: towards a phenomenology of architecture**. Ed. Rizzoli, New York, 1979. 213 p.

NUQ - NÚCLEO DE ESTUDOS DE POPULAÇÕES QUILOMBOLAS E TRADICIONAIS. **Relatório Antropológico de Caracterização Histórica, Econômica e Sócio-Cultural O Quilombo de Mangueiras**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Pontes, 2009.

PEREIRA, F. B. ; MONTE-MOR, R. L. M. ; SOUZA, J. C. . A Reestruturação Urbana e Metropolitana no Vetor Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte. In: XIII Encontro Nacional da ANPUR, 2007, Belém - PA. **Anais... XII ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR**. Belém. 2007.

PIRES, J. S. R.; PIRES. A. M. Z. C. R. & SANTOS, J. E. Avaliação da integridade ecológica em bacias hidrográficas. In: SANTOS, J. E.; CAVALHEIRO, F.; PIRES, J. S. R.; HENKEOLIVEIRA, C & RODRIGUES-PIRES, A. M. Z. C. **Faces da Polissemia da Paisagem: ecologia, planejamento e percepção**. São Carlos: RiMa, 2004. p 123-150.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE – PBH. **Estudos Básicos: Região do Isidoro**. Belo Horizonte, 2010.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE – PBH. **Manual Técnico Aplicado a Edificações**. 2011. Disponível em <[http://www.pbh.gov.br/smaru/Manual\\_Tecnico\\_Edificacoes/Manual\\_Tecnico\\_Edificacoes\\_05\\_09\\_11.pdf](http://www.pbh.gov.br/smaru/Manual_Tecnico_Edificacoes/Manual_Tecnico_Edificacoes_05_09_11.pdf)> Acesso em: 30 de set. 2017.

PRIMAVESI, Ana. M. **Agroecologia: ecosfera, tecnosfera e agricultura**. São Paulo: Nobel, 1997.

PUTNEY, Allen D. La dimension magica de las areas protegidas. **Revista Parque**, n. 1, 10 p., 2013.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. 1ª Reimpressão. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1995.

RUA, João. Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. Campo-Território: **Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v.1, n.1, p. 82-106, fev. 2006. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/viewFile/11781/6895>> Acesso em: 02 de fev. 2017.

RUIZ, Sergio. Cambios institucionales y conflictos sociales en El uso del bosque del norte amazónico boliviano (Tese). Albert-Ludwigs-University, Freiburg, Germany, 2005.

SABOURIN, Eric. Manejo dos recursos comuns e reciprocidade: os aportes de Elinor Ostrom ao debate. **Sustentabilidade em debate**, v. 1, n. 2, p. 141-158, 2010. Disponível em: <<http://agritrop.cirad.fr/558373/>> Acesso em: 20 de jan. 2018.

SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e novos direitos-Proteção jurídica à diversidade biológica e cultural**. Editora Peirópolis LTDA, 2005.

SANTOS, Laymert Garcia dos. A desordem da nova ordem: aceleração tecnológica e ruptura referencial. In: VIANA, Gilney; SILVA, Marina; DINIZ, Nilo; FALEIRO, Airton (orgs.). **O desafio da sustentabilidade: um debate sócio-ambiental no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001. p.27-41.

SANTOS, Leonardo Bis dos. Trilhas da política ambiental: conflitos, agendas e criação de unidades de conservação. **Ambiente & Sociedade**, v. 12, n. 1, p. 133-150, 2009. Disponível

em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v12n1/v12n1a10>> Acesso em: 06 de set. 2017.

SANTOS, Milton. Espaço e Método. São Paulo/SP: Nobel, 1997.

SANTOS, Milton; HARAZIM, Dorrit. O mundo não existe. In: HISSA, Cássio E. Viana (org.). **Conversações: de artes e de ciências**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

SCHUTZ, Alfred; WAGNER, Helmut R. **Fenomenologia e relações sociais: textos escolhidos de Alfred Schutz; organização e introdução de Helmut R. Wagner; tradução de Ângela Melin**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. 319p.

SMOLKA, Martim O. Meio ambiente e estrutura intra-urbana. In: MARTINE, George. **População, meio ambiente e desenvolvimento: verdades e contradições**. Campinas: Editora Unicamp, 1993. p.133-147.

SOUZA, Maria Adélia A. de. O ensino da geografia na virada do século. In: SOUZA, Maria; SANTOS, Milton; SCARLANTO, Francisco; ARROYO, Mônica. **O novo mapa do mundo: natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica**. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 29-35.

SWYNGEDOUW, Erik. A cidade como um híbrido: natureza, sociedade e urbanização-cyborg. ACSELRAD, Henri. **A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. Rio de Janeiro: DP&A, p. 83-104, 2001.

THOMAS, Keith. **O Homem e o mundo natural: mudanças de atitudes em relação às Plantas e os animais (1500-1800)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. Capítulo VI: O dilema humano.

TONUCCI FILHO, João Bosco Moura. **Dois momentos do planejamento metropolitano em Belo Horizonte: um estudo das experiências do PLAMBEL e do PDDI-RMBH.2012**. 236 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

TOSTES, André. **Sistema de legislação ambiental**. Petrópolis, RJ: Vozes/CECIP, 1994.

TOZONI-REIS, Marília. **Educação ambiental: natureza, razão e história**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2004.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: DIFEL. 1980.

UFMG/IGC. **Estudo sobre os impactos oriundos de iniciativas localizadas no eixo norte da RMBH e definição de alternativas de desenvolvimento econômico, urbano e social para o município de Belo Horizonte**. Volume V, anexo 2.8. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte/Universidade Federal de Minas Gerais / Instituto de Geociências, 2008.

URBAN, Teresa. **Um novo olhar da mídia sobre o meio ambiente**. 2006. Disponível em: <[http://www.comscientia-nimad.ufpr.br/2006/01/pontodevista/tereza\\_urban\\_um\\_novo\\_olhar.pdf](http://www.comscientia-nimad.ufpr.br/2006/01/pontodevista/tereza_urban_um_novo_olhar.pdf)> Acesso em: 20 de set. 2017.

VAN LEEUWEN, Eveline; NIJKAMP, Peter; VAZ, Teresa de Noronha. The multifunctional use of urban greenspace. **International Journal of Agricultural Sustainability**, v.8, 2010. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.3763/ijas.2009.0466>> Acesso em: 02 de fev. 2017.

VIEZZER, Jennifer. A Floresta Urbana e o Papel das Praças. In: BIONDI, Daniela. **Floresta urbana**. Curitiba: Edição da autora, 2015.

## APÊNDICE

### Roteiro das entrevistas

Perguntas orientadoras das entrevistas semiestruturadas:

#### Sujeitos

1. Moradores dos bairros do entorno
2. Moradores das ocupações (Esperança, Rosa Leão, Vitória)
3. Moradores do quilombo Mangueiras
4. Proprietários de terrenos da Mata do Isidoro
5. Construtora
6. Prefeitura de Belo Horizonte – Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria Municipal Adjunta de Planejamento Urbano
7. Sociedade civil organizada

#### Grupos 1, 2 e 3

1. Por que você escolheu essa área para viver? Você e sua família gostam de viver aqui? Por quê?
2. Você conhece algum projeto para essa região? Qual? O que você acha dele?
3. Você conhece a Mata? Qual o papel da Mata na sua vida? (Como você se relaciona com ela? Quais suas motivações para essa relação?)
4. O que gostaria que acontecesse com ela?
5. O que a Mata, que você conhece, traz de bom para você e para os outros onde você mora? E para Belo Horizonte? E de ruim?

#### Grupo 4

1. Qual a história dessa região?
2. Qual a importância da Mata para você e seus familiares? (Como se dá a relação de vocês com ela? Quais suas motivações para essa relação?)
3. Com relação a mata existente, por que ela resiste até hoje?
4. Como surgiu a ideia do empreendimento Granja Werneck?
5. Como você vê a criação de parques na região?
6. Me fale das principais dificuldades enfrentadas pelos donos da fazenda? Por que existem? O que poderia ser feito?
7. As relações com os moradores dessa região são positivas ou negativas? Por que?
8. Para você, quais as demandas sociais para Belo Horizonte hoje? E ambientais?

#### Grupo 5

1. Quais as áreas de atuação e projetos da empresa?
2. Como é o projeto Granja Werneck? (Quais os estudos feitos? Em qual estágio ele está? Você, ou alguém da equipe, visitou a Mata? Quais os efeitos para a cidade?)
3. Como o projeto afetaria o meio ambiente local? Quais os pontos positivos? E os negativos?
4. Como o projeto se coloca diante dos grupos de moradores da área, ocupações urbanas e grupo quilombola? (A retirada da vegetação para as construções afetaria em que esses sujeitos e os moradores dos bairros do entorno?)

Grupos 6 e 7

1. Para sua secretaria/organização o total de unidades de conservação é suficiente, para a conservação e qualidade ambiental, para o município? (Como é o trabalho realizado nelas? Quais as dificuldades?)
2. Para você, quais as demandas sociais para Belo Horizonte hoje? E ambientais?
3. Como é o projeto Granja Werneck? (Quais os estudos feitos? Em qual estágio ele está? Você, ou alguém da equipe, visitou a Mata? Quais os efeitos para a cidade?)
4. Como o projeto afetaria o meio ambiente local? Quais os pontos positivos? E os negativos?
5. Como o projeto se coloca diante dos grupos de moradores da área, ocupações urbanas e grupo quilombola? (A retirada da vegetação para as construções afetaria em que esses sujeitos e os moradores dos bairros do entorno?)
6. Por que você acha que a Mata se mantém até hoje, mesmo sem ser uma UC?

Todos

O que é um bem de uso comum?

O que é uma sadia qualidade de vida?

O que é um meio ambiente (urbano) ecologicamente equilibrado?

Quadro 1: Alterações legais da Operação Urbana do Isidoro (OUI).

|                | LEI 8.137/2000  | LEI 9.959/2010  | LEI 10.705/2014 |
|----------------|---|---|-----------------|
| OBJETIVO GERAL | ART. 114 -<br>Objetivo de promover a ocupação ordenada da | ART. 40, §2º -<br>Objetivo de promover a proteção e a recuperação | ---             |

|                            |  |  |            |
|----------------------------|--|--|------------|
|                            | <p>Região do Isidoro, através da implantação de sistema viário e equipamentos que dotem a região da infraestrutura necessária ao seu desenvolvimento econômico, ambiental e urbano.</p>  | <p>ambiental da Região do Isidoro, por meio de processo de ocupação ordenado e sustentável, que proporcione a preservação de áreas de grande relevância ambiental e paisagística, em especial, das nascentes e dos cursos d'água, e de áreas de vegetação expressiva e de cerrado.</p> |            |
| <p>OBJETIVO ESPECÍFICO</p> | <p>ART. 115 – Realização de intervenções coordenadas pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e executadas em parceria com empreendedoras particulares para a implantação de trecho da Via 540 e tratamento paisagístico do</p> | <p>ART. 42 – Classificação das áreas, permitindo o adensamento das áreas propícias à ocupação, concentrando nelas o potencial construtivo das áreas a serem preservadas; proteção de áreas vegetadas existentes; promoção da</p>   | <p>---</p> |

|  |  |  |  |
|--|--|--|--|
|  | <p>seu entorno, implantação dos parques municipais previstos no plano urbanístico da região, que serão de domínio público.</p> | <p>recuperação ambiental das áreas de preservação; criação de parques públicos ou Reservas Ecológicas de caráter perpétuo e abertas ao público, assegurando que o processo de expansão urbana na região ocorra de modo sustentável, bem como a construção de equipamentos urbanos e comunitários; viabilizar as contribuições dos proprietários beneficiados com estes parâmetros urbanísticos excepcionais; a implantação do sistema viário estruturante na região e a implantação de unidades habitacionais.</p> |  |
|--|--|--|--|



|                         |  |  |     |
|-------------------------|--|--|-----|
| PRAZO                   | ART. 116 – 6 anos  | ART. 77 – 12 anos  | --- |
| ÁREA                    | ART. 144, §ÚNICO – Anexo IX  | ART. 40, §1º - Anexo XXXI  | --- |
| CATEGORIAS URBANÍSTICAS | ART. 120 – Classificações dos parâmetros urbanísticos e permissividade de usos específicos em três áreas, sendo a área 3 a de proteção máxima.                     | ART. 44 – Classificação em 3 categorias urbanísticas estabelecidas em função de seus aspectos geomorfológicos e ambientais, que demandam critérios específicos relativos ao grau de ocupação e de proteção ambiental, sendo o grau de proteção 1 o de maior preservação. | --- |
| VIA 540                 | ART. 122 – As faixas lindeiras à Via 540, com a largura de cento de cinquenta metros contados do eixo da via, ficam sujeitas a tratamento especial no âmbito desta | ART. 51 E 52 – Destinação de no mínimo, 10% das unidades habitacionais, edificadas para atendimento à demanda da Política Municipal de Habitação, sendo que nos  | --- |

|                 |  |   |     |
|-----------------|--|---|-----|
|                 | <p>Operação, em virtude de seu acesso privilegiado à via, e tendo em vista a valorização desta faixa como eixo de estruturação de toda a área da Operação Urbana.</p>  | <p>parcelamentos em que esteja prevista a abertura das vias 540 e Norte-Sul, as unidades habitacionais deverão ser edificadas nos lotes lindeiros a essas vias, sendo possível a majoração do coeficiente de aproveitamento através de UTDC.</p>                                    |     |
| OUTORGA ONEROSA | <p>ART. 126 – Os proprietários de glebas situadas na Área 1 e Área 2 poderão beneficiar-se da outorga onerosa mediante depósito no fundo da OUI, no ato de aprovação dos projetos de parcelamento do solo; transferência ao Município de terreno</p> | <p>ART. 57 – Para empreendimentos destinados ao uso não residencial, poderá ser concedido acréscimo de potencial construtivo por meio de Outorga limitado ao Coeficiente de Aproveitamento 4,0, condicionado à realização de Estudo de Impacto de Vizinhança e à aprovação pelo</p> | --- |

|                |   |  |     |
|----------------|---|--|-----|
|                | destinado à implantação parcial do trecho da via 540; ou pela implantação de trecho da via.   | COMPUR, sendo os recursos obtidos destinados ao Fundo da OUI.  |     |
| SISTEMA VIÁRIO | ART. 123 – O sistema viário básico da região do Isidoro, é composto por um sistema principal, constituído pelas vias Arteriais e Coletoras previstas para a região, que servirá também como diretriz na concepção do sistema viário local, a ser aprovado quando do parcelamento do solo. | ART. 61 – O sistema viário básico da Região do Isidoro é composto por um sistema principal, objeto de diretrizes para projeto, elaboradas pelo Executivo, e constituído pelas vias 540 e Norte-Sul – pontos 038 e 039 do Programa de Estruturação Viária de Belo Horizonte, VIURBS – e pelo sistema secundário, constituído pelas vias arteriais, coletoras e locais a serem previstas nos projetos de parcelamento, conforme diretrizes | --- |

|                            |   |   |   |
|----------------------------|---|---|---|
|                            |   | específicas a serem fornecidas pelo Executivo.  |   |
| CONTRAPARTIDAS             | ART. 127 E 130, II – Estabelecimento de parâmetros de cálculo para as contrapartidas, condicionando o pagamento ao Fundo da OUI à utilização dos seus benefícios. | ART. 65 A 69 – Condicionamento dos benefícios da OUI a contrapartidas exigidas, imposição de contrapartidas específicas no caso de terreno localizado em áreas de proteção 1, estabelecimento de parâmetros e descontos para o cálculo do valor de contrapartidas a ser depositado no Fundo da OUI. | ART. 23 – Isenção de contrapartidas aos proprietários que realizarem empreendimentos voltados ao atendimento da demanda da Política Habitacional do Município, observando a proporção definida. |
| COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO | ART. 34 – Criação do Comitê de Acompanhamento da OUI, composto por 4 membros, com atribuição deliberativa e fiscalizadora da aplicação dos recursos               | ART. 70 – Criação da Comissão de Acompanhamento da OUI, composta por 10 membros, com atribuição deliberativa e fiscalizadora para a aplicação dos recursos oriundos da Operação Urbana. Devendo   | ---   |

|              |   |  |     |
|--------------|---|--|-----|
|              | oriundos da Operação Urbana.  | priorizar a articulação do sistema viário com as vias adjacentes oficiais existentes, bem como a implantação dos equipamentos urbanos e comunitários correspondentes ao número de unidades habitacionais implantadas, para isso deverá optar, preferencialmente, pela prestação da contrapartida por meio da execução direta, pelo empreendedor, das obras de infraestrutura previstas para essa Operação. |     |
| FUNDO DA OUI | ART. 129 A 132 – Instituição do Fundo da OUI com o objetivo de custear a implantação da via 540 e dos | ART. 71 A 74 – Instituição do Fundo da OUI com o objetivo de custear a implantação da infraestrutura   | --- |

|  |  |  |  |
|--|--|--|--|
|  | <p>parques municipais; sendo seu recurso oriundo de aplicações do Executivo e das contrapartidas dos empreendedores particulares participantes. Estes recursos serão aplicados em elaboração de projetos executivos, desapropriação de terrenos e execução de obras. O Fundo será gerido pela SUDECAP.</p> | <p>prevista na Operação; sendo seu recurso oriundo de aplicações do Executivo e das contrapartidas dos empreendedores particulares participantes. Estes recursos serão aplicados em elaboração de projetos executivos, desapropriação de terrenos e execução de obras, devendo o excedente, caso existente, ser destinado ao ressarcimento do Município em virtude de custos incorridos nas desapropriações a seu cargo para implantação da Via 540. O Fundo será gerido pela Secretaria Municipal de Políticas Urbanas.</p> |  |
|--|--|--|--|

|   |  |  |  |
|---|--|--|--|
| <p>UNIDADES DE TRANSFERÊNCIA DO DIREITO DE CONSTRUIR (UTDC)</p> | <p>ART. 128 – Ficam os proprietários de glebas situadas na Área 3 autorizado a transferir o potencial construtivo resultante do Coeficiente e de Aproveitamento.</p> | <p>ART. 46 A 49, 52 E 58 – As áreas classificadas como Grau de Proteção 1 que forem destinadas à instituição de reservar particular ecológica, de caráter perpétuo e aberta ao público, ou doadas ao Município para a instituição de parque público, ficarão autorizadas a gerar UTDCs (com exceção àquelas que forem transferidas por exigência da lei de parcelamento), que poderá ser utilizado em áreas de grau de proteção 2 e 3, e aos lotes lindeiros da via 540 observado os limites. Definição do valor do UTDC.</p> <p>ART. 79 E 80 – Condiciona a transferência de UTDCs geradas pelas áreas da OUI, à construção de unidades habitacionais que deverão ser cedidas ao Município com o objetivo de solucionar a demanda por alojamento durante a Copa do Mundo de 2014.</p> | <p>ART. 24 E 26 – Alteração do art. 79 revogação do art. 80, autorizando a transferência de UTDCs geradas pelas áreas de parque aos empreendimentos voltados para atender a demanda da Política Habitacional do Município, sendo concedida a autorização de 50% das UTDCs na ocasião da aprovação do projeto e da concessão do Alvará de Construção do empreendimento e 50% das UTDCs após a concessão da Certidão de Baixa de Construção do empreendimento.</p> |
|---|--|--|--|

Fonte: quadro transcrito a partir das informações do Grupo de Pesquisa Indisciplinar – EA/UFMG (2015).<sup>18</sup>



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - COEP


Projeto: CAAE – 67430017.4.0000.5149

**Interessado(a): Prof. Bernardo Machado Gontijo**  
**Depto. Geografia**  
**IGC- UFMG**

### DECISÃO

O Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG – COEP aprovou, no dia 25 de maio de 2017, o projeto de pesquisa intitulado **“Epitáfio: quando a floresta de despede da cidade”** bem como o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

O relatório final ou parcial deverá ser encaminhado ao COEP um ano após o início do projeto através da Plataforma Brasil.

  
Profa. Dra. Vivian Resende  
Coordenadora do COEP-UFMG